

24 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO Presidente do TJ-SP mobiliza magistrados contra a Folha

Ivan Sartori diz que procurou entidades
para preparar ações contra o jornal

Desembargador não gostou da palavra 'investigação' em manchete, mas depois usou o termo ele mesmo

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, afirmou que está buscando associações de magistrados para preparar ações judiciais contra a **Folha**.

Sartori disse que discute com as entidades a apresentação de um único processo ou causas em blocos e que espera a adesão dos 354 desembargadores do tribunal.

O magistrado afirmou que quer processar o jornal pois a **Folha** usou o termo "investigar" em uma manchete que informou sobre a inspeção que está sendo realizada pela corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) na folha de pagamentos e nas declarações de renda dos desembargadores da corte.

"Vamos pensar com a associação. Vamos mover mesmo porque a manchete saiu como investigação, como suspeita e já decidimos que vamos mover", disse Sartori ontem em Ribeirão Preto.

"Já estou conversando com as associações, a AMB [Associação dos Magistrados Brasileiros], a associação paulista. Não sei se vai ser feito um

processo ou se serão blocos, processos em blocos de magistrados. E eu acredito que os 354 [desembargadores do TJ] vão participar. Espero que seja assim", completou.

Ontem, Sartori foi indagado sobre o relatório de cem páginas produzido por sua gestão sobre supostos pagamentos de verbas trabalhistas atrasadas a 211 integrantes da corte que teriam "furado a fila" de quitações normal da corte e se ele seria repassado à corregedora do CNJ, ministra Eliana Calmon.

Em sua resposta, o magistrado disse que o CNJ já sabe da existência do relatório e usou o termo "investigação" para se referir ao trabalho.

"São 211 magistrados. Essa investigação também está em franco andamento e a ministra sabe disso", afirmou.

Calmon também foi questionada ontem sobre o relatório. "Ele [TJ] está fazendo a investigação interna. Possivelmente o presidente vai nos entregar esta investigação, que poderá servir de ponto de apoio para darmos continuidade a outras investigações", afirmou a corregedora.

24 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Namorar ex-advogada de réu do mensalão não é problema, diz Toffoli

Ministro do STF afirma que não mora junto com Roberta Rangel, que fez a defesa de deputado denunciado no caso

Ex-advogado-geral da União ainda não decidiu se vai participar ou não do julgamento do escândalo

FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

O ministro José Antônio Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), afirma que o fato de ser namorado da advogada Roberta Rangel não o torna impedido para julgar o caso do mensalão.

“É uma relação de namoro, que já perdura há alguns anos. Não moramos juntos e não temos filhos”, diz ele, citando o que caracterizaria uma união estável —isso o tornaria impedido pela lei de julgar o caso, já que Roberta participou ativamente da defesa de um dos réus do maior escândalo da era Lula.

Em agosto de 2007, quando era sócia de Toffoli em um escritório, Roberta fez a sustentação oral da defesa do ex-deputado Professor Luizinho no plenário do Supremo.

A participação de Roberta vem sendo comentada no meio jurídico em Brasília desde que a revista “Veja” revelou que ela tinha atuado na defesa de réus do mensalão.

Ela deixou o caso em 2009, no ano em que Toffoli foi nomeado para o STF.

A revelação da participação da namorada de Toffoli se soma a um outro questionamento à possível participação do ministro no julgamento, já que ele foi advogado do PT e trabalhou com o ex-ministro José Dirceu (Casa Civil), apontado na denúncia como “chefe de quadrilha”.

O artigo 252 do Código de Processo Penal veda a participação de um juiz em um caso que tenha a participação de cônjuge ou de parente até o terceiro grau.

A Constituição determina que uniões estáveis são equiparáveis a casamentos, mas Toffoli afirma que “é uma relação de namoro, que já perdura há alguns anos”. “Não moramos juntos e não temos filhos”, diz.

Para configurar a união estável, a lei exige, além de uma relação pública e duradora, a comprovação de que ambos têm a intenção de constituir uma família.

A sustentação oral feita por Roberta é um dos momentos mais importantes do exercício da defesa. É quando o advogado apresenta, pela última vez antes do julgamento, a versão de seu cliente a respeito das acusações.

O ministro tem dito a pessoas próximas que ainda não se decidiu se julgará, ou não, o mensalão. Em sua avaliação, não existe qualquer fato que o deixe “impedido” de participar do caso, mas ele ainda avalia a possibilidade de declarar sua “suspeição”.

O impedimento e a suspeição são dois institutos jurídicos que existem para garantir a imparcialidade do julgamento. Enquanto o primeiro é gerado por questões objetivas, como a participação de cônjuge no caso, o segundo leva em conta avaliação íntima de cada juiz envolvido.

Toffoli afirma que deixará para decidir sobre sua atuação quando o julgamento estiver mais próximo —isso depende da revisão do voto do relator pelo ministro Ricardo Lewandowski.

Essa mesma situação ocorreu na análise da extradição do terrorista italiano Cesare Battisti. Na ocasião, ele era advogado-geral da União e a instituição chegou a apresentar, em sua gestão, um parecer sobre o caso do italiano.

Toffoli nunca assinou nenhuma peça sobre aquele processo, por isso não se considerou impedido. Na véspera do julgamento, porém, se declarou suspeito e não participou da decisão.

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

15 de maio

24 MAR 2012

BRÁSÍLIA - Há só uma chance de ser julgado neste ano o mais ruidoso processo político-judicial em décadas, o mensalão: esse cenário se materializa apenas se o caso envolvendo 38 réus ficar pronto para ir ao plenário do Supremo Tribunal Federal em torno de 15 maio.

O processo, no momento, aguarda no STF a conclusão do trabalho de revisão do ministro Ricardo Lewandowski. Alguns crimes já prescreveram. Se tudo ficar para 2013, a chance de haver condenações é mínima. Pior: perde-se o efeito pedagógico sobre a eleição de prefeitos e vereadores em outubro, envolvendo perto de 400 mil candidatos em cerca de 5.600 cidades.

A data de 15 de maio como prazo máximo tem razão de ser. Em 19 de abril, assume a presidência do STF o ministro Ayres Britto, o mais liberal da Corte. Dentro do Supremo, é dado como certo que o novo presidente deseja julgar o mensalão durante sua curta gestão — ele faz 70 anos em novembro e tem de se aposentar compulsoriamente.

Com o mensalão pronto para ir a plenário a partir de 15 de maio, Ayres Britto teria de correr para concluir o caso até 30 de junho, antes do recesso do Judiciário. Não é fácil, tampouco é impossível.

O julgamento começa com as três horas concedidas ao representante do Ministério Público, que apresenta os argumentos de acusação. Em seguida, os advogados dos 38 réus têm uma hora cada um para apresentarem suas defesas. Depois, votam os 11 ministros do STF.

Se julho chegar e o caso estiver em aberto, a receita do bolo desanda. Alguns ministros não abrem mão de suas férias. Agosto é o último mês de Cezar Peluso. Ele faz 70 anos em 3 de setembro, mas deve aposentar-se duas semanas antes. Com um magistrado a menos, o STF não finaliza o julgamento neste ano.

Tudo somado, Lewandowski tem em suas mãos o futuro do mensalão. Uma grande responsabilidade.

FERNANDO RODRIGUES

Ministro do STF tem destino da ação em mãos

O mensalão só será julgado neste ano se o caso for ao plenário do STF até 15 de maio. Se ficar para 2013, a chance de haver condenações é mínima. O processo espera a revisão do ministro Ricardo Lewandowski.

24 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

A Lei da Anistia é válida para crimes cujas vítimas seguem desaparecidas?

SIM

Reconciliação com a democracia via direito penal?

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

Sob o argumento de que o crime de desaparecimento forçado é permanente e, por isso, não fora atingido pela Lei de Anistia, pretendem-se iniciar procedimentos criminais.

Tal pretensão tem como fundamento a condenação do Brasil pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Ocorre que o tipo penal do desaparecimento forçado não existe no Brasil. A decisão da OEA comprova tal fato, ao determinar que o país crie essa figura jurídica.

Outro argumento utilizado para sustentar tal argumento é o julgamento da extradição 1.150 pelo STF. No caso, referente a um major argentino, com o fim de respeitar as instituições e a soberania daquele país, estabeleceu-se uma analogia entre o crime de desaparecimento forçado lá previsto e o nosso sequestro qualificado para extraditá-lo.

Mas, no âmbito penal, analogias não são admissíveis em prejuízo do acusado. Não cabe fundar ação penal em tipo inexistente, bem como na suposição, contrária à lógica e à lei, de que os desaparecidos estariam vivos.

Toda ditadura, independentemente da ideologia, é deletéria, mesmo quando a arbitrariedade se "limita" a cercear a liberdade de expressão. Ao referendar a tortura, as ditaduras se tornam mais espúrias, pois o corpo é templo sagrado.

Não obstante, o afã de punição

não pode justificar o risco de abrir flancos em garantias individuais, que se aplicam a todos.

O princípio da legalidade, a extinção da punibilidade, a coisa julgada servem para tutelar os indivíduos em face do Estado, independentemente dos crimes praticados.

Considera-se uma grande conquista para a proteção dos direitos fundamentais a definição de crime contra a humanidade e sua imprescritibilidade. No entanto, o respeito aos mesmos direitos exige que novos conceitos tenham incidência futura, e somente após integração ao ordenamento nacional.

Não se pode, com o argumento de se tratar de crime contra a humanidade, discutir penalmente atos praticados há décadas.

O STF, ao julgar improcedente a arguição que objetivava declarar a Lei de Anistia contrária à Constituição Federal, reafirmou sua validade. Cada um dos votos constitui verdadeira aula de direito e história.

Querer desconsiderar essa importante decisão com fulcro em analogia abre um péssimo precedente para a democracia, que nunca está totalmente segura: vide a vontade recorrente de controlar a imprensa.

A reconciliação com a democracia não precisa ocorrer por meio do direito penal. No caso, nem pode.

Podemos rever o passado para preservar o futuro. Para tanto, po-

de-se estudar a criação de norma impossibilitando o Estado anistiar seus próprios agentes.

Assim, nenhum governante ficará tentado a abusar de seu poder, contando com a possibilidade de se anistiar — cabendo lembrar que a Lei de Anistia foi aprovada pelo Congresso Nacional, vindo a ser confirmada pela Emenda Constitucional que convocou a Constituinte.

Também creio que seja hora de um sério debate acerca do que constitui crime político. A Lei de Anistia, para aquele período da história nacional, conferiu uma ampla extensão a essa categoria, falando inclusive em atos de terrorismo, figura ainda não definida em nosso ordenamento.

Nesta oportunidade, já deixo firmado o entendimento de que a violência não deve, aprioristicamente, ser considerada política independentemente de quem seja o autor dos atos, não importa qual seja a causa.

Mas as novidades no âmbito penal e mesmo as novas interpretações devem valer para o futuro, para a manutenção do próprio Estado democrático de Direito.

Essas ações penais até têm a aparência de proteção dos direitos individuais, mas, com todo respeito, por melhor que sejam as intenções, se revelam porta para novas e indesejáveis violações.

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, 37, doutora em direito penal pela USP, é advogada e professora livre-docente da Faculdade de Direito da USP

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NÃO 24 MAR 2012

Cinco destinos desconhecidos, exceto por Curió

IVAN MARX E SERGIO SUIAMA

Júlio Andrés nasceu na Argentina. Gostava de futebol. Durante a faculdade, também achava tempo para fazer política. Tempos difíceis, seus pais aconselharam que ele se exilasse, mas Júlio dizia que não tinha feito nada errado.

Em 1976, porém, ele foi preso para averiguação. Três meses depois, quando era transportado por uma tropa integrada pelo major Norberto Tozzo, Júlio e mais três presos "desapareceram". Outros doze foram executados, no evento conhecido como massacre de Margarita Belén.

Em 2008, a Argentina requereu ao Brasil a extradição de Tozzo.

Ao deferir o pedido, o STF (venido apenas o ministro Marco Aurélio) repetiu, na extradição 1.150, o que havia decidido na extradição 974 —ou seja, que "nos delitos de sequestro, quando os corpos não foram encontrados, (...) em que pese o fato do crime ter sido cometido há décadas, (...) está-se diante de um delito de caráter permanente, com relação ao qual não há como assentar-se a prescrição".

O ministro Fux, após registrar que o massacre de Margarita Belén havia marcado sua juventude, afirmou que o deferimento da extradição representava a "humanidade, sensibilidade e seriedade com que o Brasil trata essas questões e com que resgata a história".

A história de Júlio não é muito diferente da história dos 136 desapa-

recimentos forçados oficialmente reconhecidos pelo Estado brasileiro.

Dentre eles estão os sequestros de Maria Célia Corrêa, Hélio Magalhães, Daniel Callado, Antonio de Pádua e Telma Corrêa, ocorridos em 1974, na região do Araguaia.

O destino dos cinco é ignorado por todos, à exceção dos autores do crime. Um deles, o coronel Sebastião Curió, comandante do posto para onde os cinco foram comprovadamente levados presos (e lá torturados), foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF).

Assim como o major Tozzo, Curió foi denunciado por crimes ainda subsistentes, pois as vítimas até hoje não apareceram, "nem tampouco os respectivos corpos, razão pela qual não se pode cogitar, por ora, homicídio", como ponderou a Procuradoria-Geral da República, em seu parecer na extradição.

Contra esse argumento, afirma-se que a lei 9.140/95 reconhece os desaparecidos políticos como "mortos para todos os efeitos legais", o que impediria até mesmo uma investigação criminal sobre as circunstâncias dos desaparecimentos.

Ocorre que a lei em questão jamais pretendeu "matar" os desaparecidos, mas apenas garantir que suas famílias pudessem praticar atos relacionados a indenizações e a direitos sucessórios, pois para que a morte das vítimas fosse reconhecida para fins penais seria pre-

ciso um laudo, mesmo indireto, atestando as condições do óbito, algo que jamais se fez.

Desse modo, a discussão aqui ras-cunhada não é contrária à decisão do STF na ADPF 153 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), que julgou constitucional a Lei de Anistia.

Justamente por serem crimes permanentes, ainda não exauridos, é que os sequestros denunciados ultrapassaram o limite temporal estabelecido pela própria lei 6.683. Tampouco é possível dizer que os crimes estão prescritos, uma vez que não se sabe se e quando ocorreram as mortes.

A posição adotada possui o respaldo da Câmara de Coordenação Criminal do MPF e é amplamente reconhecida como válida na Argentina e no Chile.

No mais, não é possível ignorar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Brasil, em 2010, a promover a responsabilização criminal pelos desaparecimentos forçados ocorridos no Araguaia, justamente em razão da natureza permanente desse delito.

IVAN MARX, 32, doutorando em direitos humanos pela Universidade do Museu Social Argentino (Buenos Aires), é procurador da República em Uruguaiana (RS). Coordena o grupo de Justiça de Transição do MPF.
SERGIO SUIAMA, 40, mestre em direitos humanos pela Universidade Columbia (EUA), é procurador da República em São Paulo.

FOLHA DE S. PAULO

Justiça libera as contas da Bienal de São Paulo

MAM não será mais o realizador do evento

Uma decisão do Tribunal Regional Federal de São Paulo acatou anteontem recurso da Fundação Bienal de São Paulo pedindo o desbloqueio das contas da instituição.

Com isso, a fundação poderá realizar a 30ª Bienal de São Paulo, prevista para setembro, sem o auxílio do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Quando a Bienal foi declarada inadimplente pelo Ministério da Cultura, em janeiro, o MAM se tornou proponente do evento no órgão.

"Não há mais necessidade de fazer o processo com uma segunda instituição", disse Heitor Martins, presidente da Fundação Bienal, à **Folha**. "Perdemos um pouco de tempo com tudo isso, mas estamos dentro do cronograma para abrir a mostra."

A Fundação Bienal já havia captado R\$ 12 milhões dos cerca de R\$ 22 milhões necessários para a realização do evento, mas ficou sem acesso aos recursos depois que a Controladoria Geral da União levantou dúvidas sobre a prestação de contas de gestões anteriores da entidade.

Segundo a CGU, podem ter sido desviados R\$ 75 milhões em recursos incentivados entre 1999 e 2007. Esse dado motivou o MinC a bloquear o acesso da Bienal a recursos captados para a próxima edição da mostra neste ano.

Martins acredita, no entanto, que a recente vitória na Justiça cria um "ambiente de estabilidade" para encontrar uma "solução definitiva" para essas pendências junto ao Ministério da Cultura.

24 MAR 2012

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEGE CHEFE HOJE

Concorrem ao posto de procurador-geral Márcio Elias Rosa, da situação, e Mário Papaterra Limongi e Felipe Locke, opositoristas. O resultado é encaminhado ao governador, que escolhe um nome da lista. Tradicionalmente, o mais votado é conduzido ao cargo.

DEMÓSTENES PEDIU R\$ 3.000 A EMPRESÁRIO

Investigação da PF mostra o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) pedindo dinheiro a Carlinhos Cachoeira, envolvido na exploração de jogos caça-níquel. Demóstenes pediu R\$ 3.000 para pagar despesas de taxi-aéreo, segundo reportagem do jornal "O Globo".

Assassina de filha de amante é condenada a 43 anos de prisão

Do Rio - Luciene Reis Santana, que confessou ter assassinado a menina Lavínia Azeredo, 6, no ano passado, foi condenada anteontem a 43 anos de prisão.

Luciene foi condenada por crime triplamente qualificado, sequestro de incapaz por motivo torpe, seguido de homicídio e ocultação de cadáver.

Lavínia foi encontrada morta em 2 de março de 2011 em um quarto de hotel em Duque de Caxias, no Rio. A menina tinha um cadarço do tênis enrolado ao pescoço. O seu corpo estava debaixo do colchão.

O pai de Lavínia, Roni dos Santos de Oliveira, 31, tentou agredir a acusada durante o julgamento. Ele chamou a mulher, que era sua amante, de "monstro terrível". Foi preciso que policiais e parentes impedissem Oliveira de agredi-la.

Lavínia foi morta após o fim do relacionamento entre Oliveira e Luciene.

De acordo com a denúncia apresentada pelo Ministério Público o crime foi praticado por motivo torpe (sentimento de vingança pelo pai da vítima) e com emprego de meio cruel (asfixia por estrangulamento).

MÔNICA BERGAMO SEGUNDA CHANCE

A Acrimesp (Associação dos Advogados Criminalistas do Estado de SP) enviou à OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) ofício em que pede a implantação do sistema de segundo turno nas eleições da diretoria e conselhos das seccionais da entidade. O pedido está em análise na comissão de legislação da OAB.

Justiça suspende redução de tarifas da Oi

A Telemar Norte Leste, empresa da Oi, obteve decisão judicial que suspende redução líquida de 10,78% sobre os valores pagos pelos usuários nas

chamadas fixo-móvel. A Anatel recorreu. Se a decisão for confirmada, haverá aumento de tarifas para os consumidores, segundo a agência.

25 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

ANJ e ministro do Supremo criticam ação contra a Folha

Presidente do TJ de SP disse que vai mobilizar magistrados contra o jornal

Professora da USP afirma que ameaça de processo de Ivan Sartori é 'atitude intimidatória contra a imprensa'

A ANJ (Associação Nacional de Jornais) criticou ontem a iniciativa do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, de mobilizar magistrados para processar a **Folha**.

"Mover uma ação é um direito garantido pela Constituição a todos os cidadãos, mas pretender transformar esse direito em uma iniciativa corporativa é preocupante. A ANJ lamenta essa iniciativa", disse Ricardo Pedreira, diretor-executivo da entidade.

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), também afirmou discordar da iniciativa.

Na sexta-feira, Sartori disse que tem buscado associações de magistrados para preparar ações contra o jornal.

"Não sei se vai ser feito um processo ou se serão processos em blocos de magistrados. E eu acredito que os 354 [desembargadores do TJ] vão participar", afirmou.

Ele disse que vai processar a **Folha** por causa do uso do termo "investigar" em manchete que informou sobre a inspeção da corregedoria do Conselho Nacional de Justiça

“O jornal usou o termo na concepção não técnica, mas ao alcance dos cidadãos

MARCO AURÉLIO MELLO
ministro do Supremo

nas folhas de pagamentos e nas declarações de renda dos desembargadores da corte.

Marco Aurélio Mello, no entanto, afirmou não ver motivo para processo. "O jornal usou o termo na concepção não técnica, mas ao alcance dos cidadãos em geral. Penso que não há pecado aí a gerar insurgimento. A **Folha**, evidentemente, quando versou o vocábulo, pensou na concepção do leigo e não na do profissional do direito."

Marco Aurélio afirma que é preciso "amenizar" a questão. "Não há motivo para mobilização. Engraçado isso, eu, por exemplo, sou técnico e não tomei o emprego do vocábulo com esse sentido."

O criminalista e ex-secretário de Justiça de São Paulo Antônio Claudio Mariz de Oliveira tem posição semelhante. "No contexto em que foram usadas, as expressões 'investigação' e 'inspeção' possuem o mesmo sentido."

Para a professora do Departamento de Ciência Política da USP Maria Tereza Sadek, Sartori está adotando posições contraditórias.

"De um lado, Sartori está abrindo o TJ para o CNJ e para a sociedade. Porém, em sentido oposto, toma uma atitude intimidatória contra a imprensa ao ameaçar processar a **Folha**", afirmou Sadek.

FOLHA DE S. PAULO

Magistrados de SP devem receber auxílio-alimentação

25 MAR 2012

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, instituiu o benefício do auxílio-alimentação para os cerca de 2.400 magistrados de primeira e segunda instância do Estado.

A concessão do auxílio no valor diário de R\$ 29, informada ontem pelo jornal "O Estado de S. Paulo", é retroativa a abril de 2006.

Segundo portaria assinada por Sartori, a medida se baseia em decisões do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que determinam a equivalência de benefícios entre a magistratura e o Ministério Público.

O presidente do TJ decidiu que o pagamento tem de ser retroativo a 2006 com base na interpretação de uma lei que estabelece que é possível cobrar da Fazenda Pública verbas exigidas por meio de ações judiciais pelo período de cinco anos contados a partir da apresentação dos processos.

A portaria do presidente do TJ indica que, "embora não tenha sido ajuizada ação", um pedido de concessão do benefício feito ao tribunal pela Apamagis (Associação Paulista de Magistrados) em abril de 2011 pode ser considerado como medida equivalente a um processo judicial.

Assim, segundo a interpretação da direção do TJ, o protocolo do pedido administrativo da Apamagis serve como marco para o cálculo retroativo a ser feito para pagar o auxílio aos juizes.

A portaria, publicada sexta-feira na imprensa oficial do Estado, indica que a entrada em vigor do benefício depende de autorização do Órgão Especial, colegiado da cúpula do TJ formado por 25 desembargadores.

A equivalência de benefícios entre a magistratura e o Ministério Público estabelecida pelo CNJ é discutida em ações em andamento no Supremo Tribunal Federal, a corte máxima do país.

FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI

Sartori é um mau defensor do TJ-SP

O presidente do tribunal defende seus pares com argumentos que enfraquecem a magistratura

25 MAR 2012

O DESEMBARGADOR Ivan Sartori, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, é um defensor de sua corte. Pena que em algumas formulações enfraqueça a própria causa.

Em entrevista à repórter Laura Diniz, Sartori queixou-se dos vencimentos da magistratura:

"Quanto ganha um alto executivo numa empresa privada? R\$ 80 mil por mês. Quanto ganha o presidente da Petrobras? Deve ser mais de R\$ 45 mil por mês. O juiz ganha R\$ 24 mil (US\$ 173,3 mil anuais). Não é um salário à altura do cargo".

Um executivo de grande empresa brasileira ganha em torno US\$ 450 mil anuais. Eles têm contratos individuais. Empresário que dá desfalque pode ser demitido; juiz que vende sentença é aposentado, com vencimentos.

Num exemplo buscado na corporação de Sartori, à sua "altura", os juízes da Corte Suprema de Nova York têm salários de US\$ 174 mil anuais, equivalentes aos mesmos R\$ 24 mil mensais do doutor.

Na semana passada, Sartori achou que uma parte do problema do tribunal está na imprensa: "Eu vou falar. Temos o Conselho Nacional de Justiça, e vocês não querem o Conselho Nacional de Jornalismo. Ia ter mais responsabilidade". "Vocês" quem, cara pálida? Os jornalistas não são funcionários públicos nem ocupam posições inamovíveis

numa carreira vitalícia. O conselho a que Sartori se refere teria o propósito de "orientar, disciplinar e fiscalizar" a atividade dos jornalistas. Defina-se "orientar". O CNJ não orienta os tribunais. Poucos jornalistas defendem a criação desse conselho e muitos acham bem-vinda a ideia da criação de um órgão, público ou, preferencialmente, privado, capaz de sancionar profissionais e empresas de comunicação. O pior dos mundos seria aquele em que, existindo um Conselho Nacional de Jornalismo, o presidente de um tribunal pudesse acioná-lo para "orientar" o noticiário.

Tudo ficará melhor quando a luz do sol bater na lista dos desembargadores de todos os Estados que receberam indenizações antecipadas. Com os nomes, os valores e as taxas de juros que os produziram.

FOLHA DE S. PAULO

SUZANA SINGER

A voz oficial 25 MAR 2012

O EDITORIAL "Respeito à Anistia" / de segunda-feira passada, provocou manifestações indignadas. O texto condenava a tentativa do Ministério Público Federal de denunciar o coronel da reserva Sebastião Curió por sequestro qualificado de membros da Guerrilha do Araguaia (1972-75).

A **Folha** chamou a iniciativa de uma "tentativa canhestra" de burlar a Lei da Anistia (1979), que prevê a não punição de crimes políticos cometidos durante a ditadura.

Leitores reclamaram da forma como o Ministério Público foi tratado ("raciocínio tortuoso") e alguns acusaram o jornal de querer esquecer o passado. "Canhestra, covarde e injustificável é a postura retrógrada ao tratar da corajosa iniciativa do Ministério Público Federal", escreveu o funcionário público Alexandre Zamboni Tehechrani, 40.

O contraponto veio já no dia seguinte, com o colunista Vladimir Saffelle discordando do editorial ("Respeitar a Lei da Anistia?"). Dois dias antes, uma charge lúgubre do Angeli mostrava caveiras do Araguaia perguntando pelos parentes e Elio

Leitores reclamam de editorial, mas o importante é que a opinião do jornal não contamine o noticiário

Gaspari traçava um perfil arrasador de "Curió", o herói da ditadura".

Não dá para acusar a **Folha** de monolítica. Mas, em um jornal com tantos colunistas (mais de cem), os editoriais são "o" espaço nobre, no qual se eleva a voz oficial do jornal sobre o burburinho de opiniões.

Na quinta-feira passada, por exemplo, o editorial "Explicações devidas" dava uma resposta dura ao presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, que havia ameaçado o jornal com mais de 350 ações ("eu vou acionar e vou ganhar uma boa grana de vocês").

A fala de Sartori foi classificada de "destempero", "de clara índole intimidatória". Era a **Folha** dizendo não ter medo do Judiciário (leia texto abaixo).

Um bom editorial, recomenda o "Manual da Redação", é "enfático", "equilibrado", "informativo" e deve evitar o sarcasmo. Os temas são

escolhidos pelo editor de Opinião, que discute a linha de argumentação com o diretor de Redação.

Na pesquisa dos assuntos, os editorialistas — oito jornalistas e dois economistas — ouvem especialistas. Às vezes, a opinião do jornal só é decidida depois dessa consulta.

A posição dos leitores é levada em consideração para "ajudar a definir a pauta e calibrar os termos e argumentos, mas não para orientar a opinião do jornal", explica Marcelo Leite, editor de Opinião.

O jornal pode mudar de posição, mas deve haver coerência histórica, como no caso da Anistia. A **Folha** tem defendido a criação da Comissão da Verdade, o acesso a todos os documentos históricos, mas sempre ressaltou a importância de respeitar a Anistia.

O importante, para o leitor, é que o editorial não contamine o noticiário. A "voz oficial" pode condenar a iniciativa dos procuradores, mas as reportagens precisam ser neutras, expondo os argumentos dos dois lados. Essa regra básica tem sido respeitada na **Folha**.

A MANCHETE DOS JUÍZES

O presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, ficou irado com a manchete de terça-feira passada ("Corregedoria vai investigar todos os juízes do TJ-SP"), porque não estaria certo falar em "investigação", um termo que ele considera pejorativo — o mais preciso seria "inspecionar".

O problema maior não estava aí. O que não ficou claro é a abrangência da "inspeção" da Corregedoria. Em um mesmo dia, a corregedora Eliana Calmon conseguiu dar duas versões: em uma coletiva, ao lado de Sartori, disse que "é absolutamente impossível" investigar 354 de-

sembargadores. Questionada depois por escrito pela **Folha**, disse que as inspeções abrangem todos os membros do tribunal. Tomou o cuidado de grifar o "todos".

Esse vaivém deveria acender uma luz amarela em quem cobre o Judiciário. É preciso redobrar os cuidados com as informações que vêm da caçadora dos "bandidos de toga".

FRASE

IVAN SARTORI

Eu até me disponho [a mostrar], se ela [Eliana Calmon] quiser mostrar o holerite junto com o meu

presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desafiando a corregedora nacional da Justiça, um dia depois, ele recuou da ameaça

25 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Enteada de ministro do STF é assessora de senador do DEM

Senador é citado em apuração sobre jogo ilegal, caso que pode ir ao STF; ele e Mendes negam conflito de interesse

LEANDRO COLON
FERNANDO MELLO
DE BRASÍLIA

Sob risco de virar alvo do STF (Supremo Tribunal Federal), o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) emprega em seu gabinete uma enteada de Gilmar Mendes, um dos 11 ministros da corte.

Ketlin Feitosa Ramos, que é tratada na família como filha do ministro, ocupa desde setembro o cargo de assessora parlamentar de Demóstenes, posto de confiança e livre nomeação.

O senador passa hoje por uma crise política por ter seu nome envolvido na Operação Monte Carlo, que desmontou no mês passado um esquema de corrupção e lavagem de dinheiro na exploração de jogos caça-níquel.

Acusado de ser o chefe do esquema, o empresário Carlinhos Cachoeira é amigo de Demóstenes e teve 300 telefonemas com ele gravados pela polícia.

O senador confirmou que recebeu de Cachoeira um telefone antigampo, um fogão

e uma geladeira de presentes de casamento. Investigação mostrou que o senador também pediu ao empresário R\$ 3.000 para pagar despesas de táxi-aéreo.

Como senadores possuem foro privilegiado (só podem ser investigados com autorização do STF), todo o material que envolve Demóstenes e outros políticos foi remetido para análise do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

Ele poderá pedir ao STF autorização para abrir um inquérito específico para investigar o senador. Gurgel não tem prazo para isso.

Se o pedido de inquérito for feito, o caso será distribuído automaticamente a um dos

11 ministros do STF, incluindo Gilmar Mendes, caso ele não se declare impedido.

A defesa do senador nega irregularidades e disse que, se o procurador-geral decidir investigá-lo, pedirá a anulação das provas por considerar que Demóstenes não poderia ter sido monitorado sem aval do Supremo.

A enteada do ministro é servidora de carreira do Ministério Público Federal, nível médio, e foi cedida para ser funcionária comissionada do gabinete do senador.

Segundo especialistas, o caso até poderia ser discutido no âmbito da regra anti-nepotismo porque súmula do STF impede a nomeação para cargos de confiança de parentes de autoridades dentro da "mesma pessoa jurídica".

No caso, a União seria a pessoa jurídica que engloba Judiciário e Legislativo. Ketlin, como enteada, é parente por "afinidade", hipótese contemplada na súmula.

Mas o caso dela é controverso porque há decretos, inclusive do Senado, interpretando que a súmula proíbe o nepotismo só em cada Poder.

No Senado, só parentes de senadores não poderiam ser nomeados. Além disso, Ketlin é servidora de carreira do Ministério Público e o texto do STF não esclarece o que ocorre nesse tipo de situação.

RELACÃO

CONVERSA DE 2008 TERIA SIDO ALVO DE GRAMPO

Em 2008, uma conversa casual entre Demóstenes e Mendes teria sido alvo de suposto grampo feito por integrantes da Agência Brasileira de Inteligência. No ano seguinte, a Polícia Federal encerrou as investigações sem encontrar o áudio e sem identificar o responsável pela eventual gravação.

CONTINUA

Mendes e Demóstenes negam haver conflito de interesse

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) e o ministro Gilmar Mendes negaram haver conflito de interesse e afirmaram, por meio das assessorias, que a nomeação de Ketlin Feitosa foi feita por critérios técnicos.

A assessoria de Gilmar Mendes, ao negar a existência de conflito, disse que Ketlin ocupou, nos últimos 15 anos, cargos de confiança em tribunais superiores, entre eles TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Para Demóstenes, a qualificação de sua assessora "a indica para o exercício do cargo". Segundo ele, Ketlin cuida das demandas ambientais de seu gabinete. "O fato de ser parente de uma figura importante da República não deve ser levado em conta para o ingresso de alguém no serviço público, não deve ser também motivo de impedimento", disse.

O senador afirmou ainda que a relação pessoal que tem com Gilmar não influenciou no emprego à enteada dele.

"Sua condição familiar não a faz melhor ou pior que os demais servidores do gabinete. A contratei por conhecê-la pessoalmente há bastante tempo e por ter lido alguns dos seus trabalhos na área ambiental e não por pedido, sugestão, interferência, indicação, anuência ou manifestação de quem quer que seja", ressaltou.

Demóstenes disse ainda que, na opinião dele, a contratação de um parente não cria constrangimentos a Mendes. "Um ministro da mais alta corte, qualquer deles, não iria prevaricar por ter alguém do seu relacionamento trabalhando em gabinete de algum parlamentar."

Por escrito, Ketlin disse que procurou por conta própria emprego no Senado. Segundo ela, a ideia inicial era ter contato com o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da Comissão de Meio Ambiente, mas acabou acertando com o senador de Goiás.

"Demóstenes me fez uma proposta de trabalho para que eu atuasse em sua assessoria jurídica e disse que estava precisando de um servidor com o meu perfil, pois tinha muito interesse na área ambiental."

O SENADOR E O MINISTRO DO STF

Democrata nomeia enteada de Gilmar Mendes em seu gabinete



Demóstenes Torres (DEM-GO)

SENADOR
Empregou Ketlin Feitosa, em set.2011, como assistente parlamentar em seu gabinete no Senado



Ketlin Feitosa



Gilmar Mendes
MINISTRO DO STF

É padastro de Ketlin e, como membro da corte, tem o dever de analisar investigações envolvendo políticos



O conflito

Não há inquérito ou processo envolvendo o senador no STF, mas Demóstenes foi citado em operação da PF que investigou esquema de exploração de jogos caça-níquel. A Procuradoria-Geral da República analisa o caso e pode pedir abertura de apuração contra o senador



O envolvimento no esquema

Demóstenes admite que recebeu de Carlinhos Cachoeira um aparelho de telefone especial para conversas entre os dois. A investigação gravou cerca de 300 diálogos entre os dois por pelo menos oito meses no ano passado

OUTRO LADO

Demóstenes nega indícios de crimes nas ligações. O senador diz que é amigo do empresário e confirmou que também recebeu de Cachoeira um fogão e uma geladeira de presentes de casamento

FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

Desalento

25 MAR 2012

BRASILIA - Difícil descrever o estado de ânimo dos senadores estreantes Pedro Taques (PDT-MT) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) diante das relações perigosas do colega Demóstenes Torres (DEM-GO) com o bicheiro Carlinhos Cachoeira.

Perplexidade? Decepção? Irritação? Talvez um pouco de tudo isso.

Taques, procurador, e Randolfe, senador mais jovem (38 anos) e professor de direito constitucional, formavam um trio com o veterano Demóstenes, promotor. Eles conhecem o sistema, apresentavam projetos, sugeriam mudanças. Para dar nisso?

O "ético" Demóstenes tem de explicar três mimos recebidos de Cachoeira. Primeiro, o fogão e a geladeira importados, de presente de casamento. Depois, um telefone Nextel, aparentemente imune a grampos (para fugir da polícia?). Agora, o pedido de R\$ 3.000 para pagar o aluguel de um jatinho.

Isso, de um lado. Do outro, a PF gravou conversas em que, segundo seus relatórios, Demóstenes repassava informações sigilosas para o amigo bicheiro — que, aliás, está preso. Fechando as duas pontas, tudo indica intimidade e sugere toma lá dá cá.

Com os políticos sob profundo descrédito, o Congresso em pé de guerra com o governo, Dilma mais ocupada em reuniões com empresários, Demóstenes é mais um que cai, deixando um rastro de desânimo.

Pedro Taques e Randolfe, como muitos de variados partidos, candidataram-se e elegeram-se com o discurso de que a política move o mundo e transforma a realidade. Mas estão vendo, na prática, que o poder também corrompe e deforma.

Multiplicam-se as histórias de jovens promissores e idealistas que se desvirtuaram tanto a ponto de se tornarem irreconhecíveis até no próprio espelho.

Demóstenes coloca Taques, Randolfe e um punhado de estreantes diante de três opções: resistir bravamente, desistir da política ou aderir ao jogo — como a maioria.

25 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Um em cada 262 adultos brasileiros está na prisão

Em 16 anos, taxa de encarceramento da população do país quase triplicou

Desde 1995, a taxa de encarceramento da população brasileira quase triplicou, segundo o Ministério da Justiça. É a terceira entre os dez países mais populosos e levanta debate sobre os custos e a eficácia do sistema.

Para Gilson Dipp, presidente do grupo que trabalha na reforma do Código Penal, o aumento não se deve a uma polícia mais eficiente, e sim à combinação entre a "cultura da prisão" e a ineficácia das defensorias públicas.

A onda de prisões foi uma reação ao aumento da violência, mas não há relação automática entre os fatores.

No Paraná, a alta nos homicídios foi acompanhada pelo crescimento das detenções. Em São Paulo, os assassinatos diminuíram, mas não o número de prisões.

Para suprir o déficit de vagas no sistema carcerário do país, seriam necessários R\$ 10,5 bilhões. No ano passado, os Estados receberam R\$ 1,1 bilhão.

FOLHA DE S. PAULO

Taxa de presos

no Brasil 25 MAR 2012

quase triplica

em 16 anos

**Um em cada 262 adultos está na cadeia;
São Paulo tem um terço dos detentos**

Especialistas veem número desproporcional de prisões por droga e furto; custo e eficácia do sistema são questionados

Uma pessoa em cada grupo de 262 adultos está presa no Brasil. Em 1995, essa proporção era de 1 para 627. Em São Paulo, com um quinto da população brasileira e um terço dos presos, um em 171 está na cadeia.

Entre 1995 e junho de 2011, a taxa de encarceramento (número de presos para cada cem mil habitantes) brasileira quase triplicou. É a terceira maior entre os dez países mais populosos e põe em questão custos e benefícios de ter tantos presidiários.

A polêmica é semelhante à travada nos EUA, recordista em presos e onde a tese dominante de que só a prisão de todos os infratores habituais leva à redução de crimes é cada vez mais questionada.

O início da onda de encarceramento no Brasil foi uma reação ao aumento da violência urbana. A taxa de homicídios passou de menos de 15 por 100 mil pessoas em 1980 para quase 25 em 1990, chegando a 30 em 2003.

Hoje, estudiosos como Juliana Lemgruber, do Centro de

Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, e Pedro Abramovay, da FGV-RJ, apontam a contribuição desproporcional de acusados de tráfico para o crescimento da população carcerária. Segundo eles, é uma consequência da aplicação equivocada da Lei de Drogas de 2006. A lei livrou usuários de prisão e estabeleceu pena mínima de cinco anos para traficantes, sem direito à liberdade provisória.

O resultado foi oposto ao esperado, e "uma massa que fica na fronteira entre o tráfico e o uso" lota as cadeias, diz Abramovay. Os presos por tráfico quadruplicaram em seis anos, para 117 mil, 40% deles em São Paulo.

"A polícia tem recursos finitos, e os usa para prender pessoas não violentas que serão violentas quando saírem da prisão", afirma ele.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp, presidente da comissão de reforma do Código Penal do Senado, diz que há uma combinação de "cultura da prisão" com deficiência das defensorias públicas estaduais.

Com um presidiário típico jovem e pobre, isso resulta em muitos detentos sem julgamento (cerca de 40%, contra 21% nos EUA) e acusados de furto, estes em número maior do que os que respondem por assassinato.

Em mutirão recém-realizado pelo Conselho Nacional de Justiça em 25 Estados, só a revisão administrativa de processos, sem mudar sentenças, beneficiou 72,6 mil presos —36,8 mil libertados. "Furto não é caso de prisão", diz Dipp, para quem só crimes "gravíssimos" ou violentos merecem cadeia.

CONTINUA

25 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Analistas divergem sobre efeito da prisão

Relação entre encarceramento e queda da violência não é automática; quanto mais crimes, maior o número de presos

Construção de uma nova vaga custa R\$ 50 mil, o que daria um gasto de R\$ 10,5 bilhões só para cobrir o déficit do país

Não há consenso sobre o quanto o encarceramento reduz a criminalidade.

O estudo mais conhecido foi feito nos EUA pelo economista Steven Levitt. Segundo ele, para cada ponto de variação na população carcerária, o impacto na criminalidade é de 0,147 ponto.

O aprisionamento foi uma de sete variáveis usadas por Daniel Cerqueira, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em tese sobre homicídios no Brasil.

As outras variáveis são renda, desigualdade, efetivo policial, proporção de homens jovens na população, disponibilidade de armas de fogo e de drogas.

Cerqueira diz que esses fatores juntos explicam até 70% da incidência de assassinatos. É difícil, porém, isolar o efeito do encarceramento porque quanto maior o volume de crimes, maior a quantidade de presos.

Não há coerência entre os Estados. O Paraná, por exemplo, tem taxas altas de encarceramento e homicídios, enquanto São Paulo reduziu a taxa de homicídios em mais de 60% na última década — as dos demais crimes foram apenas contidas.

José Vicente da Silva Filho, coronel da reserva da PM paulista e ex-secretário nacional de Segurança, diz que o aumento das prisões em São Paulo teve "impacto direto" na queda de homicídios, mesmo que só 9,28% dos presos no Estado respondam por assassinato.

"O criminoso que comete seguidamente crimes de menor gravidade também comete crimes bravos", afirma.

Luciana Guimarães, do Instituto Sou da Paz, aponta outras causas: o sucesso do desarmamento no Estado, depois do estatuto de 2003, e a criação do Departamento de Homicídios, que combateu grupos de extermínio.

Pedro Abramovay, ex-secretário nacional de Justiça, cita o investimento da polícia paulista em informação e a "pax mafiosa", o fato de um só grupo, o PCC, controlar o narcotráfico, o que reduz a disputa de facções.

Silva defende que a taxa paulista de 430 presos por cem mil habitantes seja estendida a todo o país e admite que é voz quase isolada entre analistas: "Reclamam que tem preso demais e eu acho que tem de menos".

Construir uma nova vaga em prisão custa R\$ 50 mil, o que daria um gasto de R\$ 10,5 bilhões só para cobrir o déficit atual do país — o governo federal ofereceu aos Estados R\$ 1,1 bilhão para essa finalidade, no final de 2011.

Cada preso, por sua vez, custa R\$ 100 por dia em condições ideais, ou R\$ 18,7 bilhões por ano apenas para os detentos atuais, 17 vezes o orçamento das polícias do Rio.

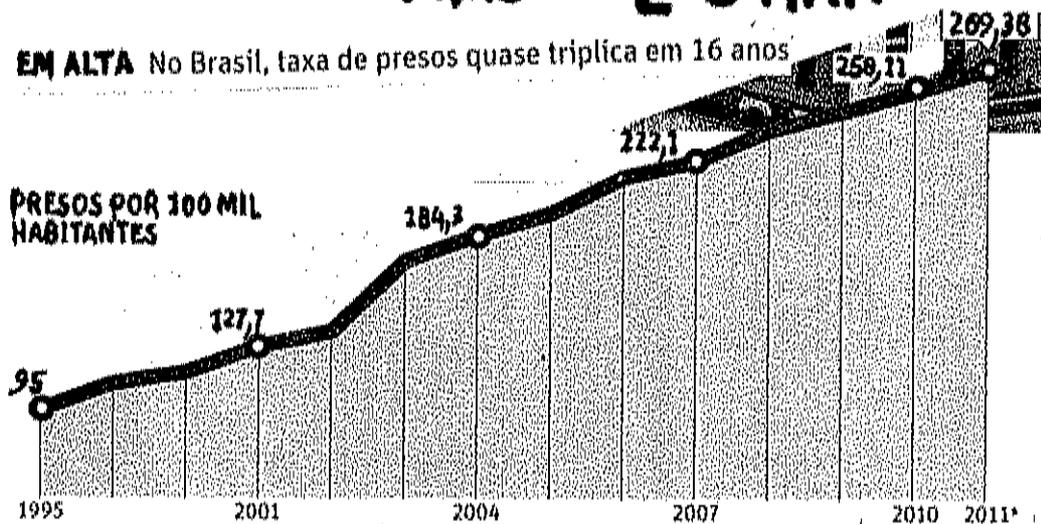
"Tem que construir prisão, mas os 200 mil do déficit de hoje virariam outros tantos se isso não vier acompanhado de nova postura do Judiciário. Não é racional pôr no mesmo ambiente presos provisórios, os que poderiam ser objeto de outras penas e os que precisam ficar presos", diz Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 MAR 2012

EM ALTA No Brasil, taxa de presos quase triplica em 16 anos



ONDE ESTÃO

49.362
Em delegacias

464.440
Em presídios

304.702
Vagas

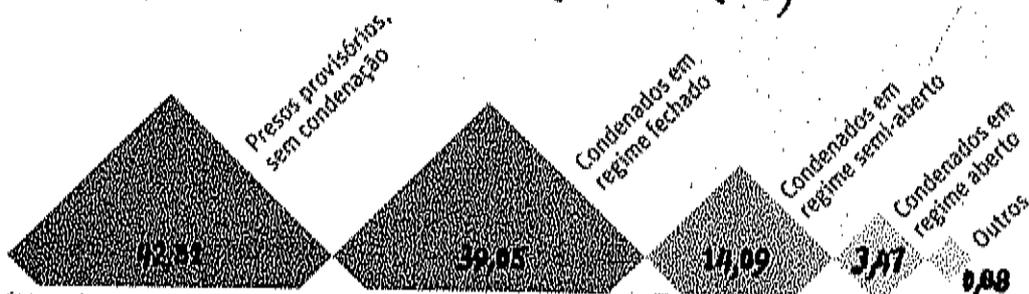
209.100
Deficit de vagas

513.802
é o total de presos
no Brasil

1,7
é a relação presos por
número de vagas

93,65%
dos presos são homens

MAIS DE 40% DOS PRESOS AINDA NÃO FORAM JULGADOS** (EM %)



*Últimos números nacionais do Ministério da Justiça são de junho de 2011. **Cálculo é aproximado por incluir os presos em delegacias: presos já condenados não podem ser mantidos em unidades da polícia, mas há Estados em que ainda exista essa prática. Fontes: Dopen (Departamento Penitenciário Nacional), Censo 2010 e Pnad 2009 do IBGE, International Centre for Prison Studies (Reino Unido), Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2011)

“ O que está causando o aumento do número de presos não é gente presa por homicídio, é gente presa por tráfico, a raia miúda do tráfico. O sujeito violento não está preso

JULITA LEMGRUBER
Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes

“ Em tese, imagina-se que o encarceramento vai reduzir o crime, pelo efeito da dissuasão ou da incapacitação do criminoso. Mas não é tão simples

DANIEL CERQUEIRA
do Ipea

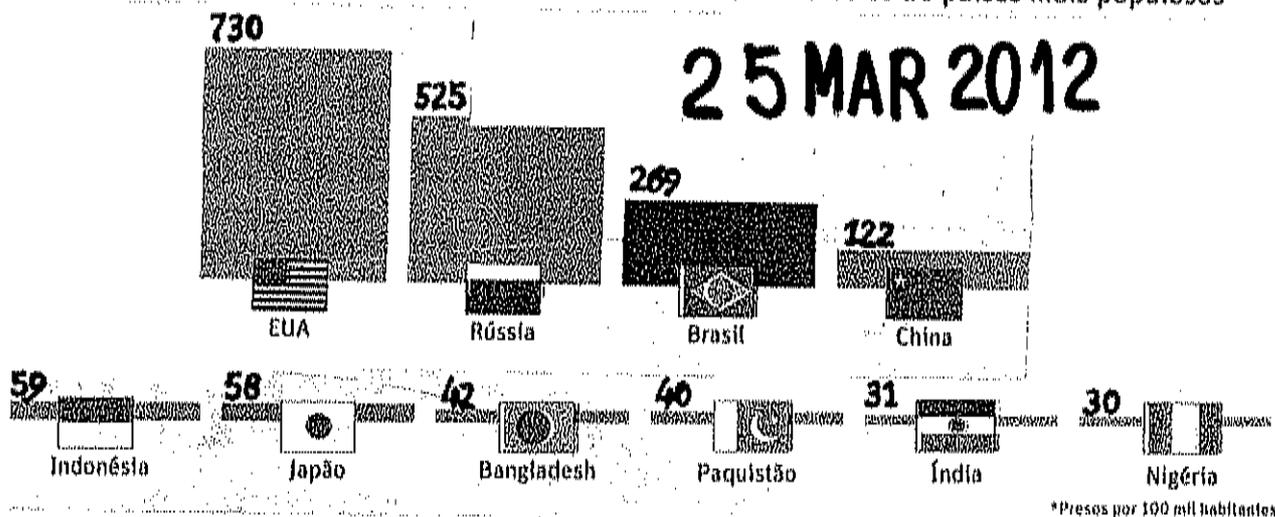
CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ATRÁS DAS GRADES

Taxa de encarceramento* brasileira é a terceira maior entre os 10 países mais populosos



Tirar tráfico da rua tem mais efeito, afirma americano

A redução da criminalidade não depende de revolução social nem do encarceramento em massa, mas de polícia eficiente e que tire das ruas o tráfico. É o que diz Frank Zimring, da Universidade da Califórnia e autor do livro "The City that Became Safe" (A cidade que ficou segura), sobre a criminalidade em Nova York. (CA)

Folha - Qual relação entre aumento de prisões nos EUA e queda de criminalidade?

Frank Zimring - A melhor medida é que entre 15% e 20% da queda da criminalidade nos EUA desde os anos 1990 poderia ser atribuída ao encarceramento. Mas o caso de Nova York desafia a dita "criminologia da oferta", segundo a qual todos os criminosos habituais teriam que ser mantidos presos ou reincidiriam, não havia terceira opção. Em todo o país, o encarceramento cresceu 65% de 90 a 2009. Em Nova York, em 2009 ele era 28% menor do que em 1990. Homicídios, roubos e latrocínios caíram mais de 80% na cidade.

Para onde foram os criminosos?

Para lugar nenhum. Estudamos as taxas de reincidência entre pessoas que voltaram à cidade depois de sair da prisão. Constatamos que, quando a criminalidade sobe, a reincidência também aumenta; quando ela cai, a reincidência diminui.

Por quê?

Quando saem da prisão, elas começam a passar tempo com o mesmo grupo que conheciam antes. Mas, como a criminalidade caiu, seus amigos não estão roubando, estão fumando maconha. Você faz a mesma coisa. Isso não reforma a sociedade, mas torna as ruas mais seguras.

O combate ao crime não requer revolução social?

Todas as mudanças sociais em Nova York foram superficiais. As escolas não melhoraram nem o emprego para os pobres.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 25 MAR 2012

No Brasil, pena alternativa falha por falta de fiscalização

Desde os anos 1990, houve duas tentativas principais de conter a expansão carcerária no Brasil por via legislativa — com 1,7 preso por vaga, as cadeias do país já foram denunciadas em órgãos de direitos humanos da ONU e da OEA (Organização dos Estados Americanos).

A lei 9.714, de 1998, ampliou as punições alternativas. Antes, só penas de até um ano de prisão podiam ser substituídas por multa, serviço comunitário, proibição de frequentar lugares.

A substituição passou a ser possível em penas de até quatro anos, para não reincidentes e crimes não violentos.

Desde então, estima-se que mais de 700 mil penas alternativas tenham sido adotadas, sem o efeito pretendido.

O juiz Luciano Losekann, coordenador do mutirão carcerário do Conselho Nacional de Justiça, diz que ocorreu uma ampliação da "malha penal" —pequenos delitos ou condutas que nem eram crimes, como brigas de vizinhos, passaram a ser tratadas na esfera criminal.

Ele atribui o fenômeno ao conservadorismo do judiciário e à falta de estrutura nos

Estados para fiscalizar o cumprimento dessas penas alternativas.

"Uma coisa é apurar a pena e a outra é dizer que ela foi executada. Entre os dois momentos, há um Himalaia no meio", diz ele.

Os dois fatores podem comprometer também a eficácia da nova lei para restringir o encarceramento, a 12.403, de 2011.

Essa lei permite a troca da prisão provisória (quando o acusado espera pelo julgamento) por nove medidas cautelares, entre elas a proibição de sair de casa, de deixar a cidade ou o país, o comparecimento periódico em juízo e o uso de tornozeleira eletrônica.

"O legislador nacional cria as leis, mas não prevê a fonte de recursos. Os Executivos estaduais dizem não ter verbas para comprar as tornozeleiras", afirma Losekann.

O Ministério da Justiça informou que ofereceu R\$ 4,2 milhões aos Estados brasileiros para a criação de núcleos de acompanhamento de penas alternativas e de presos provisórios.

A liberação da verba ainda espera os projetos estaduais, a serem apresentados até abril deste ano.

25 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Oposição vence eleição para procurador-geral

Felipe Locke foi o mais votado; candidato do atual chefe do Ministério Público do Estado de SP ficou em 2º lugar

Lista tríplice será encaminhada para o governador, que pode escolher qualquer um dos indicados

O procurador de Justiça e candidato de oposição Felipe Locke Cavalcanti venceu a eleição para o cargo de procurador-geral de Justiça, o chefe do Ministério Público do Estado de São Paulo.

Locke obteve 894 votos e superou o candidato da situação, o procurador de Justiça Márcio Elias Rosa, que foi votado por 838 eleitores.

O procurador de Justiça Mário Papaterra Limongi, também da oposição, conseguiu 445 votos no pleito.

A posse de Locke no cargo ainda depende da aprovação do governador do Estado, Geraldo Alckmin (PSDB).

De acordo com a legislação, o Ministério Público deve encaminhar ao governador uma lista com três candidatos para o posto de procurador-geral de Justiça.

O chefe do Executivo estadual pode escolher qualquer um dos nomes da lista tríplice. Tradicionalmente, o governador indica para o cargo o mais votado na eleição interna, em respeito à vontade da maioria dos integrantes do Ministério Público.

Segundo a assessoria da instituição, a relação com os três candidatos e o resultado da eleição seriam enviados ainda ontem para Alckmin.

O governador tem o prazo de 15 dias, a partir do recebimento da lista tríplice, para definir quem vai comandar o Ministério Público paulista.

A última vez em que o mais votado não foi o escolhido foi em 1996, na gestão de Mário Covas (PSDB).

INDEPENDENTE

Locke apresentou-se na campanha como candidato de oposição, "independente" em relação aos grupos do atual procurador-geral, Fernando Grella, e dos antecessores dele, liderado pelo ex-procurador-geral e ex-secretário de Justiça Luiz Antonio Marrey.

"Lutamos contra duas forças tradicionais e fizemos uma campanha de altíssimo nível. Agora vamos aguardar com serenidade a escolha do governador", disse Locke ontem, após a apuração.

A candidatura de Locke foi apresentada após ele ter exercido dois mandatos como representante da classe no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em Brasília.

Com 47 anos de idade e desde 1988 no Ministério Público, Locke teve como propostas de campanha a desburocratização das atividades dos promotores, a melhora da estrutura física e de pessoal na instituição e a reestruturação da carreira.

O mandato do procurador-geral de Justiça é de dois anos, com a possibilidade de uma reeleição. Fernando Grella deixará o cargo após chefiar por duas gestões.

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 MAR 2012

Candidato da oposição é o mais votado para comandar Ministério Público de São Paulo

O PLACAR DA VOTAÇÃO

10

Felipe Locke
Cavalcanti

894 votos



IDADE 47

CARREIRA NO MP 23 anos

Procurador de Justiça, faz oposição à gestão atual de Fernando Grella Vieira

“A atual administração regulamentou as atividades do promotor, porém há muita perda de tempo com a elaboração de relatórios

20

Márcio
Elias Rosa*

838 votos



IDADE 49

CARREIRA NO MP 25 anos

Sub-procurador-geral da atual administração

“Vamos ficar atentos para que as rotinas não se tornem entraves. Quanto à questão política, a postura é a de não cultivar o personalismo

30

Mário
Papaterra
Limongi

445 votos



IDADE 59

CARREIRA NO MP 36 anos

Representante da oposição, é ligado ao ex-procurador-geral Luiz Antonio Marrey

“O Ministério Público precisa ter participação mais ativa nas reformas legislativas, alertando a opinião pública sobre desvios

A ESCOLHA FINAL

Tradicionalmente o governador escolhe para o cargo o candidato mais votado pelos promotores e procuradores, mas pode decidir em favor de qualquer um dos integrantes da lista triplíce

O QUE FAZ O PROCURADOR-GERAL

- > Chefe do Ministério Público estadual
- > Responsável pela ações de improbidade administrativa contra o governador
- > Responsável pelas ações criminais contra deputados e prefeitos

26 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

10% dos casos no Supremo estão parados há mais de 2 anos

Tribunal se adianta à Lei de Acesso a Informações e passa a divulgar hoje dados como a data dos processos e em que fase eles estão

Um em dez casos no STF não anda há mais de 2 anos

Existem hoje no STF (Supremo Tribunal Federal) cerca de 7.500 processos que há mais de dois anos ainda não tiveram nenhuma decisão. Esse valor representa 10% dos casos em tramitação. Há ações ou recursos que aguardam desde a década de 1980.

Por iniciativa do seu presidente, Cezar Peluso, o Supremo decidiu se adiantar à Lei de Acesso a Informações, que entra em vigor em maio, e passa a divulgar estatísticas sobre a corte.

Existem hoje no STF (Supremo Tribunal Federal) cerca de 7.500 processos que há mais de dois anos ainda não tiveram nenhuma decisão.

Neste universo, que representa mais de 10% dos casos em tramitação, encontram-se ações ou recursos que aguardam um posicionamento da corte desde a década de 80.

O acúmulo de processos e a morosidade do Poder Judiciário são conhecidos. Mas, a partir de hoje, é possível qualificar a realidade do tribunal.

Por iniciativa do presidente do STF, Cezar Peluso, e aprovação de seus colegas, o Supremo decidiu se adiantar à Lei de Acesso a Informações, que entra em vigor em maio, e passa a divulgar dados estatísticos sobre os processos que tramitam na corte.

Pela primeira vez, o STF publicará quantidade de processos no gabinete de cada ministro, quantos aguardam parecer da Procuradoria-Geral da República ou a data em que foram protocolados. As informações estarão disponíveis em www.stf.jus.br.

"Isso facilitará o trabalho de gestão do tribunal. É possível saber, por exemplo, quantos processos o Supremo deve julgar para zerar a quantidade de casos que chegaram antes de 1990", diz Maria Cristina Petcov, secretária-geral da presidência.

A Folha teve acesso a todas essas informações, que serão atualizadas diariamente. Cerca de 63 mil casos estavam tramitando no Supremo até a última quinta-feira.

Apenas 28% deles são ações iniciadas diretamente no STF por serem de competência exclusiva do tribunal. O restante chegou de instâncias inferiores. Deste total, quase 40% constam como "sem nenhuma decisão", mas a maioria deu entrada na corte nos últimos dois anos.

No mês passado, a Folha publicou o caderno "A Engrenagem da Impunidade", revelando que uma série de erros e omissões de magistrados, procuradores e policiais federais é o motivo pelo qual nunca chegam ao fim os processos criminais contra políticos brasileiros.

Desde então, o jornal divulga a íntegra desses inquéritos ou ações penais, iniciativa que faz parte do projeto "Folha Transparência".

No caso do STF, as informações são estatísticas e dizem respeito a todo o tipo de processo, não só os criminais.

Os dados mostram, por exemplo, que mais de 4.000 processos aguardam a análise do procurador-geral da República para que possam ter andamento no tribunal.

MINISTROS

Essa sobrecarga acontece até mesmo quando os ministros anunciam que estão prontos para os julgamentos.

Em outubro de 2000, o ministro Marco Aurélio Mello avisou que um recurso vindo de São Paulo poderia ser levado ao plenário. Até hoje isso não aconteceu.

Esse e outros 658 casos estão liberados para ser incluídos na pauta, mas aguardam na fila de julgamentos.

As informações também revelam que o ministro com o maior acervo de processos é Marco Aurélio, com 9.003 casos. Ele, no entanto, é um dos únicos que não aceita convocar juízes auxiliares para o ajudar na análise dos casos.

Em seguida estão José Antonio Dias Toffoli (8.523) e Joaquim Barbosa (8.247). Já os ministros com menos processos em seus gabinetes são Ricardo Lewandowski, com 2.882, e Carmen Lúcia, que tem um acervo de 2.872.

CONTINUA

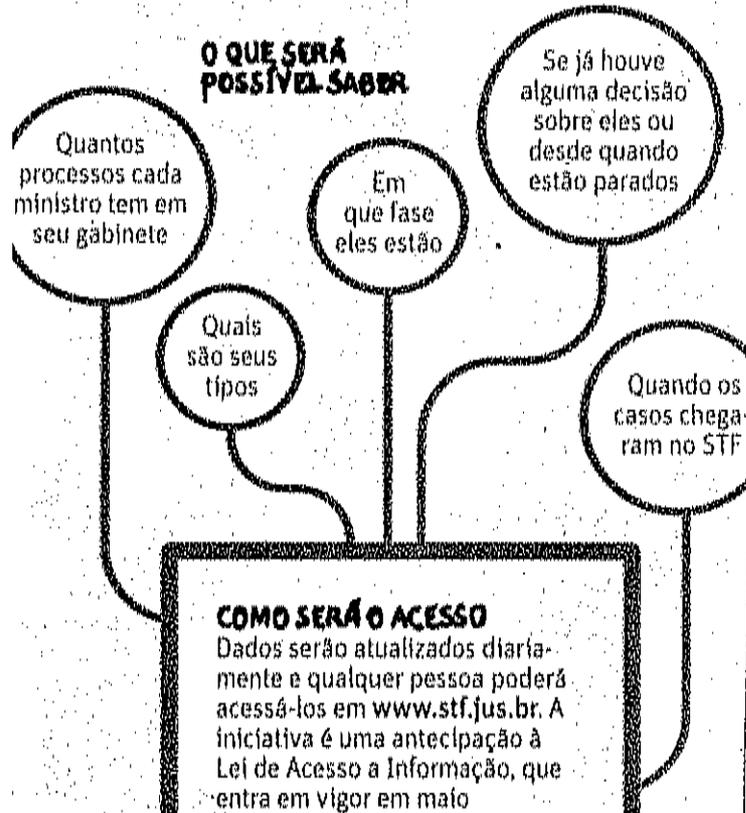
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

26 MAR 2012

MAIS TRANSPARÊNCIA

STF passa a divulgar hoje informações completas sobre os casos em tramitação



AS AÇÕES EM TRAMITAÇÃO NO SUPREMO

Total: 63.821



28,7% Processos que se originaram no STF

71,3%

Recursos de decisões de instâncias inferiores

Quantidade de processos, segundo a data em que chegaram ao STF

Década de 50	1*
Década de 60	1
Década de 70	2
Década de 80	45
Década de 90	865
Entre 2000 e 2004	3.232
Entre 2005 e 2009	24.829
Entre 2010 e a última quinta-feira	34.846

Quantidade de processos, por gabinete

Marco Aurélio Mello	9.003
Antonio Dias Toffoli	8.523
Joaquim Barbosa	8.247
Carlos Ayres Britto	6.019
Rosa Weber	5.962
Luiz Fux	4.092
Celso de Mello	3.585
Gilmar Mendes	3.434
Presidência**	3.325
Ricardo Lewandowski	2.882
Cármen Lucia	2.872
Cezar Peluso***	66

*ação julgada há duas décadas **processos exclusivos da Presidência do STF, não sendo de competência de nenhum ministro ***como presidente, ele não recebe processos. Esses 66 Peluso decidiu continuar relatando durante seu mandato na presidência; Fonte: STF

26 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Maioria dos juízes do 'fórum do Lalau' não trabalha lá às sextas

Em três visitas distintas, servidores relataram ausência de magistrados e 'passagem-relâmpago' pelos gabinetes

Tribunal afirma que julgamentos podem ser feitos em casa e diz que juízes alcançam alto índice de produtividade

A maioria absoluta dos juízes das 90 varas do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, em São Paulo, não trabalha no local às sextas-feiras.

A **Folha** percorreu o fórum durante três sextas-feiras de março e constatou, em conversas com servidores e advogados, que quase não havia magistrados no local no último dia útil da semana.

Com uma câmera escondida, a reportagem ouviu de grande parte dos funcionários que, nas sextas, os juízes, no máximo, passam pelo local para pegar os processos e vão para suas casas.

Essa prática é reconhecida pelo próprio TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 2ª Região, corte à qual o fórum está subordinado.

Segundo a assessoria do TRT, os magistrados reservam a sexta-feira para julgar causas mais complexas e isso pode ser feito fora do prédio. Diz ainda que o índice de produtividade dos juízes é alto (veja texto ao lado).

No dia 16 de março, por exemplo, a reportagem foi a todas 90 varas do fórum entre as 9h30 e as 17h. Em 13 delas, servidores disseram que os juízes estavam naquele momento em audiência ou em seus gabinetes. Nas outras 77, a informação era ou que o juiz não havia compa-

recido ao fórum ou que já tinha deixado o prédio depois de uma rápida passagem.

Naquele dia, havia 28 varas com pelo menos uma audiência agendada —isso significa que cerca de um terço dos juízes pode ter ido ao fórum, em algum momento.

Segundo servidores, porém, parte dessas audiências não foi feita pelos titulares das varas, mas por juízes substitutos que participam do sistema de rodízio para agilizar o trâmite das causas.

O Conselho Nacional de Justiça informou que não há leis que determinem especificamente o horário e o local onde os juízes devam atuar.

O CNJ também não pode baixar regras sobre o tema, pois os tribunais do país possuem autonomia administrativa garantida pela lei.

O Fórum Ruy Barbosa ficou nacionalmente conhecido como o "fórum do Lalau", uma referência ao ex-juiz Nicolau dos Santos Neto. Segundo a Justiça, ele foi um dos responsáveis por superfaturamentos na construção do edifício, na década de 90, que somaram cerca de R\$ 170 milhões.

Produtividade dos magistrados é alta, diz tribunal

O TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 2ª Região, responsável pelo Fórum Ruy Barbosa, afirma que na sexta-feira grande parte dos juízes dedica-se a julgar proces-

sos complexos, e que isso pode ser feito fora do prédio da Justiça trabalhista.

Os magistrados do local têm altos índices de produtividade, segundo o TRT.

O tribunal diz que de segunda a quinta-feira cada vara do fórum realiza uma média de 15 audiências por dia.

"Na sexta-feira, grande parte dos magistrados opta por empenhar-se na redação das sentenças e na análise de

casos mais complexos —atividades que acabam não sendo feitas durante os outros dias, por causa da alta demanda e da realização das audiências", diz o tribunal.

"Esse trabalho pode ser feito a distância, razão pela qual muitos juízes levam os processos para casa", segundo a assessoria do TRT.

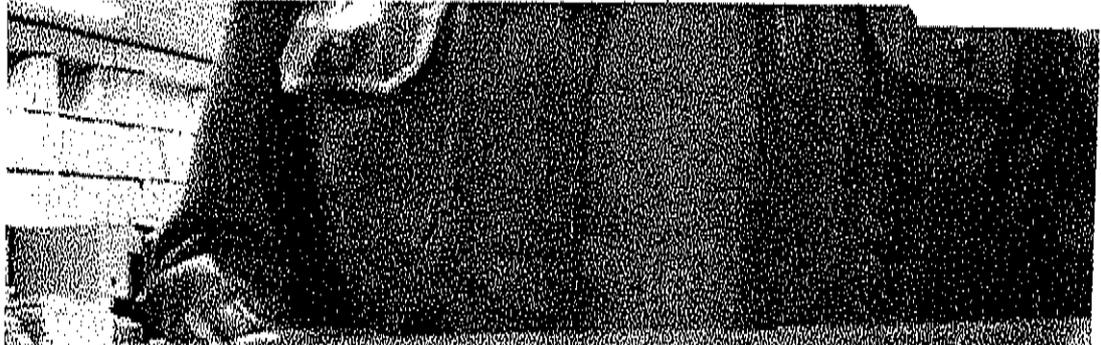
O tribunal afirma que seus juízes têm o mais alto grau de produtividade do país, com 1.531 sentenças proferidas, em média, por magistrado, e que a média nacional é de 1.060 julgados.

O presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Renato Henry Sant'Anna, diz que grande parte dos juízes obtém melhor produtividade no trabalho ao julgar em casa, onde livros e computadores ficam mais bem organizados.

CONTINUA



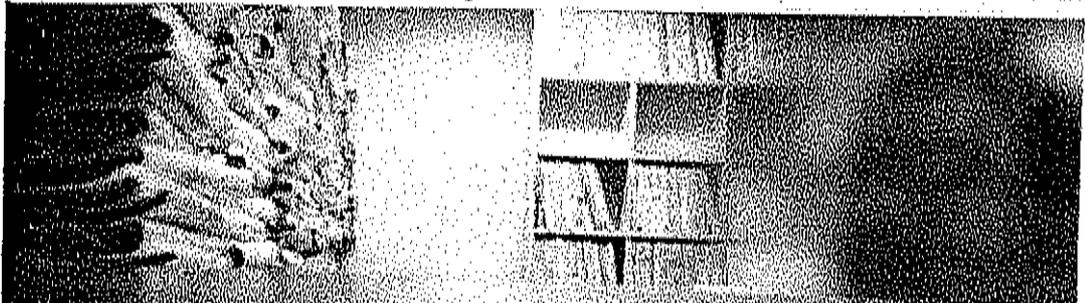
FÓRUM TRABALHISTA ESVAZIADO



- Sexta geralmente é "passagem relâmpago".

Relâmpago

Funcionária explica a rotina dos magistrados no tribunal no último dia útil da semana



- Nós não teremos juiz aqui hoje, doutor.

Sem juiz

Servidor do fórum responde à pergunta sobre possibilidade de ter uma audiência com juiz



- Porque sexta-feira eles levam os julgamentos e fazem em casa...

Atendente de uma das varas do órgão tenta justificar a ausência dos magistrados no dia

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Salve geral

26 MAR 2012

O ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos assumiu a defesa do empresário de jogos Carlinhos Cachoeira, preso na Operação Monte Carlo sob acusação de liderar organização que explorava caça-níqueis em Goiás. O criminalista montou equipe para estudar o processo e protocolou memorial em habeas corpus a ser apreciado hoje no Tribunal Regional Federal.

A entrada de Bastos no caso ocorre no momento em que cresce em Brasília o temor de que Cachoeira, pivô do escândalo Waldomiro Diniz, o primeiro do governo Lula, revelasse extensa lista de contatos com políticos, inclusive petistas, documentados em áudio.

Linha direta Por ora, as investigações da PF demonstraram conexões mais próximas de Cachoeira com o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), de quem é amigo. Foram gravados 300 telefonemas entre os dois.

Solidariedade Na sessão do Senado em que foi organizado desagravo coletivo a Torres, quatro colegas do PT fizeram apertes solidários. À ocasião, houve 44 intervenções de apoio ao "demo".

Alckmin diz que não escolheu novo procurador-geral

DE SÃO PAULO - O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse ontem que ainda não decidiu se indicará o vencedor das eleições do Ministério Público estadual, o procurador de Justiça Felipe Locke, para chefiar a instituição.

Alckmin pode escolher entre qualquer um dos três procuradores de Justiça que concorreram na eleição do Ministério Público e foram incluídos em uma lista triplíce.

"Já recebi a lista, mas ainda não me debrucei sobre ela. Nesta semana vamos avaliar." Alckmin tem 15 dias para decidir.

Locke venceu a eleição com 894 votos e superou o candidato da situação, o procurador de Justiça Márcio Elias Rosa, que obteve o apoio de 838 eleitores. O procurador de Justiça Mário Papaterra Limongi, também da oposição, teve 445 votos.

FOLHA DE S. PAULO

Corregedoria

do TJ de São

Paulo será **(23)** MAR 2012

alvo do CNJ

Ministra Eliana Calmon quer verificar se existe algum processo emperrado

Corregedora afirma que pretende examinar os grandes tribunais até setembro, quando termina a sua gestão

Além de investigar a folha de pagamentos e declarações de renda dos desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) vai inspecionar os processos contra juízes e servidores conduzidos pela corregedoria da corte.

A ampliação do trabalho do CNJ também alcançará os casos de improbidade administrativa contra políticos e funcionários públicos sob responsabilidade do tribunal.

"Verificaremos os processos de improbidade e na corregedoria os processos que foram abertos contra magistrados, se estão em ordem e se estão andando naturalmente, ou existe algum processo emperrado, caminhando para a prescrição", afirmou anteontem a corregedora do CNJ, Eliana Calmon.

Segundo Calmon, a inspeção nesses tipos de causas já ocorreu em tribunais pequenos e não teria sentido excluir os TJs de São Paulo, do Rio de Janeiro e outras grandes cortes desse tipo de apuração.

A princípio, a inspeção em São Paulo tinha como foco a investigação sobre a evolução patrimonial e supostos pagamentos privilegiados ou ilegais a desembargadores.

O trabalho foi interrompido em dezembro por causa de uma liminar do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski.

O magistrado suspendeu as apurações por entender que ele teve base em uma suposta quebra ilegal de sigilo bancário e fiscal pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), órgão do Ministério da Fazenda que verifica movimentações financeiras atípicas.

Em fevereiro, o ministro Luiz Fux assumiu a relatoria do caso e liberou o CNJ para continuar as apurações em tribunais desde que conselho não utilize os dados fornecidos pelo Coaf.

A reportagem procurou o presidente do TJ de São Paulo, Ivan Sartori, mas a assessoria de imprensa da corte informou que ele estava em viagem pelo interior paulista.

Ao falar da retomada das inspeções nesta semana, Calmon anunciou ainda a inclusão do TJ do Rio Grande do Sul no roteiro do CNJ, para

que nenhum grande tribunal do país fique sem ser examinado até o final da gestão dela em setembro.

Sobre os processos de improbidade, a **Folha** revelou que o TJ do Rio de Janeiro ocupava em fevereiro a 21ª posição no ranking nacional de punições definitivas nesse tipo de causa. O TJ de São Paulo é o líder desse ranking, com 37% das punições dessa natureza no país.

23 MAR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Molestar cetáceos, sequestrar e a reforma penal

FERNANDO GRELLA VIEIRA E ALEXANDRE ROCHA ALMEIDA DE MORAES

O editorial da *Folha* de 18 de março apresenta com lucidez e correção a necessidade de se restabelecer a proporcionalidade entre penas, crimes e valores mais caros à sociedade. O direito, como fenômeno histórico e social, jamais pode ser divorciado dos anseios da sociedade.

No contexto da política criminal do país, várias questões preocupam.

Uma é o elevado número de subnotificações — somente um quarto dos crimes são formalmente registrados. Existe ainda uma crise das demais formas de controle social, colocando o direito penal como única instância para solução dos conflitos sociais.

Há ainda incapacidade do Estado em executar políticas públicas suficientes e a necessidade de tutela de novos bens difusos trazidos com a Constituição de 1988 — como o meio ambiente, a ordem tributária, a segurança viária e a saúde pública.

O Estado é incapaz de fiscalizar e executar adequadamente o sistema penitenciário e a política legislativa de adoção de penas restritivas de direitos seja para crimes médios, seja para crimes de alta periculosidade.

Isso ocorre, entre outros fatores, porque crimes de pequeno e médio potencial ofensivos são assim classificados pelas penas abstratamente contempladas e não pelo valor do bem que protegem.

Desde 1988, foram formatados quase 700 novos crimes, sendo certo que somente um quarto destas infrações se sujeita, na prática, à pe-

Desde 1988, formataram-se 700 crimes. Precisamos criminalizar tanto? E há distorções: molestar cetáceos e soltar balões têm altas penas, mas o cárcere privado não

na privativa de liberdade.

Será que precisávamos criminalizar tanto? Não seria o caso de uma adequada ponderação de interesses para garantir às infrações mais graves a aplicação efetiva da pena privativa de liberdade?

A *Folha* ressalta com propriedade essas distorções: enquanto crimes como molestar cetáceos, soltar balões e falsificar medicamentos possuem elevada proteção penal, crimes graves como o cárcere privado, o homicídio, o abuso de autoridade, a prevaricação e a corrupção não possuem penas compatíveis com os bens tutelados.

É evidente que o sistema de penas deve ser construído de modo a obedecer ao escalonamento de valores historicamente construídos pela sociedade, visando a proporcionalidade entre o crime e a pena.

Mas é imperioso constatar que o direito penal cumpre uma função ética e social, protegendo valores fundamentais para a subsistência da vida em sociedade.

Na medida em que o Estado se torna omisso ou mesmo injusto, dando tratamento dispar a situações assemelhadas, acaba por incutir na consciência coletiva a pou-

ca importância que dedica aos valores que pretende tutelar.

Em vez de se legitimar socialmente, o direito penal como hoje é concebido afeta a crença na justiça penal. Ele propicia que a sociedade deixe de respeitar tais valores, gerando um círculo vicioso. Em pouco tempo, a desilusão com a incerteza de um direito justo gera clamores por uma nova lei penal.

É preciso coerência e congruência normativa — além do domínio da dogmática e da técnica legislativa em geral, a lei deve ser funcional, fragmentária, mas eficiente no que se propõe a tutelar.

Para tanto, é preciso é preciso denunciar a falácia de que o criminoso é vítima da sociedade e reconhecer que as propostas de mudanças legislativas em matéria criminal não podem se distanciar dos interesses de um direito penal da sociedade.

Somente assim cumprimos o papel e objetivo fundamental de nossa República: "construir uma sociedade livre, justa e solidária".

Estamos trabalhando com esse intuito e precisamos levantar uma bandeira: a recodificação da legislação penal. Somente com a sistematização da legislação penal será possível expor as incongruências das penas, a desnecessidade de vários crimes e proteger suficientemente a sociedade.

FERNANDO GRELLA VIEIRA, 55, é procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo

ALEXANDRE ROCHA ALMEIDA DE MORAES, 38, é promotor de Justiça

FOLHA DE S. PAULO

Polícia prende

suspeitos de praticar racismo na internet

23 MAR 2012

Segundo a investigação, dupla planejava fazer massacre de alunos da UnB

Presos, segundo a Polícia Federal, faziam apologia à violência e discriminação contra mulheres, negros e gays

JEAN-PHILIP STRUCK
DE CURITIBA
DE BRASÍLIA

A Polícia Federal prendeu dois homens ontem, em Curitiba (PR), sob suspeita de apologia à violência e discriminação contra mulheres, negros, nordestinos, homossexuais e judeus na internet.

Segundo a PF, o brasiliense Marcelo Valle Silveira Mello, 29, e o curitibano Emerson Eduardo Rodrigues, 32, planejavam um massacre de alunos da UnB (Universidade de Brasília), além de publicarem conteúdo racista.

Os dois mantinham o domínio silviokoerich.org, cujos textos eram ilustrados com fotos de mulheres decapitadas e continham frases que incitavam o estupro e morte de mulheres que mantinham relações sexuais com negros.

Eles, segundo a polícia, também pediam a legalização da pedofilia.

"Trabalho há dez anos nesta área e este é um dos casos mais graves que já vi. Não só pela discriminação, mas pela pregação do extermínio", disse Flávio Garcia, delegado da PF que investiga crimes cibernéticos. A investigação durou cinco meses.

O site da ONG SaferNet, que monitora casos de apologia à violência e racismo, registrou até a semana passada 69.729 denúncias contra o site. Ontem, a página ainda estava no ar. Ela está hospedada num provedor da Malásia e, diz a PF, foi pedido para que seja desativada.

Um texto de 12 de março dá a entender que os suspeitos pretendiam matar alunos do curso de ciências sociais da UnB. "A cada dia que se passa fico mais ansioso, conto as balas, sonho com os gritos de vagabundas e esquerdistas chorando, implorando para viver", diz um trecho.

Segundo a PF, Mello, que é técnico de informática, era o responsável pelo site. No seu quarto de hotel, em Curitiba, foi apreendido o mapa de uma casa em Brasília onde acontecem festas da UnB.

A UnB não quis comentar o caso, mas no site informava que avisou, em janeiro, a polícia sobre as ameaças.

Mello já cursou letras na instituição. Em 2009, ele foi condenado por racismo na internet ao ofender, quatro anos antes, colegas favoráveis às cotas raciais. A defesa dele alegou insanidade mental e ele foi absolvido. Em 2006, após abandonar o curso, ele foi desligado da UnB. Um processo disciplinar ainda corre contra ele.

Na conta bancária do suspeito, foram encontrados R\$ 500 mil. O dinheiro dele foi bloqueado.

Ainda segundo a PF, Mello viajava com regularidade para Curitiba para encontrar Rodrigues. A PF investiga se eles trocaram mensagens com Wellington Menezes de Oliveira, o atirador do Realengo, antes do massacre que matou 12 alunos, em abril do ano passado.

Eles podem responder por racismo, incitação à violência e publicação de material com conteúdo pedófilo.

Advogados de suspeitos não são localizados

A Polícia Federal não informou ontem quem são os advogados do brasiliense Marcelo Valle Silveira Mello, 29, e do curitibano Emerson Eduardo Rodrigues, 32.

Até a conclusão desta edição, os suspeitos ainda estavam sendo interrogados por agentes da Polícia Federal, na sede do órgão em Curitiba, no Paraná.

A polícia não informou se eles negaram ou confirmaram as acusações.

Segundo policiais federais, os dois ainda não prestaram depoimento oficial ao órgão, o que deve acontecer hoje.

A reportagem também não conseguiu localizar ontem os familiares dos dois suspeitos para falar sobre as acusações contra eles.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

ABORTO EM PAUTA

23 MAR 2012

O aborto voltará à pauta do STF (Supremo Tribunal Federal): o presidente da corte, Cezar Peluso, decidiu colocar em votação a proposta em que se discute se mulheres e médicos que interrompem a gestação em casos de anencefalia (má formação do encéfalo que impede o bebê de sobreviver após o parto) devem ser considerados criminosos.

ABORTO 2

O relator do caso, Marco Aurélio Mello, já se manifestou a favor da descriminalização do aborto em casos de anencefalia. A previsão é que a proposta seja aprovada. O aborto hoje é considerado crime penalizado com até três anos de prisão.

ABORTO 3

O STF retorna ao assunto no momento em que o aborto volta a ser esgrimido por grupos religiosos que pretendem transformá-lo em tema das próximas eleições.

EM CASA

Marcelo Malvío Alvez de Lima, motorista do Porsche que colidiu com a advogada Carolina Santos, morta em acidente no ano passado, pedirá ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) permissão para voltar a sair à noite. A Justiça de SP determinou que ele se recolhesse diariamente no máximo até as 19h.

PENA ANTECIPADA

Os advogados do motorista afirmam que, com a restrição, ele na prática está cumprindo prisão domiciliar antes mesmo de ser julgado.

Paraná reduz em 19% o número de presos em delegacias e cadeias

A maior queda dos últimos seis anos foi impulsionada pela transferência a penitenciárias, revisões de pena e

mudança na legislação.

As delegacias e cadeias do Paraná ficaram com cerca de 3 mil presos menos em 2011 na comparação com o ano anterior. A queda foi de 19% em relação a 2010 e é a maior já registrada desde 2005, ano em que o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (Infopen) do Ministério da Justiça passou a contabilizar o número de presos nos estados brasileiros. A meta do governo estadual é zerar até 2014 o número de presos nas delegacias, locais com grande lotação de detentos e que não estão preparados para tal função, apontam especialistas.

Segundo o Infopen, em 2011 o sistema administrado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública tinha 13.122 presos sob custódia em carceragens de distritos policiais e subdivisões da Polícia Civil. No ano anterior, havia 16.205 detentos nessas unidades.

Em contrapartida, o número de presos nas 24 penitenciárias do estado administradas pela Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos cresceu 3,56% no mesmo período, passando de 19.760 encarcerados, em 2010, para 20.464, em 2011.

Os presos que não foram absorvidos no sistema penitenciário no ano passado acabaram sendo beneficiados por mutirões de revisão de sentenças e tiveram suas penas diminuídas ou ainda não chegaram a ficar reclusos. Esse é um dos reflexos da Lei 12.403, implantada em julho de 2011 e que garantiu que pessoas detidas por crimes considerados leves (com penas inferiores a quatro anos) não fiquem encarceradas antes de serem condenadas. A mudança, conforme o advogado Décio Franco David, integrante da Comissão de Advogados Criminalistas em Ponta Grossa, permitiu que os juízes tivessem mais opções de medidas cautelares, que não apenas a prisão em regime fechado.

Como a meta é abrigar todos os presos no sistema penitenciário, o governo estadual coordenou duas medidas pontuais em janeiro deste ano. O estado retirou 220 detentos da delegacia de Paranaguá, no Litoral, e os colocou na Penitenciária Central do Estado, em

Praquara, para resolver o problema de superlotação. Também transferiu 30 presos da delegacia de Sarandi, no Norte do Paraná, para o Complexo Médico Penal, em Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, após um surto de tuberculose.

Para garantir mais recursos para o setor, o governador encaminhou projeto de lei à Assembleia Legislativa criando o Fundo Penitenciário do Paraná (Fupen), que visa usar recursos vindos das penas pecuniárias ou alternativas. Hoje, os recursos são destinados ao Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). A proposta ainda aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Unidade em Ponta Grossa: retrato do caos

Integrantes da Comissão de Direitos Humanos da subseção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) visitaram ontem o minipresídio Hildebrando de Souza, em Ponta Grossa, nos Campos Gerais, e encontraram presos recém-operados e com feridas à mostra. A comissão visitou a unidade depois de denúncias de superlotação e más condições no local.

O prédio foi parcialmente interditado em maio do ano passado, mas no final de 2011 o governo do estado recorreu à decisão. No mês passado, o Tribunal de Justiça manteve a interdição parcial. A cadeia tem 513 presos onde cabem apenas 172. Com a interdição, o limite tolerável é de 300 presos. Nos próximos dias serão feitas 50 transferências para o sistema penitenciário.

"Constatamos dois problemas principais: a superlotação e a falta de condições para os presos", aponta a vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-PR, Isabel Kugler Mendes. A comissão vai montar um relatório e encaminhar às autoridades estaduais.

Antes de retornar a Curitiba, os advogados se reuniram com o prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho (PSDB), para pedir um médico na unidade. A prefeitura vai analisar o pedido. Hoje os detentos doentes são encaminhados ao Pronto Socorro Municipal.

24 MAR 2012

A comissão conversou com os presos que ficam no setor de triagem, ou seja, enquanto aguardam transferência. As celas têm quatro camas de concreto, mas abrigam até 17 homens. "Aqui tem até escorpião", dizia um detento. "A gente se reveza para dormir, enquanto uns oito dormem, os outros ficam acordados", completava outro detento. A cela tem apenas uma lâmpada e um cano que leva água fria tanto para o consumo quanto para o banho. A ventilação é mínima. As condições propiciaram a propagação de tuberculose entre os detentos — no ano passado foram 12 casos e neste ano já são sete doentes.

Outra situação preocupante, conforme o membro da comissão Estevão Gutierrez Brandão Pontes é que a unidade tem quase 200 presos condenados misturados aos provisórios. No ano passado, a subseção local da OAB avaliou os processos de 300 presos que não tinham advogados. O mutirão, no entanto, resultou no pedido de cerca de dez pedidos de liberdade. O advogado Décio Franco David explicou que em 85% dos casos os presos respondem por tráfico de drogas e que, por isso, não cabe outra medida cautelar que não seja a reclusão.

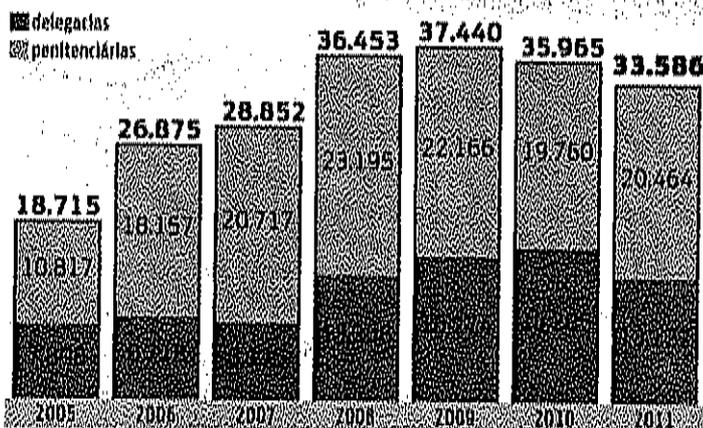
CONTINUA

GAZETA DO POVO

PRISÕES

CONTINUAÇÃO **24 MAR 2012**

Veja como foi a redução do número de presos em delegacias e cadeias públicas no Paraná.



Variações entre 2010 e 2011

Número total de presos	-5,6%
Número de presos em delegacias e Cadeias	-19%
Número de presos em penitenciárias	+3,6%

INTERIOR

Unidades passarão à Seju

Para cumprir a meta de esvaziar as carceragens das delegacias, duas medidas principais estão sendo tomadas pelo governo estadual: a primeira é a constituição de uma comissão Intersecretarial para avaliar a superlotação das unidades e, a segunda, é um decreto que deverá ser assinado no próximo dia 30 pelo governador transferindo unidades que hoje são administradas pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) para a Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju).

A minuta do decreto está sendo finalizada pelos técnicos da Secretaria de Justiça. A previsão é de que a transferência seja implantada a partir do dia 1º de agosto e envolva cerca de 10 cadeias do interior.

Conforme o diretor-geral do

Departamento Penitenciário do Paraná (Depen), Maurício Kuehne, é provável que o governador determine uma escala gradativa de transferência de unidades. A partir de agosto até o final do mandato, em 2014, as cadeias públicas de Ponta Grossa, Maringá, Londrina, Apucarana e Paranavaí estão entre as unidades que passarão à nova administração.

De acordo com Kuehne, a medida já estava prevista no programa de governo de Richa. Ele reforçou, no entanto, que a transferência precisa ocorrer acompanhada de maior investimento em recursos humanos e materiais. O cronograma de transferências ainda não está definido, mas o processo de mudança de administração de cada unidade deve durar cerca de um mês.

Queda

Em 2011 o sistema administrado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública custodiou 13.122 presos. Em 2010, existiam 16.205 detentos nessas unidades.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Meta é abrir 6,3 mil

vagas até 2014 24 MAR 2012

Para cumprir o ideal de zerar o número de presos em delegacias no Paraná, a Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos pretende abrir 6.348 vagas no sistema penitenciário até 2014, último ano do mandato do governador Beto Richa. A maioria das vagas virá com as 14 penitenciárias que deverão ser construídas nesse período. Juntas, elas custarão R\$ 160,8 milhões, e apenas R\$ 29,8 milhões sairão dos recursos do tesouro nacional, enquanto que o restante virá de fundos federais.

Neste mês, foram criadas 1.480 vagas na Penitenciária Central do Estado em Piraquara. No próximo dia 30 será inaugurada a Penitenciária de Cruzeiro do Oeste, no Noroeste do Paraná, com 720 vagas. No dia 11 de abril, entra em operação a unidade de regime semi aberto de Maringá, com 330 vagas. Ainda

em abril, será aberto processo de licitação para a construção de uma penitenciária em Piraquara, com 516 vagas. A inauguração da reforma da cadeia pública de Foz do Iguaçu, que passou a ser administrada pela Secretaria de Justiça, será em maio e abrirá mais 700 vagas.

Contratação

Para garantir o funcionamento das unidades que entrarão em operação começam a ser chamados a partir de 2 de abril os 285 agentes que passaram no teste seletivo realizado em dezembro do ano passado. Mais 138 agentes aprovados serão chamados nos próximos meses. Hoje, a Secretaria de Justiça tem 3.159 agentes penitenciários que atuam em 24 unidades. Conforme a assessoria de imprensa da Secretaria, há previsão para a abertura de novos testes seletivos.

Transferência é desafiadora

O desafio de promover uma nova política no sistema carcerário, no entanto, ainda é grande. Para o presidente do Conselho Penitenciário do Paraná, Dálio Zippin Filho, o ideal é que os presos condenados não fiquem mais em cadelas, muito menos em delegacias. "O sistema penitenciário dá toda a assistência médica, psicológica e jurídica, além disso, o preso pode trabalhar e estudar. Isso não acontece nas cadelas e nas delegacias", explica. Ele acredita que a meta do governo estadual de zerar a quantidade de presos nas delegacias será alcançada pelas ações que já foram realizadas.

Para a vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Paraná (OAB), Isabel Kugler Mendes, para

alcançar essa meta é importante que o Judiciário trabalhe em conjunto. "Desde que haja a colaboração de todos, acho que é possível retirar os presos das delegacias, sim. Mas é preciso que os juízes trabalhem para que as medidas de execução penal sejam cumpridas, as transferências sejam mais rápidas", acrescenta.

O presidente do Sindicato das Classes Policiais Civis do Paraná (Sinclapol), André Gutierrez, lembra que a retirada de presos das delegacias é uma antiga reivindicação do sindicato para que os policiais que hoje trabalham na guarda de presos possam ir para as suas funções de investigação. Dos 3,5 mil policiais civis do estado, perto de 1,2 mil, segundo Gutierrez, trabalham em cadelas e carceragens.

24 MAR 2012

GAZETA DO POVO

ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA

PRIMO DE EX-SUPERINTENDENTE E OUTROS 54
COMISSIONADOS SERÃO INVESTIGADOS

MP investiga venda de cargos e caixa 2 no Porto de Paranaguá

A Polícia Federal apreendeu documentos, equipamentos de Informática e imagens do sistema de segurança do Porto de Paranaguá na tarde de ontem. A operação foi realizada a pedido do Ministério Público Estadual, que investiga denúncias de "venda" de cargos comissionados em troca de apoio nas eleições municipais deste ano e de arrecadação ilegal de recursos para financiamento de campanhas. A suspeita é de que o esquema teria sido montado para beneficiar a Alceu Maron Filho, presidente do PSDB municipal, pré-candidato a prefeito e primo do ex-superintendente do porto, Alrton Maron – exonerado do cargo na semana passada. Outros 54 ocupantes de cargos em comissão no porto serão investigados.

24 MAR 2012

GAZETA DO POVO

MP investiga denúncia de venda de cargos no Porto de Paranaguá

Suspeita é de que o esquema serviria para garantir apoio e dinheiro para a campanha eleitoral do primo do ex-chefe da Appa demitido na semana passada. PF cumpriu ontem mandado de busca e apreensão

O Ministério Público Estadual (MP) abriu investigação criminal para apurar denúncia de "venda" de cargos comissionados no Porto de Paranaguá em troca de apoio partidário nas eleições deste ano e a suspeita de arrecadação ilegal de recursos para financiamento de campanhas na cidade do Litoral. A pedido do MP e com autorização da Justiça, a Polícia Federal cumpriu ontem mandado de busca e apreensão no porto. Dezenas de documentos, computadores e imagens internas do circuito de segurança da sede da administração portuária foram recolhidos pelos policiais.

O mandado de busca e apreensão foi cumprido exatamente uma

semana após a demissão do engenheiro Airton Maron do cargo de superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa). Segundo a versão oficial do governo do Paraná, Maron foi substituído por Luiz Dividino por razões técnicas, para acelerar os investimentos no porto.

Porém, Airton Maron é um dos investigados pelo MP porque o caso ocorreu sob sua administração. E o suposto esquema teria sido montado com o objetivo de beneficiar a campanha eleitoral de seu primo, Alceu Maron Filho, presidente do PSDB de Paranaguá e pré-candidato à prefeitura da cidade. Também são investigados dirigentes de outros partidos na cidade, funcionários da Appa e empresas que operam no porto.

A proximidade entre o Airton e Alceu Maron e a iminência de o caso vir a público teria sido o real motivo da demissão do ex-superintendente da Appa. Alceu foi um dos coordenadores, no Litoral do estado, da campanha vitoriosa de Beto Richa (PSDB) ao governo, em 2010. Ele teria sido o responsável pela indicação do primo Airton para a chefia do porto, segundo declarações do deputado Rubens Bueno, presidente no Paraná do PPS, partido anterior de Alceu.

Rumores

Os rumores de atuação do grupo para arrecadação de recursos financeiros para a campanha eleitoral tiveram início 15 dias antes da queda de Airton Maron.

O gerente de uma multinacional agrícola foi demitido após uma auditoria interna que teria apontado o pagamento de propina para facilitar as operações da empresa no porto. Além da demissão, diretores da multinacional teriam feito chegar ao governo do estado a denúncia contra Airton.

Além disso, dois dias antes do anúncio da saída do ex-superintendente, um comerciante da cidade procurou o Ministério Público Federal (MPF) em Paranaguá com gravações e documentos denunciando a cobrança de um suposto "pedágio partidário" para indicação de pessoas para cargos comissionados na Appa. O MPF encaminhou o denunciante ao MP Estadual, que abriu na última quarta-feira uma investigação. Os promotores receberam, do autor da denúncia, gravações e comprovantes de depósito bancários que comprovariam o esquema.

Lista de comissionados

A Promotoria do Patrimônio Público do MP também apura a denúncia de que os ocupantes de cargos comissionados no porto pagariam um "dízimo partidário", com repasse de parte dos salários recebidos a um fundo financeiro para utilização na campanha eleitoral.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

24 MAR 2012

CONTINUAÇÃO

Uma lista com o nome de 54 pessoas indicadas para ocupar cargos em comissão na Appa, durante a gestão do ex-superintendente Ailton Maron, está anexada à investigação do MP. Há denúncias de que algumas delas — entre parentes de dirigentes políticos da cidade e do estado — teriam ocupado os cargos em troca de apoio político ao grupo do advogado Alceu Maron Filho, ou contribuindo financeiramente para o fundo eleitoral. Outras, segundo a denúncia, não cumprem expediente rotineiramente.

7 dias

foi o período entre a demissão de Ailton Maron da chefia do porto e o cumprimento da ordem de busca e apreensão.

SUSPEITA

Dados podem ter sido apagados

Além de coletar informações para embasar a investigação, o mandado de busca e apreensão que a Polícia Federal cumpriu na tarde de ontem na sede do Porto de Paranaguá teve por objetivo evitar que eventuais provas venham a desaparecer. A **Gazeta do Povo** apurou que o Ministério Público Estadual (MP) recebeu a denúncia de que dados do sistema de informática da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) teriam sido apagados nos últimos dias.

A busca e apreensão, cuja ordem foi emitida pela 1ª Vara Criminal de Paranaguá, foi acompanhada pelo novo superintendente do porto, Luiz Dividino, que assumiu o cargo na última segunda-feira. Durante quase três horas, policiais federais percorreram vários departamentos da Appa lacrando computadores e recolhendo documentos.

Dividino não quis falar com a reportagem. O delegado federal Renato Lima, que coordenou a operação, disse que a presença da PF foi solicitada pelo MP e que só o Ministério Público poderia comentar o caso. Na Promotoria do Patrimônio Público do MP, o caso está sendo tratado sob sigilo de justiça. O órgão informou apenas que os itens apreendidos serão enviados para a perícia.

CONTINUA

Vaga custou R\$ 22 mil, afirma o denunciante

A denúncia apresentada ao Ministério Público Estadual (MP) aponta que o PSL (Partido Social Liberal), em troca do apoio ao PSDB na eleição deste ano, "ganhou" o direito de indicar nomes para cargos comissionados no Porto de Paranaguá. É que "vendeu" ao menos uma dessas vagas. O denunciante — um comerciante da cidade — alega que pagou pelo cargo R\$ 22 mil, em três parcelas, ao presidente do diretório municipal do PSL em Paranaguá, Ênio Campos Silva. Ele diz que o dinheiro foi depositado na conta bancária de Silva. Gravações da negociação e cópias dos comprovantes de depósito bancários, aos quais a Gazeta do Povo teve acesso, estão em poder do MP.

A Gazeta do Povo ouviu o autor da denúncia, que pediu para não ter seu nome revelado. Ele relata que foi procurado pelo presidente do PSL em junho do ano passado, com uma proposta para ocupar um cargo comissionado na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa).

Para a suposta indicação ao cargo, ele teria que depositar inicialmente o valor de R\$ 8 mil, que seria repassado ao PSL, segundo as gravações. Segundo os comprovantes bancários, o valor solicitado foi depositado na conta que o presidente da legenda mantém na agência da Caixa Econômica Federal (CEF) no centro de Paranaguá. Silva teria solicitado mais dois depósitos, um de R\$ 2 mil em setembro de 2011 e outro de R\$ 12 mil em janeiro deste ano, para providenciar o requerimento com a indicação.

No início de fevereiro, após ter pago os valores e desconfiado de que não seria nomeado, o denunciante passou a procurar Silva para saber o que havia ocorrido. O presidente do PSL teria dito então que os cargos estavam à disposição

NEGOCIAÇÃO ELEITORAL

Tucano ofertou cargos em troca de apoio, diz dirigente do PSL

O presidente do diretório municipal do PSL em Paranaguá, Ênio Campos Silva, confirmou à Gazeta do Povo que recebeu do pré-candidato do PSDB à prefeitura de Paranaguá, Alceu Maron Filho, a oferta de dois cargos no porto em troca de uma coligação de seu partido para a eleição de outubro. Apesar disso, ele disse que não cobrou "pedágio" para fazer as indicações.

Silva inicialmente negou que teria direito à indicação dos cargos e falou que não mantinha nenhuma relação com Maron. Ao ser confrontado com sua fala na gravação entregue pelo denunciante ao MP, acabou admitindo que os cargos comissionados foram oferecidos como moeda de troca para o apoio do partido à candidatura do tucano. Ele, no entanto, disse que não vendeu os cargos para o denunciante. "Ele era meu amigo e emprestou o dinheiro."

Silva disse ainda que pretendia pedir a indicação do denunciante a um cargo no porto. "Eu ia falar isso para o Alceuzinho: 'Cara, você consegue me dar um cargo para este rapaz por causa (sic) que tenho



Marcelo Andreola/Gazeta do Povo

Ênio Silva: cargo foi negociado, mas não houve pagamento de "pedágio".

uma dívida particular com ele'. Eu ia fazer isso baseado na proposta que o Alceu me fez", disse o dirigente partidário. De acordo com ele, a indicação do denunciante ocorreria para que ele não o perturbasse mais com a cobrança da dívida contraída com o empréstimo.

Silva explicou que os dois cargos no porto foram oferecidos por Maron em troca da coligação com o PSL e afirmou considerar "normal" esse tipo de negociação. (CO)

"Peguei até dinheiro emprestado de minha esposa para isso [comprar o cargo comissionado no porto]. Era meu sonho."

Autor da denúncia, que pediu para não ter o nome revelado.

do advogado Alceu Maron Filho. De acordo com o denunciante, Silva chegou a convidá-lo para

participar de uma reunião com o pré-candidato para tratar da nomeação.

O autor das denúncias não aceitou o convite e solicitou a devolução do dinheiro. "Peguei até dinheiro emprestado de minha esposa para isso. Era meu sonho", disse ele entre lágrimas, justificando o pagamento do "pedágio". Sem receber o dinheiro de volta, o denunciante resolveu denunciar o caso.

STF nega foro privilegiado a magistrados aposentados

SUPREMO

Juiz aposentado perde o foro privilegiado

Decisão dos ministros, elogiada por especialistas, diz que a prerrogativa especial vale para o cargo, e não para a pessoa

▶ O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou que as autoridades perdem o direito ao foro privilegiado ao se aposentarem. Dois desembargadores, que respondem por delitos cometidos no exercício da função, tiveram seus recursos extraordinários negados na última quinta-feira. Para os analistas consultados pela *Gazeta do Povo*, a decisão é considerada um avanço de cidadania e indício de maturidade da democracia brasileira, um reflexo das demandas impostas pela sociedade nos últimos anos.

As defesas dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE) e do Tribunal do Distrito Federal (TJ-DF) buscavam reconhecer que as ações penais deveriam ser apreciadas pelo Superior Tribunal de Justiça

(STJ), alegando que o cargo de desembargador é vitalício. Porém, o ministro Ricardo Lewandowski, relator dos dois recursos, afirmou que, ao contrário do que os advogados pretendiam, a prerrogativa não pode ser confundida com privilégio. "O foro por prerrogativa de função do magistrado existe para assegurar o exercício da jurisdição com independência e imparcialidade", afirmou.

O voto de Lewandowski foi seguido, em ambos os recursos, pelos ministros Joaquim Barbosa, Ayres Britto, Marco Aurélio, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Celso Mello. Para o magistrado do TJ-CE, os ministros Bros Grau, Menezes Direito, Gilmar Mendes e Cezar Peluso foram vencidos. No julgamento do desembargador do TJ-DF, o posicionamento dos ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Cezar Peluso perdeu para a maioria.

Inconstitucional

Na opinião do mestre e doutor em Direito Administrativo Daniel Ferreira, o julgamento em instâncias superiores acontece para evitar interferências dos acusados no processo. "A medida é para proteger o processo, não a pessoa. Se não for assim, é grosseiramente inconstitucional. Quando o desembargador está aposentado, não há mais ascendência na carreira", diz ele, que é professor do mestrado de Direito do Unicuriúba.

No entanto, em instâncias superiores, os casos têm trâmite mais lento, chegando a prescrever. "A capacidade dos tribunais superiores está esgotada pela enxurrada de processos. Por isso, a morosidade no julgamento faz com que haja grande tendência de prescrição", diz. "O ideal seria encontrar o equilíbrio entre celeridade e isenção."

Legislativo

Na avaliação de Lewandowski, o mesmo raciocínio aplicado aos desembargadores deve se estender aos cargos do Legislativo, "por se tratar de uma prerrogativa da instituição judiciária, e não da pessoa". Ferreira tem opinião semelhante à do ministro. "O foro por função é inconstitucional. Desqualificar esse privilégio é igualar as pessoas em suas responsabilidades", diz. Atualmente, no Brasil, assim como membros do Judiciário, autoridades dos três poderes, como o presidente da República e parlamentares, só podem ser investigadas e processadas em tribunais superiores.

CONTINUA

24 MAR 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Segundo o professor de Sociologia e Ciência Política da Marco Rossi, da Universidade Norte do Paraná (Unopar), a decisão do STF reflete uma evolução democrática do país. "A maturidade da democracia é um processo lento, que não acontece de forma natural. Ele ocorre em razão de um conjunto de lutas políticas que foram se estabelecendo nos últimos 30 anos", diz. "Nesse percurso, a sociedade foi criando demandas, fazendo exigências e abrindo espaço nos meios de comunicação", afirma.

7a4

foi o placar na votação da reclamação referente ao desembargador do Ceará, negando a prerrogativa de foro. O mesmo posicionamento foi tomado no julgamento do magistrado do Distrito Federal, mas pelo placar de 7 a 3.

"O foro por prerrogativa de função do magistrado existe para assegurar o exercício da jurisdição com independência e imparcialidade."

Ricardo Lewandowski, ministro do STF.



GAZETA DO POVO

STF marca para próximo dia 11 julgamento sobre aborto

24 MAR 2012

Um dos casos mais polêmicos sob os cuidados do Supremo Tribunal Federal (STF), a ação que pede a descriminalização do aborto de anencéfalos, já tem data marcada para ser analisada em plenário: 11 de abril. A ação chegou à Corte em 2004, e o voto do relator, ministro Marco Aurélio Mello, estava pronto desde março do ano passado. As informações são da Agência Brasil.

O STF foi provocado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), que defende o aborto nos casos em que o feto tem má-formação no cérebro e já nascerá morto. Como o STF demorou mais de oito anos para analisar a questão, valem apenas as decisões judiciais obtidas caso a caso, como uma situação recente que ocorreu em São Paulo.

Mães em risco

A CNTS alega que a criminalização do aborto de anencéfalos ofende a dignidade da mãe, que também corre risco de morrer com a gravidez. Estudos anexados ao processo alegam que a má-formação letal no cérebro pode ser detectada com 100% de certeza durante a gravidez, inclusive pela rede pública de saúde.

Devido à reação de setores religiosos e de entidades em defesa da vida, que acreditam que o feto já é um ser humano e que o aborto é semelhante ao assassinato, o STF promoveu uma série de audiências públicas sobre o assunto em 2008. No entanto, a indefinição judicial sobre o assunto levou a comissão de juristas do novo Código de Processo Penal a cogitarem a inclusão da descriminalização do aborto por anencefalia no projeto que tramita no Congresso Nacional.

INTERNET

Presos por apologia a crimes depõem

Os dois jovens presos na última quinta-feira, por publicar mensagens com conteúdo discriminatório em um site na internet, prestaram depoimento ontem na Superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba. "O que eles disseram corre em segredo de Justiça, e as investigações continuam para verificar se há outros envolvidos nessa rede criminosa", disse o agente federal Marcos Korem, que acompanhou o depoimento de Eduardo Rodrigues, 32 anos, de Curitiba e Marcelo Mello, 29 anos, de Brasília. Segundo o agente Korem, o relatório sobre o caso será feito pelo delegado Flávio Cardinelli, do Núcleo de Repressão aos Crimes Cibernéticos, e encaminhado ao Ministério Público Federal. Enquanto isso, eles permanecem presos.

GAZETA DO POVO

ALBERTO DINES 24 MAR 2012

Toulouse não é longe

A prisão em Curitiba pela Polícia Federal de blogueiros que faziam apologia da violência e do racismo evidencia a capacidade de propagação da intolerância. Toulouse pode estar aqui

As chacinas praticadas pelo terrorista Mohammed Merah em Toulouse e a sua morte nesta quinta-feira estão fortemente impregnadas pelo radicalismo religioso, não obstante o rigoroso laicismo da República Francesa.

Para justificar o seu ódio, nos breves contatos que manteve com as autoridades antes de ser executado Merah mencionou que os três atentados foram uma represália contra as medidas impostas pelo governo francês contra o uso de símbolos religiosos no vestuário feminino e contra o assassinato de crianças palestinas em Gaza.

A delirante lógica do sociopata treinado pela Al-Qaeda poderia servir à alegação dos fundamentalistas, clericais e antisseculares de que o arraigado laicismo francês não conseguiu impedir a compulsão sangüinária, portanto seria inútil.

Ao contrário, Toulouse, inscreveu-se indelevelmente como reforço da argumentação em favor da total separação entre religião e Estado. Inclusive na esfera simbólica. Quando a fé transfere-se do plano íntimo e espiritual e incorpora-se de alguma forma à estrutura do Estado assume-se automaticamente como instrumento de poder. Contaminada pela religião — mesmo levemente — a política deságua fatalmente no estuário da exclusão, do fanatismo e do terror.

A França é um dos países mais ostensivamente laicos do Ocidente, mais ainda do que os EUA. A separação entre Igreja e Estado, preciosa

herança do Iluminismo europeu, foi um dos avanços mais notáveis da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1791) produzida pela Revolução Francesa.

Esse passado republicano não impede que a França seja um dos baluartes do catolicismo e, ao mesmo tempo, abrigue grandes contingentes de outras religiões que as praticam livremente.

A ideia de tolerância e as normas para viabilizá-la estão inscritas no Estado Democrático de Direito, não podem ser surrupiadas, adulteradas ou descaracterizadas por macetes do senso comum ou truques cartoriais.

As chacinas fundamentalistas de Toulouse associam-se de forma inevitável, direta e indiretamente a um debate que já não pode ser minimizado nem arquivado: a utilização de símbolos religiosos em locais que representam o Estado brasileiro. Luis Fernando Verissimo resumiu a questão com uma formulação simples, inspirada e definitiva no artigo publicado nesta mesma quinta (*Gazeta*, 22/3):

“Um crucifixo na parede não é um objeto de decoração, é uma declaração. Na parede de espaços públicos de um país em que a separação entre a Igreja e Estado está explícita na Constituição, é uma desobediência, mitigada pelo hábito”.

Esse é o ponto: as pequenas mitigações e complacências que se acumulam debaixo dos tapetes, nos cantos e desvãos de nossas instituições, acabam por produzir as enormes distorções e contradições que emperam nossos avanços psicológicos, morais, culturais e políticos.

A prisão em Curitiba pela Polícia Federal de blogueiros que faziam apologia da violência e do racismo evidencia a capacidade de propagação da intolerância. Toulouse pode estar aqui.

Alberto Dines é jornalista.

CÓDIGO PENAL

Acumulação ilícita de bens pode virar crime

A Comissão de juristas nomeada pelo Senado para elaborar mudanças no Código Penal estuda propor a criação do crime de enriquecimento ilícito. A sugestão foi feita na manhã de ontem por integrantes do colegiado e de representantes de entidades que participaram de mais uma audiência pública para formatar um novo anteprojeto de lei sobre o assunto. A inclusão desse tipo penal, porém, não é consensual na comissão.

O procurador da República José Robalinho, indicado pela Procuradoria-Geral da República, disse que a mudança atenderia tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário para tipificar o crime. Para Robalinho, esse novo delito serviria como uma espécie de "soldado de reserva". Seria usado nos casos em que os crimes de corrupção e desvio de dinheiro público (peculato), por exemplo, não poderiam ser usados para criminalizar uma conduta.

"O novo crime vai naquilo que é mais aparente", afirmou Luiz Carlos Gonçalves, relator do anteprojeto de lei e também integrante do Ministério Público Federal. "Está se encaminhando não para ser um código duro, mas sim que tenha eficácia", afirmou o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, presidente da comissão e favorável à proposta.

O advogado Nabor Bulhões, que participa do grupo, discorda da proposta. Bulhões disse que o país já conta com uma série de leis para criminalizar condutas típicas do enriquecimento ilícito, além da Lei de Improbidade Administrativa. Essa norma, de natureza cível, prevê sanções duras na avaliação dele, como perda de direitos políticos e ressarcimento aos cofres públicos.

Gestão pública

Durante o encontro, foi apresentado um esboço do capítulo dos crimes contra a administração pública do anteprojeto do Código Penal. Entre as sugestões está o fim do crime de concussão (extorsão praticada por funcionário público). O delito seria abarcado pelo crime de corrupção passiva.

Outra mudança seria diminuir o intervalo das penas de prisão para o crime de corrupção ativa: de dois a 12 anos para três a oito anos. Para Luiz Carlos Gonçalves, essa última mudança serviria para que a pena venha a ser totalmente cumprida. "Não se há condenação pela pena máxima", afirmou.

A comissão tem prazo até maio para apresentar um texto final do Código Penal. Caberá ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), dar o encaminhamento à proposta: se, por exemplo, vai virar um novo projeto ou se as sugestões serão incorporadas a proposições legislativas já existentes.

"Está se encaminhando não para ser um código duro, mas sim que tenha eficácia."

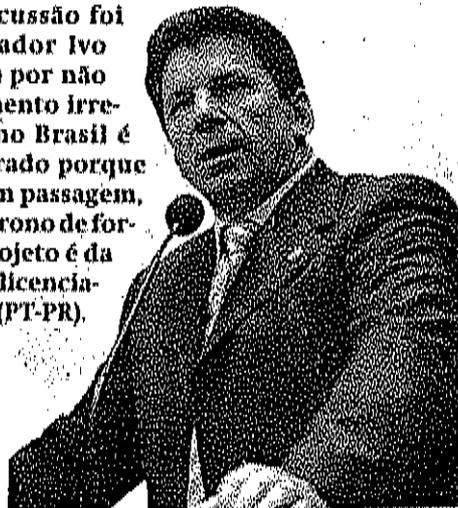
Gilson Dipp, ministro do STJ.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS 24 MAR 2012

14.º e 15.º no Supremo

A Associação dos Servidores do Ministério Público Federal entrou ontem com uma ação pedindo o fim do 14.º e 15.º salários pagos aos deputados e senadores. A ação, protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF), questiona a constitucionalidade de decretos legislativos que garantem o pagamento de dois salários, um no início e outro no final de ano. O relator do processo será o ministro Carlos Ayres Britto. Os pagamentos são uma ajuda de custo para as despesas com transporte e para comparecimento dos parlamentares no Congresso. Nesta semana, o assunto esteve em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que discute um projeto para acabar com os pagamentos. A discussão foi suspensa pelo senador Ivo Cassol (PP-RO, foto) por não considerar o pagamento irregular. "O político no Brasil é muito mal-remunerado porque tem que atender com passagem, dar remédio, ser patrono de formatura", disse. O projeto é da ministra e senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR).



Réu

O Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) aceitou denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o prefeito de Curiúva (Norte Pioneiro), Márcio de Aparecida Mainardes. Segundo o MPF, Mainardes é acusado de criar empresa de fachada em nome de um empregado de seus negócios particulares para sonegar mais de R\$ 11 milhões em tributos, entre 2002 e 2003.

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Mais uma

25 MAR 2012

O ex-governador do Paraná Jaime Lerner (foto) deve entrar com uma nova ação de indenização por danos morais contra o senador paranaense Roberto Requião (PMDB). Na semana que passou, o peemedebista foi condenado, em primeira instância, a pagar R\$ 30 mil para Lerner por causa de acusações feitas em uma solenidade da Copel, ainda quando era governador. Essa foi a segunda condenação de Requião por danos morais em menos de seis meses. O ex-governador anunciou que iria recorrer da decisão na tribuna do Senado. "Juízes insistem em dizer que o governador Roberto Requião tem que ser condenado porque não poderia ter chamado um ladrão de ladrão antes de ele ser condenado em instância final", disse. É essa declaração que será usada em uma nova ação de indenização por Lerner.



NOTA POLÍTICA

Indeferido

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), José Antônio Dias Toffoli, negou o pedido de liberdade de Daor Afonso Marins de Oliveira, ex-funcionário da Assembleia Legislativa do Paraná. Oliveira está preso acusado de envolvimento no desvio de recursos da Assembleia que ficou conhecido como escândalo dos Diários Secretos. Ele entrou com um pedido de extensão da liminar que soltou, em dezembro de 2010, o ex-diretor geral da Casa Abib Miguel, o Bibinho — que hoje está preso novamente.

NOTA POLÍTICA

Demite ou contrata

O Ministério Público do Paraná (MP) segue tentando reduzir o excesso de servidores comissionados e, pelo menos, igualar o quadro ao de efetivos nas câmaras municipais do estado. Nesta semana, o alvo foi a Câmara de Matinhos, no litoral. O MP enviou, na quinta-feira, uma recomendação administrativa ao presidente da Casa para que adote medidas administrativas em até 90 dias para equiparar o quadro de servidores comissionados da Câmara ao de concursados. A mesma recomendação já foi feita a outras câmaras municipais, como as de Curitiba, Londrina e Ponta Grossa.

COLUNA DO LEITOR

Justiça e Direito

Cumprimentos pelo lançamento do suplemento "Justiça & Direito" que, por certo, será importante instrumento de propagação do conhecimento e discussões jurídicas, com reflexo sobretudo na proteção aos direitos dos cidadãos.

Hernani Vieira, jornalista e bacharel em

25 MAR 2012

GAZETA DO POVO

COMBATE À CORRUPÇÃO

A tecnologia e a inteligência no combate ao crime. Com esse propósito, o Ministério Público Estadual (MP) inaugurou, em parceria com o Ministério da Justiça, o primeiro Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro do Paraná, na sexta-feira. Esse laboratório deve atuar no combate à corrupção e ao crime organizado, usando sistemas de informática integrados para permitir o cruzamento de informações de forma mais rápida e eficiente. Esse trabalho é fundamental para rastrear o dinheiro e fazer mais bloqueio de bens e contas bancárias. Espera-se que a rede formada por 15 laboratórios em todo o país se torne uma poderosa ferramenta no combate a crimes complexos, pois está mais do que na hora de o Brasil criar mecanismos que efetivamente diminuam a corrupção.

GAZETA DO POVO

ANDERSON FURLAN 25 MAR 2012

Mais transparência para a publicidade oficial

Trata-se do mais simples, básico e elementar respeito pela Constituição Federal: informar quanto foi pago para a criação e produção da peça publicitária e pela veiculação da mesma em determinado meio de comunicação

Estima-se que União, estados e municípios destinem quase R\$ 3 bilhões ao ano para gastos com publicidade oficial. A publicidade oficial geralmente ocorre para que os poderes divulguem suas ações e também para que, juntamente com as autarquias, fundações e empresas públicas, divulguem os serviços que prestam ao público.

Parece razoável que mesmo as entidades públicas prestem contas de sua atuação através da publicidade, bem como que utilizem essa forma de comunicação para divulgar serviços, como, por exemplo, uma nova linha de financiamento promovida por banco público, ou, ainda, incentivar comportamentos da população, como a necessidade de se responder às perguntas do IBGE por ocasião da realização do censo.

Parece irrazoável, por outro lado, que entidades públicas realizem campanhas para promoverem símbolos ou sinais que remetam à memória de determinado dirigente ou partido, ou mesmo para comemorar fatos sem significado condizente com o interesse público, como divulgação de expectativas comerciais ou datas comemorativas.

O grande problema, como sempre acontece, é que a falta de limites claros entre o razoável e o irrazoável permite que situações nebulosas, situadas na zona cinzenta desses conceitos, sejam resolvidas em prejuízo do contribuinte.

Ainda está gravado na memória da população o famigerado escândalo do "mensalão", em que empresas de publicidade recebiam vultosos valores por campanhas governamentais e redistribuíam esses valores para alimentar a base de sustentação política do governo federal. Não custa lembrar, entretanto, que os órgãos federais pelo menos seguiam as regras da Lei n.º 8.666, que disciplina os procedimentos licitatórios no âmbito do poder público, ao contrário de dezenas de estados e milhares de municípios, que realizavam publicidade oficial sem se submeterem a qualquer regra.

Na esteira do escândalo do mensalão e para disciplinar a contratação no âmbito dos estados e municípios, foi promulgada a Lei n.º 12.232/2010, a qual estabelece diversas regras para a contratação e realização da publicidade oficial. Entre os méritos da Lei está o de ter acabado com a famosa contratação "guarda-chuva", em que diversos serviços paralelos (como pesquisas, análises de campo, etc) eram incluídos no pacote de contratação, de forma a inflar os custos do contrato.

Mas, infelizmente, as frestas que permitem o mau emprego de recursos públicos não foram fechadas, uma vez que a lei ainda permite a contratação pela "melhor técnica", o que quer dizer que em determinados casos o contratante (gestor público) poderá escolher livremente qual a empresa será contratada, bastando que a escolhida seja considerada aquela que goza do referido atributo ("melhor técnica").

CONTINUA

25 MAR 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Parece realmente difícil fazer a conciliação adequada entre a necessidade de publicidade oficial e a forma de escolha das empresas produtoras dos materiais publicitários, bem como do preço justo a ser pago pelos serviços criativos. Nessa encruzilhada, talvez o princípio constitucional da transparência pública possa ser o fator determinante para se começar a discutir seriamente esse problema. Como não se pode esperar que os todos os gestores públicos cumpram a Constituição Federal de livre e espontânea vontade, urge que sejam aprovadas leis no âmbito federal, estadual e municipal obrigando que em cada anúncio nas mídias impressas e virtuais, em cada anúncio televisivo, em cada outdoor e panfleto, seja colocado, mesmo que em letras e números diminutos, o valor pago pela produção da peça publicitária e da veiculação do anúncio.

Trata-se apenas do mais simples, básico e elementar respeito pela Constituição Federal e pelo contribuinte: informar quanto foi pago para a criação e produção da peça publicitária e pela veiculação da mesma em determinado meio de comunicação. Se o governo federal deseja anunciar na revista *Veja*, pois bem, que ao menos informe ao contribuinte os valores da veiculação e da criação da peça publicitária.

Obviamente, alguns apontarão dificuldades para a operacionalização desse procedimento, como a dificuldade de se compartimentar os custos. De antemão pode-se assegurar que são dificuldades mais imaginárias que reais, pois todos os custos de produção podem ser divididos pelo número de peças da campanha ou, pelo menos, ser contratados dessa maneira.

E, mesmo diante de dificuldades aparentemente intransponíveis, deve sempre ser prestigiado o princípio constitucional da transparência, pedra angular de toda a gestão da coisa pública. Na dúvida, é imperioso que o gestor público seja tomado pela "vontade de Constituição", como apregoava Konrad Hesse, para que tome as medidas administrativas que mais obedeçam e cumpram as normas constitucionais. A divulgação no próprio anúncio do valor despendido cumpre e prestigia a Constituição.

Anderson Furlan, juiz federal, é diretor da Escola da Magistratura Federal, mestre e doutorando em Ciências Jurídico-Econômicas pela Faculdade de Direito de Lisboa.

25 MAR 2012

GAZETA DO POVO

PINGA-FOGO

"Na Corregedoria, nós chegamos às entranhas no Poder Judiciário, começando a perceber os problemas existentes. Problemas [que aparecem] em razão de uma estrutura absolutamente arcaica, com uma competência gigantesca."

Eliana Calmon,
corregedora nacional de
Justiça



GAZETA DO POVO

ELIO GASPARI 25 MAR 2012

Sartori é um mau defensor do TJ-SP

O desembargador Ivan Sartori, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, é um defensor de sua Corte. Pena que em algumas formulações enfraqueça a própria causa.

Em entrevista à repórter Laura Diniz, Sartori queixou-se dos vencimentos da magistratura: "Quanto ganha um alto executivo numa empresa privada? R\$ 80 mil por mês. Quanto ganha o presidente da Petrobras? Deve ser mais de R\$ 45 mil por mês. O juiz ganha R\$ 24 mil (US\$ 173,3 mil anuais). Não é um salário à altura do cargo".

Um executivo de grande empresa brasileira ganha em torno US\$ 450 mil anuais. Eles têm contratos individuais. Empresário que dá desfalque pode ser demitido, juiz que vende sentença é aposentado, com vencimentos.

Num exemplo buscado na corporação de Sartori, à sua "altura", os juízes da Corte Suprema de Nova York têm salários de US\$ 174 mil anuais equivalentes aos mesmos R\$ 24 mil mensais do doutor.

Na semana passada Sartori achou que uma parte do problema do Tribunal está na imprensa: "Eu vou falar. Temos o Conselho Nacional de Justiça e vocês não querem o Conselho Nacional de Jornalismo. Ia ter mais responsabilidade".

"Vocês" quem, cara pálida? Os jornalistas não são funcionários públicos, nem ocupam posições inamovíveis numa carreira vitalícia. O conselho a que Sartori se refere teria o propósito de "orientar, disciplinar e fiscalizar" a ativi-

dade dos jornalistas. Defina-se "orientar". O CNJ não orienta os tribunais. Poucos jornalistas defendem a criação desse conselho e muitos acham bem-vinda a ideia da criação de um órgão, público ou, preferencialmente, privado, capaz de sancionar profissionais e empresas de comunicação. O pior dos mundos seria aquele em que, existindo um Conselho Nacional de Jornalismo, o presidente de um Tribunal pudesse acioná-lo para "orientar" o noticiário.

Tudo ficará melhor quando a luz do sol bater na lista dos desembargadores de todos os estados que receberam indenizações antecipadas. Com os nomes, os valores e as taxas de juros que os produziram.

Eleitor só tem um mês e meio para regularizar o título no TRE

Prazo também vale para quem vai votar pela primeira vez ou pedir a transferência do domicílio eleitoral

Chico Marés

Os eleitores de Curitiba que não fizeram o recadastramento biométrico têm mais um mês e meio para regularizar a situação. O prazo se encerra no dia 9 de maio. Quem tem mais de 18 anos e não estiver em dia com a Justiça Eleitoral até essa data não poderá votar na eleição deste ano e não conseguirá fazer passaporte, prestar concurso público ou se matricular em instituições públicas de ensino até resolver a pendência.

Para regularizar a situação, o eleitor deve comparecer ao centro de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) portando carteira de identidade, comprovante de residência e, se for o caso, o título antigo. Quem teve o título cancelado terá de pagar multa que varia de R\$ 3,51 a R\$ 35,10.

Em Curitiba, 211 mil eleitores (o equivalente a 19% do eleitorado) tiveram seus títulos cancelados por não terem feito o recadastramento biométrico dentro do prazo, que se encerrou em 20 de janeiro. Desses, apenas 9 mil procuraram o TRE para refazer seus títulos, ou seja, existem cerca de 200 mil eleitores da capital em situação

irregular. Segundo a assessoria de imprensa do tribunal, alguns desses eleitores já não moram mais na cidade. Essas pessoas devem procurar a Justiça Eleitoral no município que moram atualmente para regularizar a situação.

Novo de maio também é o prazo final para fazer o título de eleitor pela primeira vez, no caso de eleitores com 18 anos. Para adolescentes entre 16 e 18 anos, o registro é facultativo. Quem completa 16 anos até a data da eleição já pode se registrar. Para quem faz 18 anos depois do prazo limite para tirar o título e antes das eleições, o registro e o voto são facultativos.

Baixa procura

A expectativa do TRE é de que, por causa do recadastramento biométrico, a procura de eleitores até 9 de maio seja baixa. Isso porque muitos dos que tiraram o título pela primeira vez e os que precisavam fazer a transferência de domicílio já aproveitaram a época do recadastramento para isso.

Desde o fim do período de recadastramento biométrico, um total de 15 mil pessoas procuraram o TRE. Nove mil para refazer o título e 6 mil para fazer o documento pela primeira vez eleitores. A expectativa é de que entre 15 mil e 20 mil pessoas ainda procurem o TRE até o período limite.

Biometria

O processo de biometria permitirá a identificação de eleitores por impressão digital nas próximas eleições. Todos os eleitores de Curitiba devem se recadastrar, mas apenas 81% dos inscritos fizeram isso dentro do período estipulado.

211 mil

eleitores de Curitiba tiveram o título cancelado por não fazer o recadastramento biométrico.

CONTINUA

25 MAR 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Justiça Eleitoral espera reduzir a taxa de abstenção em Curitiba

Com o recadastramento biométrico, o TRE espera reduzir a taxa de abstenção em Curitiba nas eleições de 2012. De acordo com a assessoria de imprensa do Tribunal, a proporção de eleitores que não compareceram ao recadastramento é praticamente a mesma dos que não votaram nas últimas eleições – em torno de 15% e 20% do eleitorado. Logo, acredita-se que os eleitores que se recadastraram são os que, geralmente, votam nas eleições. A baixa procura após o fim do recadastramento contribui para essa impressão do TRE.

A avaliação do tribunal é que muitos eleitores curitibanos mudaram de cidade, mas não transferiram seu título. Por causa disso, acabam não votando. Alguns eleitores mortos também são contabilizados como ativos nos dados do TRE já que, muitas vezes, o órgão não é informado do seu falecimento.

Quem mora em outra cidade, é eleitor de Curitiba e pretende mudar seu título para o local onde vive tem até o dia 9 de maio para fazer isso – o mesmo prazo para quem quiser fazer o inverso, mudar o título para a cidade de Curitiba. As inscrições reabrem somente após o término do período eleitoral, em novembro.

GAZETA DO POVO

CURITIBA

**Mulher admite
ter colocado
fogo em jovem**

25 MAR 2012

Helberton Cesca

1 Mônica Lee Alves, de 27 anos, prestou depoimento na Delegacia de Homicídios (DH) na última quinta-feira e admitiu, segundo a polícia, ter matado o companheiro dela, conhecido como Baiano, e de ter colocado fogo no morador de rua Ygor Holowka, de 30 anos. Os dois crimes aconteceram no centro de Curitiba.

Apesar de ter confirmado ser a autora de um homicídio e de uma tentativa de homicídio, a mulher foi liberada após ser ouvida porque não havia um mandado de prisão expedido pela Justiça contra ela.

O delegado titular da Delegacia de Homicídios (DH), Rubens Recalcatti, contou que Mônica explicou o motivo de cada um dos casos. O delegado disse, ainda, que deve ser pedida a prisão da mulher nos próximos dias. "No caso do Baiano, ela alega que quando saía para vender droga ele levava outras mulheres na casa (em que eles viviam juntos). Ela disse que comprou uma faca para matá-lo." Este caso aconteceu no dia 3 de fevereiro na Rua Paula Gomes e o homem foi assassinado com sete facadas no pescoço e na cabeça.

"Ela disse que o nome dele seria Alfredo Piraf e teria 53 anos", falou Recalcatti. Este nome, porém, ainda não foi confirmado e o corpo dele permanece no Instituto Médico Legal (IML). A Polícia Civil investiga a participação de mais duas pessoas, um adolescente e outra mulher.

Queimado

No caso de Ygor Holowka, Mônica contou aos policiais que estava com o rapaz na Praça Santos Dumont, local em que o crime aconteceu. O vidro de um carro teria sido quebrado e ela, temendo envolver-se em confusão, saiu do local. Ao retornar depois de um tempo, teria ido conversar com o rapaz novamente. "Ela disse que ele (Ygor) debochou dela. Viu um homem com uma garrafa e perguntou o que tinha dentro. Ele respondeu: gasolina. Ela comprou a garrafa e jogou no rapaz. Disse ainda que a intenção era matar, mas que ele não morreu", falou Recalcatti.

GAZETA DO POVO
JUSTIÇA | CORREGEDORIA APONTA FALHAS ESTRUTURAIS
E CRITICA ATUAÇÃO DE ADMINISTRADORES

TJ pede 26 MAR 2012 **mudanças** **urgentes no** **sistema judicial** **de falências**

A estrutura das quatro Varas de Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial de Curitiba "é disfuncional e precisa ser urgentemente modificada". A conclusão é da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), após inspeção que durou 11 meses. Para acabar com a morosidade no sistema, que resulta no atraso do pagamento de dívidas trabalhistas e tributárias, o órgão fez uma série de recomendações. Entre elas, a criação de varas especializadas apenas em falências e a adoção de um cadastro eletrônico de candidatos a administradores judiciais – os responsáveis por gerir os bens da firma em liquidação. O relatório da inspeção traz também críticas à atuação de alguns administradores, que seria "nociva" para as partes interessadas na liquidação judicial.

26 MAR 2012

JUSTIÇA GAZETA DO POVO

Sistema judicial de falências está falido, conclui inspeção do TJ

Varas responsáveis necessitam de redução de 80% do serviço.

Tribunal não encontrou ilegalidades praticadas por juízes. Mas alguns administradores de massas falidas precisarão "explicar" possíveis

irregularidades

Sandro Moser

Após uma inspeção que durou quase 11 meses, a Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) concluiu que a estrutura das quatro Varas de Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial de Curitiba "é disfuncional e precisa ser urgentemente modificada". Segundo o TJ, apesar das deficiências no sistema de falência, não foram encontrados evidências de ilegalidades na conduta de juízes e servidores. Mas o tribunal encontrou possíveis irregularidades na conduta de alguns síndicos de massas falidas — gestores designados pela

Justiça para administrar os bens das empresas fechadas e pagar os credores dela. As perícias que indicaram as possíveis irregularidades já foram remetidas ao Ministério Público Estadual (MP) para que a investigação prossiga.

O relatório final do TJ indica que seria preciso transferir 80% dos procedimentos de cada uma das varas inspecionadas para normalizar os julgamentos de processos de falências, de execução fiscal e demais matérias de competência desses juízes. Com o acúmulo de serviço, há uma demora expressiva na liquidação das massas falidas. E, conseqüentemente, há atraso no pagamento dos credores da empresa fechada: o Estado, credor de tributos não pagos; os ex-funcionários, com dívidas trabalhistas; e outras empresas, com débitos referentes a serviços e produtos fornecidos mas não pagos.

A corregedoria sugere ainda mudanças no código de normas do tribunal e propõe soluções como o deslocamento da competência dos processos falimentares para as varas cíveis — ou então a criação de varas especializadas apenas em falências.

"A conclusão final é de que efetivamente os processos [de falência e de execução fiscal] devem ser retirados dessas quatro varas antigas da Fazenda

Pública, para que haja um número compatível [de procedimentos] em cada uma delas de acordo com a capacidade de fiscalização", afirma o corregedor-geral do TJ, desembargador Noeval de Quadros. Ele defende a criação de varas especializadas para falências e execuções fiscais.

Atualmente, o Paraná é um dos três únicos estados brasileiros (ao lado do Piauí e do Amapá) que distribui a competência de processos de liquidação de empresas para Varas de Fazenda Pública. A maioria das outras unidades da federação (14 estados) criou varas especializadas. Outros dez estados distribuem esses assuntos para Varas Cíveis,

CONTINUA

26 MAR 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CPI

A correição do TJ nas Varas da Fazenda foi aberta em abril do ano passado após denúncias feitas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Falências, instaurada pela Assembleia Legislativa do Paraná.

A CPI investigava supostos irregularidades no sistema de falências, como direcionamentos nas indicações judiciais de administradores de massas falidas — atribuição dos juízes dessas varas. Mas a CPI acabou sendo suspensa pelo próprio TJ sob a alegação de que ela não tinha objeto específico de investigação.

O Tribunal de Justiça, no entanto, aproveitou a polêmica causada pela CPI para ouvir juízes, escrivães, administradores de massas falidas e pessoas que disseram ter sido prejudicadas por gestores de empresas com falência decretada. O objetivo do TJ com a correição era diagnosticar a situação das varas.

Sem má-fé

De acordo com Noeval, a inspeção não encontrou nos processos "evidências de má-fé ou locupletamento [enriquecimento] de juízes ou servidores". O corregedor também disse que vai abrir prazo que os juízes regularizem eventuais falhas encontradas — "a maioria decorrente do acúmulo de serviço", segundo ele.

De acordo com Noeval, as perícias indicaram, porém, possíveis irregularidades cometidas por alguns administradores de massas falidas. O corregedor diz que elas "precisam ser explicadas ou sanadas". O material já foi encaminhado ao Ministério Público e aos juízes das varas para as providências cabíveis.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

26 MAR 2012



“A conclusão final é de que os processos [de falência] devem ser retirados dessas quatro varas antigas da Fazenda Pública, para que haja um número compatível [de procedimentos] em cada uma delas.”

Noeval de Quadros, desembargador e corregedor-geral do TJ.

CONTINUA

26 MAR 2012

Veja as propostas de mudanças sugeridas pela Corregedoria-Geral de Justiça, após a inspeção, para as Varas de Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial:

- Evitar nomear poucos administradores judiciais de massas falidas para um grande número de empresas fechadas. Limitar o número de massas falidas administradas por uma mesma pessoa.
- Criar um cadastro eletrônico de candidatos a administradores judiciais, com inserção de dados no site do TJ para aumentar a opção dos juízes. Esta sugestão já começou a ser implantada.
- Mudar a forma de remuneração do administrador das massas falidas. A sugestão é que o pagamento pelo serviço deixe de ser mensal e passe a ocorrer apenas na liquidação da massa falida – ou seja, após o pagamento dos credores. Outra proposta é que o pagamento seja feito proporcionalmente ao trabalho realizado pelo gestor. O objetivo dessa sugestão é não incentivar o atraso no encerramento dos processos – o que acaba sendo vantajoso para o administrador.
- Evitar a nomeação de administrador que já se mostrou incapaz de gerir processos falimentares em outras ocasiões. O objetivo é não onerar mais os encargos da massa falida.
- Evitar a expedição de alvará genérico para que os administradores movimentem contas ou valores de massas falidas. O objetivo é não dar carta-branca aos gestores.
- Instituir um cadastro de auditores e contadores para auxiliar os juízes no exame das prestações de contas das massas falidas.
- Digitalizar todas ações de falência para dar mais transparência e possibilitar a fiscalização de processo por parte dos falidos, dos credores e demais interessados. Essa recomendação

CONTINUAÇÃO

Alguns gestores de massa falida têm atuação "nociva", diz relatório

↑ Criada para investigar denúncias de supostas irregularidades nas relações entre os juízes dos processos de falência e os administradores judiciais das massas falidas, o relatório da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça (TJ) isentou os magistrados e atribuiu a parte dos administradores de massas falidas alguns desvios na gestão patrimonial de empresas fechadas. O texto do relatório do TJ faz críticas pontuais à atuação de determinados administradores, classificada pelo tribunal como "nociva" para as partes interessadas na liquidação judicial da empresa fechada e em receber dívidas deixada por ela.

Para cada prática "condenável", o relatório sugere alteração no código de normas do TJ ou mudanças na estrutura das Varas de Fazenda Pública. Um dos pontos mais criticados é a remuneração do administrador judicial. De acordo com a Lei de Recuperação Judicial e Falências, a remuneração de administradores judiciais não deve ultrapassar 6% dos bens da massa falida ao final de todo o processo.

Em muitos casos, os administradores recebem remuneração mensal para gerir os processos. Segundo a corregedoria, esse pagamento é indevido e extrapola o limite legal. O relatório cita o exemplo de uma massa falida em que o administrador recebe mensalmente quase o dobro do valor arrecadado com a gestão dos bens deixados pela massa.

O relatório alerta ainda que a remuneração mensal em ações que se estendem por muitos anos pode estimular o síndico a atrasar a conclusão do processo em benefício próprio.

Outra recomendação da corregedoria do TJ é que juízes não devem conceder aos administradores judiciais alvarás genéricos para movimentar contas da massa falida. Segundo o relatório, isso representa carta-branca para gastos que podem contrariar os interesses da massa falida.

O relatório propõe ainda uma série de mudanças para acelerar o andamento e evitar outras irregularidades no julgamento dos processos. Algumas já haviam sido enviadas a juízes e cartórios no fim do ano passado e até já foram implementadas pelo TJ.

6% dos bens

da massa falida é o máximo que um administrador pode receber pelo serviço ao final da ação. Mas alguns ganham mais.

CONTINUA

Entidades aprovam recomendações

¶ Duas entidades de classe das mais representativas dos operadores do direito no estado — a Ordem dos Advogados do Brasil seção Paraná (OAB-PR) e Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) — aprovaram as mudanças propostas pela inspeção do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) nas Varas de Fazenda Pública e de Falências.

Para o presidente da Amapar, o juiz Fernando Ganem, as recomendações indicam ser "necessárias determinadas mudanças para proteger o próprio juiz de eventuais reclamos quanto à sua lisura na indicação de síndicos e administradores [de massas falidas], e na condução dos processos sob sua presidência". Segundo ele, as recomendações devem ser entendidas como "conselhos do corregedor ao juiz, para evitar que sofra novas investigações".

O presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, também aprovou as mudanças propostas. "[Elas] vão implicar certamente em melhorias no serviço." Glomb, que em princípio defendia a transferência de competência dos processos falimentares para as Varas Cíveis, acredita que, com a criação das novas varas, "já haverá uma diluição do volume de processos". "Será preciso apenas verificar o funcionamento desses novos juízos."

Glomb ainda enalteceu o resultado da inspeção. "Somos críticos do TJ quando entendemos necessário, mas não podemos esquecer que o tribunal avança em muitas frentes", afirmou. O presidente da OAB-PR ainda disse que é indicativo de "uma grande vontade de acertar" o fato de a Corregedoria-Geral ter encaminhado o relatório final ao Ministério Público, para que as investigações de alguns casos específicos prossigam.



"[São] necessárias determinadas mudanças para proteger o próprio juiz de eventuais reclamos quanto à sua lisura na indicação de síndicos e administradores [de massas falidas]."

Fernando Ganem, Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar).

26 MAR 2012

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAVER

Como impedir penhora em cobrança tributária

Os órgãos do Poder Judiciário por vezes dão alento ao contribuinte no natural relacionamento antagônico e desigual com a Fazenda Pública. Aquil e all surgem decisões que, ao amenizar os arroubos radicais da corporação (ou de um de seus componentes), lembram que a equidade é imperativo de justiça.

Há poucos dias, foi reconhecido em processo federal que o oferecimento de bens em ato imediatamente subsequente à citação em executivo fiscal, pode impedir determinações de penhoras e ordens outras que firam partes do patrimônio do executado por dívidas tributárias.

À primeira vista para o leigo, aparenta serem iguais as consequências pela oneração dos bens, seja ela via da oferta, seja pela da coerção imposta pelo juiz. Mas não são.

Quando o contribuinte se antecipa à coação, ele pode obter o efeito suspensivo do processo para, a simples exemplo, produzir imediatamente provas do descabimento da execução fazendária, por motivo de erro da máquina administrativa ao querer cobrar aquilo que pago já está, ou aquilo que não diz respeito ao suposto devedor por inocorrência de fato gerador que diga respeito à sua atividade ou ato imputável.

Indidindo o cabimento da penhora — gravame processual forçado — uma série de imerecidas consequências são evitadas, bastando citar o abalo que o crédito e a credibilidade do executado podem sofrer no âmbito de seus negócios.

Emendando o entendimento que principia a surgir, outra manifestação de colegiado togado acolheu a reivindicação de uma empresa de garantir

uma cobrança tributária com oferecimento de precatório. É de se louvar decisão de tal jaez, quando o precatório é título judicial de crédito face ao governo — estadual, federal, municipal, conforme o caso — e se anteponha à uma dívida que aquele mesmo credor tenha perante o mesmo ente público. É a tecnicamente denominada "confusão", pois na mesma pessoa se afiguram credor e devedor em relação a outra. Princípio do Código Civil e dos códigos desde tempos romanos, que os governos teimam em não acolher, porque seus ativos são atingidos.

Não é demais lembrar que nosso Código Tributário Nacional desde 1966 prevê, dentre os modos de extinção das obrigações do contribuinte, a compensação de "créditos e débitos" nos limites da lei. E via de consequência, também a transação (acordo mediante concessões mútuas) para terminar litígio (processo) na forma que lei condiciona.

Veja-se então, que a única novidade que se espelha nos veridictos mencionados, é a do apoio crescente à utilização de títulos judiciais — precatórios — para garantia do pagamento de tributos devidos na mesma esfera fazendária.

26 MAR 2012

GAZETA DO POVO

NOTAS POLITICAS

Ficha Limpa na Justiça

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vota hoje uma resolução que poderá estender a todos os tribunais do país a proibição de contratar para cargos de confiança pessoas que estejam enquadradas pela Lei da Ficha Limpa. De iniciativa do conselheiro Bruno Dantas, a resolução tem o apoio da maioria dos membros do CNJ, inclusive do ministro Ayres Brito, que vai presidir a sessão.



Pressão

Cansados da lentidão nas investigações envolvendo as ligações suspeitas entre o bicheiro Carlinhos Cachoeira e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO, foto), representantes da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção vão se reunir amanhã com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para pedir agilidade no caso, parado desde 2009.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informativo Judiciário 26 MAR 2012

2ª VARA CÍVEL EM CIANORTE

Foi instalada na sexta-feira (16) no Fórum de Cianorte a 2ª Vara Cível da comarca sob a presidência do desembargador Miguel Kfouri Neto. A criação da 2ª Vara foi necessária devido ao aumento da demanda jurisdicional e populacional da região e foi efetivada pela Lei nº 16.962, de 5 de dezembro de 2011. Conforme a diretora do Fórum da comarca, juíza Marília Mitie Yoshida, foram distribuídos em 2003, 2.034 processos, em 2010 o número foi de 3.409, e no ano passado 3.740. Atualmente são aproximadamente 13 mil processos. "A 2ª Vara é necessária e urgente, pois atende o crescimento populacional e a consequente demanda de processos", salientou a magistrada.

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS EM CRUZEIRO DO OESTE

A solenidade de instalação da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios da comarca de Cruzeiro do Oeste ocorreu na segunda-feira (19), no Fórum da cidade. O evento foi presidido pelo desembargador Miguel Kfouri Neto e contou com a presença de autoridades do Judiciário, do Executivo e Legislativo municipal, entre outros. Criada por meio da Lei nº 16.964, de 5 de dezembro de 2011, a comarca foi escolhida para abrigar a Vara, entre outros, pelo fato de que em breve será inaugurada naquele município a penitenciária estadual, que abrigará detentos já condenados em regime fechado. As cadeias públicas, que hoje recolhem esses presos, ficarão responsáveis pela guarda de presos provisórios. Segundo a diretora do Fórum, juíza Roseli Maria Geller Barcelos, a Vara contribuirá de forma significativa na alteração da situação carcerária da região, atendendo várias comarcas e melhorando a segurança pública regional. Com o desmembramento da Vara de Execuções Penais de Maringá, a jurisdição da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios na comarca de Cruzeiro do Oeste abrangerá várias seções, perfazendo um total de 18. São elas: Alto Piquiri; Altônia; Campo Mourão; Cianorte; Cidade Gaúcha; Cruzeiro do Oeste; Goleerê; Guaíra; Icaraíma; Iporã; Loanda; Mamborê; Peabiru; Pérola; Santa Isabel do Ivaí; Terra Roxa; Umuarama e Xamborê.

REVISÃO DE CÁLCULOS EM PRECATÓRIOS

Um trabalho de revisão de cálculos realizado pela Central de Precatórios do Tribunal de Justiça do Paraná em precatórios requisitórios, possibilitou ao presidente, desembargador Miguel Kfouri Neto, a correção, de ofício, das impropriedades ou erros materiais encontradas nos cálculos judiciais, que serviram de base para a expedição das requisições antes dos pagamentos. A correção de 126 precatórios com erros, 43 do Estado e 83 de municípios, geraram uma economia de mais de 5 milhões aos cofres municipais e do Estado.

RECRIAR

Representantes do Grupo de Apoio à Adoção Recriar – Família e Adoção, com sede em Curitiba, estiveram na quarta-feira (21) em audiência com o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), desembargador Miguel Kfouri Neto. Os integrantes da Ong vieram entregar uma série de reivindicações ao magistrado no que diz respeito à criação e estruturação das Varas da Infância e Juventude de Curitiba e de outras comarcas do Paraná. Os visitantes destacaram os avanços que o Judiciário tem alcançado na atual gestão, como as novas contratações, o novo modo de trabalho da 1ª e 2ª Vara da Infância e Juventude de Curitiba e a criação de mais Varas Cíveis, Criminais e de Família no interior, porém salientaram a prioridade que deve ser dada às crianças e adolescentes. O desembargador disse que irá se empenhar para atender às solicitações no menor tempo possível. Ele salientou que a juventude como um todo também é prioridade da sua administração frente ao TJ.

FÓRUM DE PALMAS

O presidente do TJPR, desembargador Miguel Kfouri Neto, esteve na semana passada visitando Palmas, localizada na região Centro Sul do Paraná. Ele estava acompanhado dos desembargadores Luis Lopes e D'Artagnan Serpa Sá, sendo que este último é integrante do Conselho de Obras do TJ. Os magistrados estiveram na cidade conhecendo locais e discutindo a necessidade da construção de um novo prédio para abrigar o Fórum da comarca. A atual estrutura onde funciona a sede da Justiça tem 40 anos e não atende mais adequadamente às demandas da região, e ainda apresenta problemas estruturais. A comitiva visitou três terrenos propostos para a construção do novo prédio do Fórum. O presidente do TJ deverá, nos próximos dias, anunciar em qual deles será construída a obra. Os projetos estruturais e complementares já foram aprovados e deverão ser readequados ao novo terreno. Como o Fórum de Palmas já possui recursos financeiros para a execução da obra, o desembargador Kfouri informou que pretende assinar a ordem de serviço o mais breve possível. O novo terreno também abrigará a sede do Ministério Público, da Vara do Trabalho e a subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

CONTINUA

26 MAR 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO

FORUM DE PALMAS 2

Na visita, foram apresentados ao presidente do TJ levantamentos técnicos que apontam a inviabilidade da construção do Fórum em um terreno doado, em 2009, pelo Poder Público local. Conforme estudo feito pela arquiteta Carolina Lago, além de localização incompatível ao fim que se destina, o terreno apresenta ainda problemas ambientais, já que foi retirado material de uma encosta, o que acarretará futuros problemas. Além disso, o terreno é acidentado e apresenta dificuldade de acesso. Outro fator que inviabiliza a obra é que os seis mil metros quadrados não abrigariam adequadamente toda a estrutura do Fórum, uma vez que não haveria espaço suficiente para estacionamento e nem a possibilidade de ampliação futura.

CONCILIAÇÃO

Atendendo à Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), realiza reuniões de conciliação periodicamente. Um deles começou na segunda-feira (19), e se estenderá até o próximo dia 30 de março. Com os resultados alcançados até o momento, a campanha já pode ser considerada um sucesso. Segundo o desembargador Valler Ressel, coordenador do Centro de Conciliação do TJ, "somente na segunda-feira foram realizadas 31 audiências, sendo que 67% delas terminaram em acordo". Nos acordos referidos pelo magistrado, os protagonistas são duas grandes instituições financeiras privadas. No Centro de Conciliação do TJ, em média são realizadas 60 audiências por dia, a maioria de 1º Grau, em pareceria com o Fórum Cível.

PLANTÃO JUDICIÁRIO

Os juízes de Direito Carolina Delduque Sennes Basso (1º grau) e Jefferson Alberto Johnsson Klein (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período de 26 de abril a 2 de abril. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense do dia corrente (18h) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia em que não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767.

24 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Precatório rendia 50% de propina em Tocantins

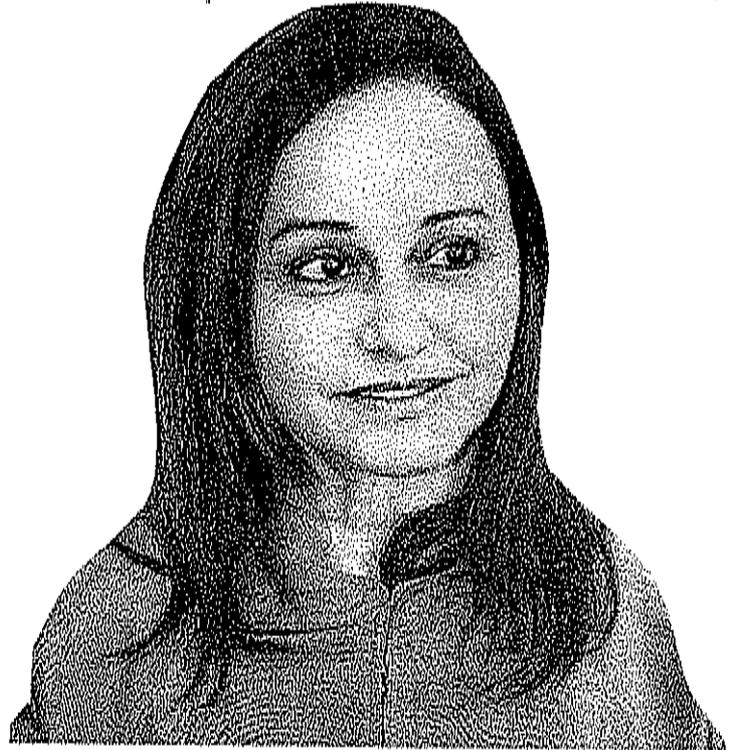
Investigação no Tribunal de Justiça do Estado descobriu esquema que cobrava metade da dívida para que pagamento fosse liberado pela corte

Ricardo Brito
Felipe Recondo | BRASÍLIA

As investigações da Polícia Federal e do Ministério Público Federal sobre desvios cometidos pela cúpula do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJ-TO) revelaram uma série de irregularidades na distribuição, liberação e pagamento de precatórios. O esquema, segundo a apuração, quebrou ilegalmente a ordem de quitação das dívidas judiciais e cobrou de beneficiários um pedágio que alcançava quase 50% do valor do precatório para ser rateado entre servidores, advogados e dois desembargadores. Até o companheiro de uma magistrada teria recebido parte desses recursos.

A denúncia de 152 páginas do Ministério Público, encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), narra nove casos de desvios com precatórios. Diante das fortes suspeitas, a Corregedoria Nacional de Justiça realizou uma espécie de "intervenção branca" no setor de precatórios do tribunal. Enviou uma juíza da corregedoria para o TJ tocantinense e ainda pôs à disposição dos servidores o Tribunal de Justiça do Distrito Federal para auxiliar nos trabalhos.

Acordo ou nada. "Aos clientes, pressionados pelos advogados e pela demora no recebimento dos valores, restavam duas opções: entravam em acordo com o grupo e recebiam uma parte a que teriam direito, ou não concordavam e viam seus precatórios serem preteridos, enquanto aguardavam, impotentes", afirmou a subprocuradora-geral da República, Lindôra Araújo, na denúncia.



Desvios. Presidente do TJ-TO, Willamara liderava o esquema

A servidora pública Marceley Leal de Araújo Barreto, da Divisão de Precatórios do TJ-TO, disse em depoimento que no tribunal não havia uma ordem métrica de duração para o pagamento das dívidas judiciais. Mas ela disse saber que havia precatórios com até 13 anos de existência sem ainda terem sido quitados. O esquema, segundo as investigações, conseguiu a liberação dos precatórios em menos de um ano.

Segundo o MP, a desembargadora Willamara Leila de Almeida é acusada de liderar um esquema de liberação indevida de precatórios após assumir a presidência do tribunal. A magistrada estaria envolvida em irregularidades em sete dívidas judiciais. Ela atuava, segundo a denúncia, com a ajuda do seu companheiro, João Batista de Moura Macedo, oferecendo a advogados o rápido pagamento das dívidas judiciais mediante divisão da verba.

• Denúncia

LINDÔRA DE ARAÚJO SUBPROCURADORA-GERAL

"Ou (os clientes) entravam em acordo com o grupo e recebiam uma parte a que teriam direito, ou não concordavam e viam seus precatórios serem preteridos"

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

24 MAR 2012

Patrimônio. Logo após o rateio do dinheiro do esquema, os investigadores descobriram que Willamara e João Batista compraram imóveis, terrenos, gados e um automóvel de luxo.

O advogado de Willamara, Alberto Toron, negou que ela faça parte de uma quadrilha. A defesa disse que, dos sete precatórios em que ela é acusada de irregularidades, em apenas um, de 2009, a ordem de sequestro partiu da magistrada. E nele, frisou, não houve quebra ilegal de ordem dos pagamentos.

Para buscar a rejeição da denúncia contra ela no STJ, a defesa ainda argumentou que não há uma única ligação telefônica ou depósito bancário feito na conta dela. O advogado recusou a afirmação de que os recursos dos precatórios desviados por ela e pelo companheiro serviram para comprar bens. Ela disse que o salário dela e negócios e empréstimos feitos por João Batista serviram para bancar as aquisições.

Defesa. Toron, que chama a acusação contra sua cliente de "fantasiosa", culpa os advogados por terem indevidamente usado o nome de Willamara. "O fato de advogados terem, em tese, conseguido a contratação de clientes afirmando que conseguiriam, também em tese, 'tornar mais ágil' ilegalmente o pagamento de precatórios não pode arrastar automaticamente a defendente ao polo passivo da Ação!", criticou o advogado.

Outro caso envolve o desembargador Carlos Luiz de Souza, então vice-presidente do tribunal. Em uma decisão datada de 25 de novembro de 2010, Souza decidiu alterar a ordem da liberação dos precatórios com base no Estatuto do Idoso. Os investigadores, contudo, descobriram que a beneficiária com o pagamento da dívida judicial tinha apenas 42 anos.

A Justiça, Carlos Luiz de Souza disse que as decisões de dar preferência a processos se deram em razão de despachos da então presidente, Willamara de Almeida. "Então nenhum deles foi pago fora da ordem", afirmou o desembargador.

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ quer 24 MAR 2012

cadastro de penduricalho pago a juizes

Lista de beneficios nos contracheques será aberta a acesso público, afirma corregedora

Fausto Macedo

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai preparar um cadastro dos penduricalhos dos juizes e desembargadores estaduais. O index vai revelar dados relativos a todos os tipos de verbas concedidos pelos tribunais de Justiça, beneficios e vantagens que fazem o contracheque da toga furar o teto constitucional. "Nós queremos fazer um cadastro onde estejam registradas todas as verbas que são pagas aos magistrados", anunciou ontem a ministra Eliana Calmon, corregedora nacional da Justiça.

O controle, disse a ministra, já existe na Justiça Federal, na Justiça do Trabalho e na Militar. "As informações são públicas. Quem acessar está lá. Pode estar errado ou certo, mas está lá."

Calmon participou de reunião-almoço no Jockey Club, promovido pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, centenária instituição da classe. "Para que haja transparência nós vamos verificar (as verbas). Nos Estados temos encontrado essa diversidade de situação e aí vem a questão", disse.

Ela destacou que "existem alguns Estados" onde o CNJ identificou esses pagamentos que, em muitos casos, estouram o limite imposto pela Constituição - teto aplicado ao Supremo Tribunal Federal. "O CNJ exige obediência ao teto. Então, criam-se

algumas situações dizendo o seguinte: ganha porque faz parte da comissão de regimento, ganha uma gratificação porque faz parte da comissão de jurisprudência", disse ela. E continuou: "Funções inerentes ao cargo de desembargador são remuneradas à margem. Dá aula na escola de magistratura, então ganha o teto e mais todas essas gratificações aquilo e daquilo outro. Na hora que a gente soma tudo e divide por 12 extrapola o teto".

Missão. A corregedora revelou achados em seu périplo pelas cortes do País afora. "Tenho encontrado ao longo dessa minha jornada de inspeções diversas formas de cálculo erradas, equivocadas. Encontrei em um tribunal pagamento de gratificação de férias a desembargador que estava aposentado havia 14 anos. E também encontrei a forma de pagamento da verba de equivalência calculada de diversas formas, inclusive em alguns Estados sem descontar o imposto de renda. Consideravam que era uma verba indenizatória e que a verba dessa natureza não desconta imposto."

A uma plateia de 150 advogados que a interromperam com aplausos, ela relatou as dificuldades que enfrentou para fiscalizar o TJ de São Paulo, o maior do País. Em recado à ala da magistratura que não tolera sua ação, declarou: "Em administração, não é

o tamanho que mete medo, nem é o tamanho que dá grandeza. O que dá grandeza é a humildade de dizer que precisa de ajuda."

Corregedora diz que recebeu R\$ 420 mil

● Eliana Calmon também recebeu uma bolada em fins de 2011, a título de pagamento de verbas atrasadas. "Eu mesma recebi, em três vezes, quatrocentos e vinte e poucos mil, mas essa verba sofreu incidência do Imposto de Renda. Se a gente for olhar, eu recebi quase R\$ 300 mil, foram noventa e poucos mil de imposto que incidiu."

A corregedora da Justiça informou sobre quanto ganhou em meio à entrevista em que elogiou o presidente Ivan Sartori, do Tribunal de Justiça de São Paulo. "Ele abriu as portas do tribunal. Que presidente fez isso?"

24 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Para ministra, Justiça 'está no banco dos réus'

Ellana Calmon, corregedora nacional da Justiça, disse que o Judiciário "está no banco dos réus" por causa dos momentos difíceis que atravessa. No almoço do Instituto dos Advogados de São Paulo, a ministra falou sobre os precatórios que atormentam grande multidão de credores em todo o País. Por força da Emenda 62/09, o Judiciário recebeu a missão de efetuar esses pagamentos, a maior parte de natureza alimentar. "Mas os tribunais não têm estrutura nem se modernizaram para atender a grande demanda que lhes cabe desde a Constituição de 1988."

"Um volume global de R\$ 117 bilhões está sob custódia da Justiça. É dinheiro não só de precatórios, mas também de depósitos judiciais e outras fontes, tudo sob administração da toga. "O Estado está falido em termos de precatórios, eles não estão pagando", afirmou Ellana.

Ela disse que soube dos R\$ 117 bilhões por meio da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). Na semana passada, um representante da entidade foi ao Conselho Nacional de Justiça para debater o destino dos recursos advindos daquela montanha de dinheiro. "Discutimos o spread bancário porque hoje só temos bancos oficiais funcionando como bancos depositários e há interesse de alguns segmentos do setor bancário também de abocanhar esse mercado."

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcanti, é categórico. "Spread não é dinheiro do erário ou dos tribunais, é dinheiro do credor. Esse valor deveria ser usado para pagar precatórios."

A ministra avalia que a desorganização no pagamento dos precatórios é porta para a corrupção. Citou o TJ do Tocantins. "Não acredito no que eu vi. A ordem cronológica dos precatórios estava escrita em papel pautado e à mão, com rasuras onde tiravam um nome e colocavam outro. O TJ estava todo contaminado. De 12 desembargadores, 4 afastados pela Justiça e 9 respondendo a processo disciplinar."

24 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

STJ manda plano de saúde tratar emergência durante carência

Tribunal decide que, em caso de doença grave descoberta durante carência, plano deve cobrir tratamento

Os planos de saúde não podem se recusar a custear procedimentos de emergência em caso de doença grave, alegando que o contrato ainda está em fase de carência.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a Sul América Companhia de Seguro Saúde arque com os gastos de um tratamento emergencial de tumor cerebral em um menor, que descobriu a doença durante o período de carência.

De acordo com informações divulgadas pelo STJ, o caso chegou à Justiça após a seguradora ter se negado a pagar o tratamento, que envolveu procedimentos cirúrgicos, hospitalares e quimioterápicos. A empresa alegou que o contrato ainda estava na fase de 180 dias de carência já que o menor foi admitido no plano em setembro de 2002 e o diagnóstico foi recebido em janeiro de 2003.

Custos. Na Justiça de 1ª Instância, a Sul América tinha sido condenada a arcar com os custos de todo o tratamento. Mas, em seguida, o Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo concluiu que era válida a cláusula do contrato estabelecendo o prazo de carência.

O tribunal determinou que a empresa custeasse apenas as despesas de internação nas primeiras 12 horas de atendimento emergencial. "No momento da contratação, foi dada ciência ao representante legal do menor da mencionada cláusula restritiva", decidiu o TJ.

Contratos. No entanto, os ministros da 4ª Turma do STJ discordaram da conclusão do tribunal paulista. Eles aceitaram o argumento da família do menor segundo o qual a legislação estabelece que os contratos de plano hospitalar devem cobrir os atendimentos de urgência que evoluírem para internação até a alta.

"O Código de Defesa do Consumidor prevê a necessidade da adequação dos produtos e serviços à legítima expectativa que o consumidor tem de, em caso de pactuação de contrato oneroso de seguro de saúde, não ficar desamparado, no que tange a procedimento médico premente e essencial à preservação de sua vida", disse o relator do recurso no STJ, ministro Luis Felipe Salomão.

● Necessidade

LUIS FELIPE SALOMÃO
MINISTRO DO STJ

"O consumidor não pode ficar desamparado no que tange a procedimento médico premente à preservação de sua vida."

24 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Demóstenes teria recebido verba de caça-níqueis

PF investiga pagamentos de até 30% do esquema comandado por Carlinhos Cachoeira ao senador do DEM, que usaria verba em caixa 2 de campanha

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, avalla se pede ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de inquérito para investigar o senador Demóstenes Torres (DEM), envolvido em denúncias de suposta cobrança de propina e favorecimento pela máfia dos caça-níqueis em Goiás.

A situação do parlamentar se complicou depois da divulgação de informações, pela revista *Carta Capital*, de que receberia 30% da arrecadação do empresário de jogos de azar, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com o jogo ilegal para alimentar o caixa 2 de campanha eleitoral. Também ontem, outra reportagem do jornal *O Globo* mostrou que grampos da PF revelaram que o senador pediu dinheiro e vazou informações oficiais a Cachoeira.

Segundo a reportagem publicada ontem no site da revista, três relatórios do delegado Deuselino Valadares dos Santos, ex-chefe da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros da PF em Goiás, informam que o senador recebia comissão sobre a arrecadação do esquema, que teria arrecadado R\$ 170 milhões em seis anos. A parte do parlamentar seria de R\$ 50 milhões, dinheiro que seria destinado à sua futura campanha ao governo do Estado.

Os documentos integrariam relatório da Operação Monte Carlo, que prendeu 35 pessoas em 29 de fevereiro, entre elas Cachoeira e o próprio delegado. Deuselino teria parado a investigação depois de ser "comprado" pelo grupo do empresário e Demóstenes. Também estariam envolvidos os deputados Carlos Alberto Leréia (PSDB), Jovair Arantes (PTB) e Rubens Otoni (PT).

Um dos documentos citados relataria que, após uma investida da PF para estourar um cassino

do advogado Ruy Cruvinel, envolvido no jogo do bicho, ele contou que, dos R\$ 200 mil mensais arrecadados, 50% iriam para Cachoeira e outros 30% para o senador.

Já reportagem de *O Globo* mostrou que numa das gravações da PF o senador apareceria pedindo que Cachoeira lhe pagasse uma despesa de R\$ 3 mil com táxi aéreo. Em outra, faria confidências sobre reuniões reservadas com autoridades.

Gaveta. O caso ficou parado por dois anos e meio. Ontem, a procuradoria informou que a apuração sobre os dados, remetidos em 2009 pela Justiça, ficou suspensa aguardando a conclusão de outra investigação em curso, mas, recentemente, os documentos foram anexados à Monte Carlo.

Os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Taques (PDT-MT) e o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) vão pedir na terça-feira explicações a Gurgel sobre quais providências tomou em 2009 sobre o relatório, que também aponta o envolvimento de Leréia e Sandes Junior (PP) com Cachoeira. "A PGR não pode mais retardar as investigações", afirmou Randolfe.

Ele e Taques haviam apresentado ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), representação para apurar as denúncias que envolvem Demóstenes. Segundo Randolfe, com os novos fatos, tornou-se "inevitável" que Sarney despache o pedido para a corregedoria ou para o Conselho de Ética do Senado.

Defesa. O advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida Castro, disse que seu cliente nega "peremptoriamente" as acusações de que recebia 30% da arrecadação de Cachoeira. Segundo ele, a matéria é "uma ofensa" e os relatórios da PF citados,

"fantasiosos". O senador informou ao advogado que uma pessoa próxima de Cruvinel disse que ele negou ter implicado o senador em depoimento.

Sobre o pedido de dinheiro ao empresário, o advogado informou que o senador só vai se pronunciar depois de conhecer as denúncias. Ontem, ele protocolou na PGR o segundo pedido para ter acesso aos documentos.

Leréia não se pronunciou ontem. Sandes Júnior, Jovair Arantes e Rubens Otoni não foram localizados pelo Estado.

RETÓRICA ÉTICA

Demóstenes Torres Senador (DEM-GO)

"Corrupção é um negócio suprapartidário. Os malandros estão em todos os governos e, às vezes, migram de um governo para outro" (3/9/2007, como relator da CPI do Apagão Aéreo)

"Já esgotei a capacidade de aguentar calado e a paciência se esvaiu. Vou pedir o desligamento dos membros do DEM que estão no governo, ou saem do governo, ou do partido" (14/2/2010, falando sobre o mensalão do DEM)

"Foi o governo da lassidão moral e da tolerância com a corrupção" (1.º/1/2011, num balanço do governo Lula)

"O PT está certo, o governo Lula não foi corrupto, foi super corrupto" (3/9/2011, à época do 4.º Congresso Nacional do PT)

"Os petistas de brio discordam da bandalheira. É necessário clamá-los à batalha pelo resgate da moralidade no DF" (5/11/2011, sobre o pedido de impeachment de Agnelo Queiroz)

24 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO STF vai julgar salário extra de parlamentares

Servidores federais entraram com ação para acabar com 14º e 15º salários no Congresso

A Associação dos Servidores do Ministério Público Federal entrou ontem com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para acabar com o pagamento do 14.º e do 15.º salários extras concedidos aos deputados federais e senadores. A entidade pediu ao STF a concessão de uma liminar para garantir a suspensão imediata do subsídio até o julgamento final do processo. A ação foi distribuída para o ministro Carlos Ayres Britto, que assume a presidência da Corte no próximo mês.

Os extras, no valor de R\$ 26.723,13, são pagos aos parlamentares em fevereiro e dezembro, respectivamente o início e o fim da legislatura no Congresso. A intenção da entidade é evitar, com o pedido de liminar, o repasse da parcela prevista para o fim do ano. Esse tipo de ação, porém, não tem o poder de exigir dos parlamentares os salários já pagos.

No Congresso, o salário extra é pago desde 1996, por meio de um decreto da Casa. Foi com base nele que o benefício foi estendido aos integrantes do legislativo estadual, distrital e municipal País afora. Alega-se que o pagamento é feito como ajuda de custo dos parlamentares com despesas de transporte e moradia.

A associação dos servidores argumenta, nas 21 páginas da ação, que a regalia é ilegal por não ter amparo na Constituição. Para a entidade, o benefício não poderia ser concedido por meio de decreto. O pagamento, sustenta a associação, ainda fere o princípio da isonomia.

"Ou seja, demonstrado o prejuízo aos cofres públicos e a injustificada diferenciação imposta pela norma em razão de situações jurídicas equivalentes, estendendo indevidamente direitos sociais aos parlamentares e o pagamento anual de dois subsídios extras, o ato normativo impugnado se demonstrará flagrantemente inconstitucional", afirmam os advogados da associação.

Reação. O processo foi movido três dias depois de a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado adiar a votação de um projeto que acabaria com o benefício. O senador Ivo Cassol (PP-RR) pediu vista para analisar mais o projeto, que é de autoria da senadora licenciada e ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT-PR). A proposta está parada há um ano na comissão.

Reportagem do *Correio Braziliense* desta semana aponta que senadores não estariam recolhendo o imposto de renda sobre os dois salários extras. Segundo o jornal, a Receita Federal

cogita multá-los. De acordo com o jornal, por ano, cada senador deixa de pagar ao Fisco R\$ 12,94 mil. No fim do mandato, o parlamentar embolsa R\$ 103,58 mil.

Por causa da pressão popular, a Câmara Legislativa do Distrito Federal extinguiu, no fim do mês passado, o pagamento dos extras para os deputados distritais. A chamada "ajuda de custo" era repassada aos parlamentares de Brasília desde 1999.

• Salário baixo

Durante a votação do projeto para acabar com o benefício, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Ivo Cassol reclamou: "O político no Brasil é muito mal remunerado".

O ESTADO DE S. PAULO

Atirador do cinema poderá pedir progressão para regime semiaberto

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou a condenação a 48 anos de reclusão do ex-estudante de Medicina Mateus da Costa Meira. Em 1999, após consumir cocaína, ele atirou contra a plateia de uma sala de cinema do MorumbiShopping, em São Paulo, matando três pessoas e ferindo quatro. Havia 66 pessoas na sessão.

Os ministros, porém, mudaram parte da condenação que impedia a progressão de regime. Pela decisão original, Meira deveria cumprir a pena de 48 anos integralmente no regime fechado. Agora, com o julgamento do STJ, ele terá direito de pedir, no futuro, a progressão para o regime semiaberto.

Costa Meira está preso em Salvador.

Mulher que matou filha de amante pega 43 anos

Luciene Reis Santana, de 24 anos, acusada de matar a menina Lavínia Azevedo de Oliveira, de 6, em Duque de Caxias, no Rio, no ano passado, foi condenada anteontem a 43 anos de prisão, segundo o Tribunal de Justiça do Estado. Ela ainda vai ter de pagar 300 salários mínimos por danos morais causados à família da vítima. Luciene era amante de Rony dos Santos de Oliveira, pai de Lavínia. Desaparecida desde 28 de fevereiro, a menina foi encontrada morta no quarto de um hotel de Duque de Caxias, em 2 de março.

24 MAR 2012

Solto líder dos PMs que invadiram Assembleia

Apontado como principal líder da greve promovida pela Polícia Militar na Bahia, no início de fevereiro, o ex-soldado Marco Prisco foi solto ontem, após passar 44 dias detido e isolado em Salvador. A 2.ª Vara Criminal acolheu pedido de habeas corpus. Prisco liderou a ocupação, por PMs grevistas, da Assembleia Legislativa da Bahia. O prédio foi isolado pelo Exército até a desocupação, em 9 de fevereiro, quando o ex-PM foi preso. Prisco responde por formação de quadrilha, roubo de patrimônio público e incitação à violência.

O ESTADO DE S. PAULO

LUIZ WERNECK VIANNA 25 MAR 2012

A aranha, sua teia e a judicialização da política

Forçando nas tintas, pode-se sustentar que o Brasil se tornou, sem sinais de mudança no horizonte, a capital mundial da judicialização da política, pouco importando se estamos ou não satisfeitos com esse fato nada trivial que desafia ortodoxias, como vetustas teorias sobre a separação entre os três Poderes, cânnon dogmático que, embora já claudicante, ainda é influente tanto em países de sistemas jurídico-políticos com matriz na *civil law* quanto nos de *common law*. Entre nós, o senso comum, tal como a mídia o registra, tem associado esse processo a um ativismo judicial que estaria sendo exercido, em matéria de natureza política, por juízes e tribunais, especialmente por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), que careceriam de representação democrática – magistrados não são eleitos – para intervir relativamente na produção das normas. Nesse tipo de diagnóstico, costuma-se datar a presença cada vez mais afirmativa do Direito, de suas instituições e seus procedimentos na vida social a partir da vigência da Carta Magna de 1988, assim como limitar a observação da sua incidência nas relações entre os Poderes Legislativo e Judiciário. O senso comum erra nos dois casos.

Com efeito, para não recuar muito na História, mas sem deixar de lembrar a presença do papel central das elites imperiais, socializadas no campo do Direito, que levaram a cabo a obra de instalação do Estado-nação como um exercício criativo de Direito Administrativo, tão bem estudadas no clássico *A Construção da Ordem*, de José Murilo de Carvalho (Rio, Campus,

O consequencialismo ganha foro de cidade no Direito brasileiro, ainda que por via acidental

1980), e em *Visconde do Uruguai – Centralização e Federalismo no Brasil*, de Ivo Casser (Editora UFMG, 2008), não se pode explicar o processo de modernização burguesa do País, a partir da Revolução de 1930, sem atentar para o papel estratégico do Direito, de suas instituições e seus procedimentos na formatação de um mercado de trabalho nacionalizado e de um “mercado” político democratizado.

Desde aí se fixaram duas jurisdições institucionalizadas em ramos do Judiciário, a trabalhista e a eleitoral, ambas, hoje, exercendo papéis centrais na democracia brasileira, recobrando tanto o mundo do trabalho como o da competição político-eleitoral. Sob Getúlio Vargas, a moderna República burguesa retomou a política, vigente no Império, de procurar realizar a modelagem da sociedade por elites do Estado, em especial as de formação jurídica, pela via da adoção da fórmula corporativa que trouxe para o interior da malha estatal a vida associativa dos trabalhadores a fim de serem expostos à sua pedagogia. Oliveira Vianna, jurista de ação decisiva na elaboração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não à toa tem a obra do visconde de Uruguai (Paulino José Soares de Sousa), o estadista da centralização administrativa sob o Império, como objeto de culto.

Assim, se coube à ação da aranha, como na famosa metáfora de Weber – no caso, os estadistas de formação neopombalina, chamados assim por Raimundo Faoro –, a urdidura de uma teia com essa característica, ela, em sua falna, já é prisioneira de sua

própria obra. É de ver que a democratização da vida republicana, tal como consagrada na Constituição de 1988, após inédita mobilização social e política em favor das liberdades civis e políticas, em princípio, um momento propício a rupturas, longe de apartar a política do Direito, levou a resultado oposto: a opção do constituinte (a “aranha”) foi a de aproximá-los, aprofundando, aperfeiçoando e democratizando as relações entre eles. Sobretudo, instalou a sociedade civil como novo e importante personagem na trama entre essas duas dimensões, tal como nas ações de controle da constitucionalidade das leis, nas ações civis públicas, nas ações populares, entre tantos outros instrumentos relevantes. Para reforçar essa nova presença, redefiniu o papel do Ministério Público, dotando-o da capacidade de representá-la.

Com essa nova arquitetura da teia, expurgada dos seus elementos autoritários, mas contínua, como se tem sugerido, com seu desenho anterior, o Direito, seus procedimentos e instituições, passa a conhecer novas possibilidades, admitindo, *in nuce*, em meio a um consenso silencioso, a sua conversão, em lugar de emancipação e até da conquista de direito novo, como tem ocorrido em alguns casos de decisões de juízes singulares e tribunais inferiores (entre tantos, Werneck Vianna, Burgos, *Dados*, 4, volume 48, 2005), e evidente na decisão do STF sobre o reconhecimento legal das relações homoafetivas, amplamente legitimada pela opinião pública.

A decisão recente do STF que julgou inconstitucional a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sob o fundamento de que a tramitação da medida provisória que o criou não teria

CONTINUA

25 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

obedecido a disposições expressas na Constituição, reacende vivamente a controvérsia sobre a judicialização da política, uma vez que ultrapassa em suas repercussões o próprio teor da colsa julgada, de óbvia relevância para a afirmação do papel do Legislativo na produção das leis. Tal como se constatou, logo que proferida a decisão, por esmagadora maioria, a validade de 560 medidas provisórias, promulgadas com o mesmo vício de origem da que criou o ICMBio, muitas de importância vital, estaria em situação de risco, instalando um cenário de insegurança jurídica de efeitos imprevisíveis. Medindo as consequências, sem esconder sua inspiração em correntes pragmatistas – caso manifesto do ministro Luiz Fux –, a Suprema Corte voltou atrás em sua decisão e proclamou a constitucionalidade da lei que criou o ICMBio.

Com essa decisão, a “aranha” não abandona, decerto, a sua teia, mas a sua ação responsiva diante de um fato social e político de suma gravidade flexibiliza e alarga a sua trama. O consequencialismo, mesmo que por via acidental, ganha foro de cidade no Direito brasileiro.

●
PROFESSOR-PESQUISADOR
DA PUC-RIO. E-MAIL:
LWERNECK096@GMAIL.COM

25 MAR 2012

'Venderam o Bamerindus a preço de banana'

José Eduardo de Andrade Vieira comemora o acordo do Bamerindus com os antigos credores, mas não esquece as mágoas

Evandro Fadel / CURITIBA

Passados 15 anos da intervenção no Banco Bamerindus, ocorrida em 27 de março de 1997, o ex-controlador da instituição, José Eduardo de Andrade Vieira, de 73 anos, ainda não superou as mágoas, sobretudo contra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-ministro Pedro Malan. Nos dias que se seguiram à intervenção, a artilharia do ex-banqueiro já tinha se voltado contra eles. As armas continuam fumegando até agora. Vieira considera-se traído por aqueles que tinham sido seus companheiros - ele foi ministro da Agricultura no governo FHC. Procurados, Fernando Henrique e Pedro Malan preferiram não se manifestar.

Na quarta-feira, o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) assinou acordo com o Ministério Público do Paraná (MP-PR) comprometendo-se a pagar todos os credores da massa falida. Com isso, o MP-PR deve pedir a extinção de ação de responsabilidade que mantinha indisponíveis os bens dos ex-administradores do Bamerindus, incluindo os de Vieira. Ao mesmo tempo, o FGC acentuou que prepara o banco para a venda no mercado. Para o antigo dono, esse é o aspecto mais positivo. "É a comprovação de que o Bamerindus não estava falido, porque, se tivesse, ninguém iria comprar", afirmou.

QUEM É

● José Eduardo de Andrade Vieira tem 72 anos e mora em Londrina, onde é dono da 'Folha de Londrina'. É filho de Avelino Antônio Vieira, fundador do Bamerindus. Foi o último presidente antes da intervenção e incorporação do banco pelo HSBC. Foi senador pelo Paraná, ministro da Indústria e Comércio e ministro da Agricultura.

Ex-senador, Vieira interrompeu a carreira política após a intervenção no banco e passou a administrar o jornal *Folha de Londrina*, do qual era sócio. Atualmente, duas filhas estão no dia a dia do jornal. Ele disse que raramente vai à sede em Londrina. Prefere ficar na Fazenda da Capela, em Joaquim Távora, distante 160 quilômetros, para supervisionar a criação de gado leiteiro e de corte, e a produção de milho. Da fazenda, ele conversou por telefone com o Estado:

● O que significa para o sr. o fim da ação que tornava indisponíveis os bens dos ex-administradores e ex-controladores do Bamerindus, a garantia de pagamento dos últimos credores e a preparação do banco para venda, após 15 anos de intervenção?

Para mim, o principal aspecto é a comprovação de que o Bamerindus não estava falido, porque, se tivesse, ninguém iria comprar. É uma comprovação pública de que o banco sempre tinha saldo positivo. Ninguém iria comprar para ter prejuízo.

● Então, por que a intervenção? A intervenção foi mais política. Mostra quem eram Fernando Henrique e Pedro Malan. Não preciso falar nada.

● O sr. continua com mágoas? O interventor nomeado pelo BC vendeu aquele patrimônio enorme por US\$ 8 milhões, sendo que empresa tinha em caixa mais de US\$ 100 milhões. Foi uma dilapidação de meu patrimônio. Na vontade de mostrar a falência do grupo, jogaram fora os imóveis do Bamerindus, as agências foram vendidas para o HSBC pelo valor patrimonial. Eram 1,5 mil agências, vendidas a preço de banana. E ainda assim sobra dinheiro.

● O que representaram os 15 anos de intervenção? Não deixou de ser frustrante a gente ser traído por companheiros. Porque na realidade é isso, foi uma traição que eu sofri.

● Quem foi o traidor? O Fernando Henrique.

● O senhor esperava mais dele? Esperava. O banco estava em boas condições e tinha muito dinheiro para receber do Estado de Mato Grosso. O Pedro Malan segurou isso na gaveta por meses até decretar a intervenção no banco e, no dia seguinte, pagaram o Mato Grosso, que pagou o banco. Já nas mãos do HSBC. Por que comigo não andou para frente e, com outro, em 24 horas resolveram?

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 MAR 2012

● O sr. teria vontade de se encontrar hoje com o Fernando Henrique Cardoso e o Pedro Malan para conversar sobre o assunto e esclarecer as questões?

Não. Não tenho vontade nenhuma, não. Eles podem cuidar da vida deles.

● O sr. pensa em entrar com alguma ação para reparação de danos?

Morreu, morreu, né?

● Que sensação o sr. teve no dia 27 de março de 1997?

De frustração enorme. Como demorou muito e o Fernando Henrique não fazia nada, eu honestamente já estava desconfiado bastante de que o pior podia acontecer. Quando houve a intervenção foi uma confirmação do que eu já imaginava.

● Qual o sentimento que lhe vem quando vê que os clientes, acionistas minoritários e agora os administradores fizeram seus acordos?

De alívio. Porque muita gente inocente foi sacrificada por uma questão política. O Paraná perdeu muito, perdeu os dois bancos que tinha, o Banco do Estado (Banestado) e o Bamerindus. Infelizmente a classe política do Paraná não reagiu como deveria ter reagido. Realmente foi uma perda não para mim, foi para o Estado, foi para o Brasil. Porque venderam para um banco lá fora que só fez besteira até hoje.

● Que besteira?

Besteira no sentido de que o banco encolheu, o banco não cresceu. Já mandaram milhões lá para fora, mas a empresa diminuiu de tamanho. (O Bamerindus) era o segundo banco do Brasil. Em câmbio era maior que o Banco do Brasil. E hoje está lá, sei lá em que lugar no ranking. Perdeu muito, né?

● O sr. chegou a ser cogitado para disputar o governo do Paraná.

De que forma a intervenção influenciou na carreira política?

Até para presidente da República eu cheguei a ser cogitado. É por isso que o Fernando Henrique fez a intervenção. Por medo de eu concorrer com ele. Com a intervenção no banco, obviamente afetou minha credibilidade e eu fiquei sem recursos para qualquer coisa.

● Estava tudo indisponível?

Se eu não tivesse a aposentadoria, eu ia passar fome. Eu tinha uma previdência privada.

● Se o sr. tivesse condições, iria adquirir o Bamerindus na venda que será feita pelo Fundo Garantidor de Crédito?

Não. Não tenho nem idade para isso. Capacidade eu tenho. Já fiz mais de uma vez e poderia repetir. Mas não tenho vontade.

● Da forma que o Bamerindus está hoje...

As notícias que foram publicadas é que o Bamerindus teria R\$ 3 bilhões de créditos fiscais. Ele tem mais de R\$ 6 bilhões. Sei lá por que falaram em R\$ 3 bilhões.

● A estimativa é de que o banco possa ser vendido por um valor entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões. É um preço justo?

Hoje seria, porque o crédito fiscal não pode ser usado inteiramente num exercício. Vai precisar de vários exercícios. Mas aí depende do mercado, se há um interessado ou muitos.

25 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Candidato da oposição vence eleição do MP

O procurador Felipe Locke foi o mais votado entre os 3 candidatos ao cargo de procurador-geral; nome precisa ser referendado pelo governador

Fausto Macedo

Em votação apertada, o Ministério Público elegeu ontem Felipe Locke Cavalcanti para procurador-geral de Justiça de São Paulo. Candidato da oposição, ele recebeu 894 votos de um universo de 1.730 promotores e procuradores que votaram em todo o Estado. É a primeira vez que um rival da situação vence o pleito no voto.

A vitória do procurador Locke é atribuída principalmente a uma promessa que reiterou em todas as 300 promotorias que visitou na campanha: vai enviar diretamente à Assembleia Legislativa, independente do Órgão Especial – colegiado de cúpula do MP –, projeto que autoriza promotor também a concorrer ao cargo máximo da instituição, hoje prerrogativa de procurador.

O procurador Márcio Elias Rosa, candidato da situação, ficou em segundo lugar, com 838 votos, 56 a menos que Locke. Em terceiro, o procurador Mário Patererra, também da oposição, com 445 votos.

A eleição no MP é plurinominal. Cada eleitor pode dar três votos, ou seja, escolher três nomes. Tem a opção de escolher um só, ou dois, ou três. Considerando a quantidade de votos acumulados, Locke ficou em primeiro. Mas, no 'voto seco' – os que votaram em um só candidato –, Rosa venceu, com 641 votos, e Locke ficou com 528. O que vale, no entanto, é o resultado total.

A lista tríplice será submetida ao crivo do governador Geraldo Alckmin. A Constituição confe-

re ao chefe do Executivo poderes de escolher o mandatário do Ministério Público. Alckmin tem 15 dias para decidir. A tradição manda que o primeiro colocado ocupe a cadeira número um. O indicado herdará o maior do MP do País, com orçamento de R\$ 1,5 bilhão.

Locke, de 47 anos, integrou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em duas gestões. Ele ingressou no MP em 1988. Foi assessor dos três últimos procuradores-gerais. Sua primeira medida, se referendado pelo Palácio dos Bandeirantes? "Vou desburocratizar o MP. A burocracia é uma queixa e isso leva a população a não ser bem atendida."

Ele acredita que seu triunfo se deve "à alegria de ser promotor de Justiça". Locke se classificava como "candidato independente". "Foi uma vitória do conteúdo, do carisma e da humildade", define o promotor Marcelo Roveire, do 1.º Tribunal do Júri.

Locke disse que vai precisar do apoio do procurador-geral Fernando Grella Vieira. "O trabalho de qualquer procurador-geral deve ser um trabalho pensando no futuro, mas nunca esquecendo do passado."

Planeja ampliar a estrutura física, de pessoal e de carreira da instituição. "Temos que dar força à presença político-institucional do MP, opinar enfaticamente sobre mudanças legislativas."



Missão. Locke promete desburocratizar o MP

25 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

A indústria do crime

Com a ação desimpedida de uma extensa rede de crime organizado, o roubo e o furto de carros no Estado de São Paulo representam hoje uma florescente indústria, movimentando R\$ 500 milhões por ano, muito mais que fábricas que trabalham dentro da lei e lutam para sobreviver. Centenas de automóveis são diariamente “puxados” – 120 por dia só na capital – para venda em países vizinhos ou no mercado interno, com os números dos chassis adulterados ou, como já se tornou mais comum, para a subtração de peças e partes, levadas para desmanches, os chamados “buracos”. Dali vão parar nas mãos de atravessadores, que as revendem para “atacadões”, fornecedores de lojas receptoras, algumas delas acima de qualquer suspeita. Com frequência cada vez maior, os roubos são acompanhados de violência, e impressiona constatar que 25% dos latrocínios no Estado estão ligados ao roubo de carros. Não se trata, portanto, apenas de um crime contra o patrimônio, mas de uma ameaça à segurança e à vida dos cidadãos.

Segundo a Divisão de Investigações sobre Furtos e Roubos de Veículos e Cargas (Divecar) da Polícia Civil, 82 “buracos” foram estourados no ano passado. É muito pouco em face da extensão desse tipo de crime, que deu origem, só no primeiro bimestre deste ano, a 7.280 boletins de ocorrência em delegacias de polícia da capital, um aumento de 14%, em compara-

ção com igual período de 2011. Mantida essa média, estima-se que 43.600 veículos serão roubados em São Paulo este ano.

São inúmeros na periferia da capital, na região metropolitana e no interior do Estado os galpões onde veículos roubados são guardados para clonagem de placas ou para o desmanche. Muitos são conhecidos e funcionam há anos, sem serem perturbados pela ação policial. E não há notícia de interdição de “atacadões”, nem de empresas de autopeças que atuam no mercado paralelo.

A sofisticação desse tipo de crime é um desafio para o Cen-

Centenas de automóveis são ‘puxados’ todos os dias para venda em países vizinhos ou aqui

tro Integrado de Inteligência (Clisp) da Polícia paulista. No lugar de “ladrões de confiança”, que faziam o desmanche e eram diretamente ligados ao comércio ilegal de autopeças, hoje existem quadrilhas organizadas em células, que distribuem as tarefas criminosas, permitindo que o agente da cadeia do crime conheça apenas um de seus elos. Os ladrões sabem em que “buraco” entregar o produto do furto e receber o pagamento. O desmanche usa um atravessador, desconhecendo qual será o estabelecimento receptor final.

As autoridades policiais, contudo, não ignoram os lugares em que os roubos e furtos de automóveis são quase rotineiros. Os locais preferidos dos la-

drões são as vizinhanças de hospitais, supermercados e shopping centers, que praticamente não são policiados. Na cidade de São Paulo, é a imprensa que tem se encarregado de informar quais as ruas, avenidas e trechos de rodovias, em todas as regiões da cidade, mais sujeitos a roubos de carros, especialmente à noite.

O comércio ilegal de autopeças, além de estimular o furto e roubo de veículos, prejudica as empresas que pagam impostos e trabalham licitamente. Os fabricantes também são afetados com a queda de vendas de peças de reposição, substituídas por outras vendidas a preços mais baixos, mas nem sempre em condições ideais de uso.

Mesmo se saírem ileso de assaltos, os proprietários de carros podem sofrer perdas às vezes ruinosas, considerando que apenas 20% deles, em todo o País, têm seguro contra roubo ou furto. Ao fim e ao cabo, todos perdem dinheiro, uma vez que, com o crescimento desse tipo de crime, as seguradoras, para se resguardarem, tendem a aumentar os prêmios para esse tipo de seguro.

A situação chegou a um ponto intolerável e o que se espera é que a Secretaria da Segurança Pública do Estado articule uma política concentrada contra a ação de quadrilhas que atuam no roubo e furto de veículos, com apoio, se necessário, da Polícia Federal e da Interpol, já que há conexão com redes criminosas internacionais. Se é impossível acabar com esse tipo de crime, ele tem de ser fortemente reduzido.

25 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

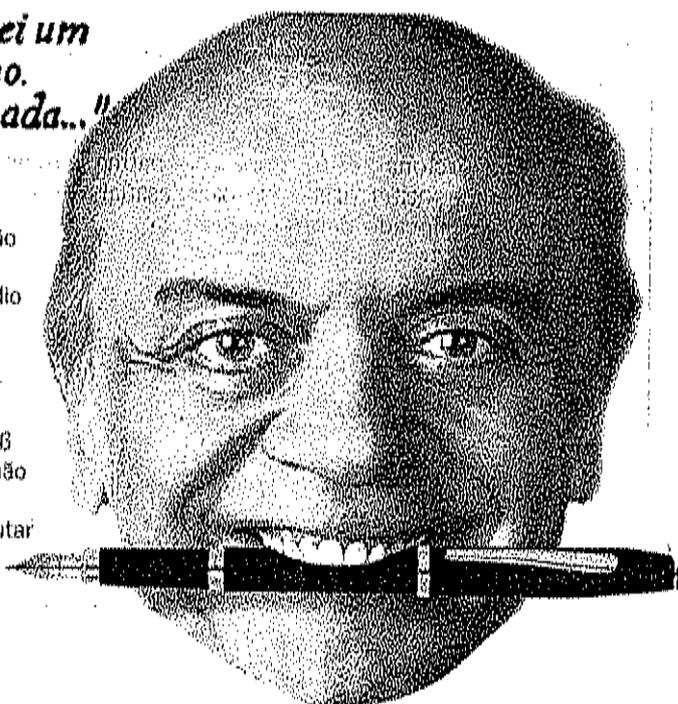
Frases

*"O político no Brasil
é muito mal remunerado"*

IVO CASSOL, senador (PP-RD), explicando por que impediu a votação de uma proposta que acaba com o pagamento anual do 14º e 15º salários dos parlamentares, sobre os quais não incide imposto de renda

*"Eu assinei um
papelzinho.
Não era nada..."*

JOSÉ SERRA, pré-candidato à Prefeitura de São Paulo, em entrevista à Rádio Capital na qual minimizou a importância do documento que assinou em 2008 afirmando que não abandonaria o cargo para disputar o governo do Estado



Técnico é condenado a 18 meses de prisão

Vanderlei Luxemburgo foi condenado pela Justiça Eleitoral do Tocantins a 18 meses de prisão, revertidos em multa de 100 salários mínimos e prestação de serviços, por dar endereço falso para concorrer a vaga no Senado.

26 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CNJ começa inspeção em contracheques do TJ-RJ

Equipe de oito juízes e 12 servidores vai examinar folha salarial de magistrados, que chegaram a receber R\$ 400 mil em penduricalhos

CNJ vai ao Rio investigar folha salarial de juízes

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça fará inspeção na folha de pagamento do Tribunal de Justiça do Rio. Desembargadores e até juízes iniciantes ganham de R\$ 40 mil a R\$ 150 mil por mês, graças a "vantagens eventuais". Ao todo, 72 desembargadores receberam mais de R\$ 100 mil.

A corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desembarca hoje no Tribunal de Justiça do Rio para uma inspeção na folha de pagamento dos magistrados. Ellana Calmon, a corregedora nacional, escalou equipe de oito juízes e 12 servidores para examinar os contracheques da toga. A investigação vai alcançar unidades judiciárias e administrativas da Justiça estadual de primeiro e segundo graus.

A folha de subsídios do TJ do Rio mostra que desembargadores e juízes de primeiro grau chegam a ganhar mensalmente de R\$ 40 mil a R\$ 150 mil.

A remuneração média de R\$ 24 mil é acompanhada sistematicamente de "vantagens eventuais". Alguns desembargadores receberam, ao longo de um ano, R\$ 400 mil, cada, somente em penduricalhos. Em dezembro de 2011 um desembargador recebeu R\$ 511 mil. Um outro recebeu R\$ 349 mil. No total, 72 desembargadores receberam mais de R\$ 100 mil - seis tiveram rendimentos superiores a R\$ 200 mil.

Os valores globais oscilam muito, sempre para cima, porque ora uma determinada vantagem é reconhecida, ora outra é concedida. Vendem férias que alegam não ter desfrutado.

Dados de novembro de 2011 mostram que 107 dos 178 desembargadores receberam valores que superam com folga a casa dos R\$ 50 mil. Em janeiro, quando foram divulgados dados sobre supersalários, o TJ informou que as vantagens que elevam a remuneração de seus magistrados "são todas as verbas que tenham natureza indenizatória, bem como a PAE (Parcela Autônoma de Equivalência) e o abono salarial".

Abono variável. Segundo a assessoria do presidente da corte, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, a PAE e o abono variável dizem respeito a diferenças remuneratórias passadas que estão sendo pagas de forma parcelada pelo TJ, obedecendo a decisões de tribunais superiores e a leis federais e estaduais.

Na portaria 14/2012, que define os termos da inspeção, Ellana Calmon adverte que os dados do Sistema Justiça Aberta indicam que nos últimos seis meses os magistrados de segundo grau do TJ do Rio "não prestaram informações devidas". A corregedora destaca que "dados colhidos junto ao Portal da Transparência traz que valores pagos mensalmente pelo TJ a diversos magistrados do Rio incluem montantes cuja regularidade somente poderá ser analisada após coleta de maiores dados".

Calmon anunciou sexta-feira a formação de um cadastro dos penduricalhos dos magistrados em todo o País. "A medida é acertadíssima", defende Wadhi Damous, presidente da Ordem dos Advogados do Rio.

Para Damous, "está se tornando uma praxe que os vencimentos dos magistrados sejam compostos por uma série de rubricas, penduricalhos, de toda sorte que elevam os subsídios dos juízes para além do teto permitido pela Constituição". Ele avalia que "isso é o resultado da ampla margem que tem a magistratura de se autoconceder vantagens e benefícios". "Mais do que isso, entendo que o CNJ deva avaliar a constitucionalidade dessas verdadeiras 'gambiarra' salariais."

26 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Conselho pretende estender Ficha Limpa a todos os tribunais

Resolução do conselheiro Bruno Dantas impede contratação de pessoas condenadas por algum órgão colegiado

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vota hoje a resolução que estende a todos os tribunais do País a proibição de contratar para cargos de confiança pessoas que estejam enquadradas pela Lei da Ficha Limpa. Com início previsto para 9h30, a sessão será presidida pelo vice-presidente do órgão, ministro Carlos Ayres Britto, que no próximo dia 19 assumirá a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF).

De iniciativa do conselheiro Bruno Dantas, a resolução tem o apoio da maioria dos membros do CNJ, inclusive do ministro Ayres Brito. Ele defende a Ficha Limpa no País, não apenas para os candidatos, mas para toda a administração pública.

A resolução determina que o nomeado ou designado, antes da posse, terá de declarar por escrito, sob penas da lei, não incidir em qualquer das hipóteses que contrarie a lei. A veracidade da declaração será comprovada mediante certidões negativas fornecidas pela Justiça Federal, Justiça Eleitoral, tribunais de contas, Justiça estadual, Justiça militar e pelos órgãos públicos em que trabalhou nos últimos 10 anos.

O servidor que hoje ocupa cargo de confiança e tiver contra si uma condenação em segunda instância será exonerado no prazo de 90 dias, prevê a resolução do CNJ. O texto atinge ainda os servidores terceirizados, ao vedar a "manutenção, aditamento ou prorrogação de contratos de prestação de serviços" com empresas que tenham entre os empregados colocados à disposição

dos tribunais pessoas condenadas em segunda instância. Se aprovada, a resolução valerá para todos os órgãos do Judiciário.

Apenas o STF não seria diretamente alcançado, uma vez que a Corte não se submete às decisões do CNJ.

Congresso. O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apresenta, nesta semana, uma proposta obrigando a designação de servidores ocupantes de cargos de confiança e os terceirizados da Câmara e do Senado a se enquadrar na Lei da Ficha Limpa. Com isso, os parlamentares e administradores da Casa não poderão mais contratar comissionados e terceirizados condenados em segunda instância.

FÓRUM DOS LEITORES

PODER JUDICIÁRIO Milhões x migalhas

Enquanto alguns magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo recebem pagamentos milionários antecipados de verbas indenizatórias, os funcionários públicos em geral aguardam para receber precatórios atrasados por décadas e de valores ínfimos.

JOSÉ FRANCISCO PERES FRANÇA

Josefranciscof@uol.com.br

Espírito Santo do Pinhal

Justiça no Brasil

Nova ortografia: Justiça.

RONALD MARINS DA CUNHA

ronald.cunha@netsite.com.br

Monte Santo de Minas (MG)

26 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Escolhido do MP

terá de compor

com a cúpula

Felipe Locke, eleito procurador-geral, mas ainda à espera da confirmação do governador, não tem influência nos colegiados

Felipe Locke Cavalcanti, eleito com 894 votos para o cargo de procurador-geral de Justiça, terá de adotar – se confirmado no cargo pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) – uma estratégia de negociações e alianças com a cúpula da instituição se quiser evitar atritos. Ele não tem maioria, nem mesmo minoria, na composição dos dois importantes colegiados, o Órgão Especial e o Conselho Superior, vitais nas atividades e decisões do Ministério Público.

O Órgão Especial é formado por 40 procuradores, os 20 mais antigos e 20 eleitos pelo colégio de procuradores. Qualquer projeto de lei tem que passar pelo crivo desse grupo antes de seguir para a Assembleia.

O Conselho Superior tem como atribuições eleger membros do Ministério Público que integrarão a comissão de concurso de ingresso – que arbitra sobre a entrada de novos membros –, indicar candidatas a remoção ou promoção por merecimento e deliberar sobre sindicâncias e processos administrativos contra promotores.

Em ambos os colegiados, o atual procurador-geral, Fernando Grella Vieira, fez maioria esmagadora em seus dois mandatos consecutivos (2008/2009 e 2010/2011). Ele apolava o procurador Márcio Elias Rosa, que ficou em segundo lugar na eleição do MP realizada no sábado, com 56 votos a menos que Locke. Por seu estilo, Grella não dará nenhuma orientação a seus pares para que boicotem o vencedor, mas este terá que se articular para atrair aliados.

Na tarde de sábado, ao conhecer o resultado que o coloca no topo da instituição, Locke deu o primeiro passo de aproximação. Cumprimentou Grella e a ele pediu incentivo. “Tenho muita estima por Grella”, declarou depois. “O trabalho de qualquer procurador-geral deve ser um trabalho pensando no futuro, mas nunca esquecendo o passado.”

Não é a primeira vez que um chefe do MP encontra cenário desfavorável na cúpula. Em 1996, Luiz Antonio Guimarães Marrey, nomeado pelo então governador Mário Covas, tinha pouca adesão da ala conservadora, mas com habilidade e perspicácia conquistou opositores.

Discurso. Procuradores avallam que o segredo de Locke para alcançar o triunfo está no “discurso fácil” que seduziu promotores em muitas regiões. Promessas puxaram votos, sobretudo dos mais jovens, que formam parte do efetivo. Ele defendeu “ampla desburocratização da administração e da atividade fim”.

Meta de gestão do procurador Grella foi a criação do SIS Integrado, base de dados do MP, fundamental para a formulação e execução da política de atuação da instituição. No final de 2011,

foi agregado o módulo criminal ao SIS, denominado SISCrím, para viabilizar o combate ao crime organizado e o controle externo da polícia. Mas o sistema provocou insatisfação porque exige empenho quase em tempo integral de oficiais de promotoria e assistentes jurídicos, auxiliares dos promotores – é extraordinário o volume de ocorrências policiais lançadas no cadastro.

No manifesto de campanha que distribuiu a seus pares, Locke se comprometeu a suspender o SISCrím “até que se possa formatar sistema em consonância com a proposta de simplificação, inclusive com convênios com o TJ e a Secretaria de Segurança Pública para a migração de dados, evitando-se o desnecessário tabulamento de informações já cadastradas”.

● Filosofia

FELIPE LOCKE PROCURADOR

“O trabalho de qualquer procurador-geral deve ser um trabalho pensando no futuro, mas nunca esquecendo o passado”

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

26 MAR 2012

Alckmin diz que ainda vai avaliar nome de Locke

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse ontem que vai avaliar esta semana se vai indicar o nome do procurador Felipe Locke Cavalcanti para o cargo de procurador-geral de Justiça. Em uma disputa apertada, Locke, candidato da oposição, venceu no sábado as eleições internas do Ministério Público Estadual.

"Eu fui ontem (*sábado*) na inauguração do Hospital do Câncer Infantil em Barretos e cheguei muito tarde, então recebi a lista tríplice, mas ainda não me debrucei sobre ela", disse Alckmin.

A lista tríplice traz os nomes de Locke e dos outros dois candidatos, Marcelo Elias Rosa, da situação, e Mário Papaterra Limongi, também da oposição. Ela foi entregue a Alckmin na noite de sábado pelo atual procurador-geral, Fernando Grella Vieira.

A nomeação do chefe do Ministério Público depende do governador, a quem a Constituição confere poderes para escolher qualquer um da lista, independente da ordem de colocação. Se Alckmin referendar Locke, ele assume o cargo de mandatário do MP no início de abril. "Vamos aguardar serenamente a decisão do governador", disse ontem Locke.

Se for nomeado, Locke poderá iniciar o cumprimento das promessas que fez ao longo da campanha. Uma delas é o encaminhamento de projeto de lei à Assembleia Legislativa autorizando a possibilidade de promotor também concorrer à cadeira número 1 do Ministério Público.

Se fizer o envio diretamente ao Legislativo, Locke poderá viver o primeiro impasse no Órgão Especial - seus integrantes não admitem que atos relativos à instituição não passem pela apreciação do colegiado. Para um procurador com mais de 30 anos de instituição, Locke terá que ter habilidade porque ainda não tem trunfos na cúpula. "Majoria se constrói", diz o procurador.

Locke também planeja ampliar o orçamento do Ministério Público, hoje no patamar de 0,97% da receita corrente líquida. Essa participação chegou, há alguns anos, a 1,2%. Procuradores sustentam que o objetivo anunciado por Locke é inviável.

26 MAR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

PT pressiona PGR a denunciar Demóstenes no Supremo

Partido quer que Gurgel envie pedido ao STF para investigar senador por suposto envolvimento com máfia de caça-níqueis

O PT e partidos aliados ameaçam representar contra o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, caso não encaminhe ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido para investigar o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) e outros parlamentares citados na Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, por suposto envolvimento com a máfia dos caça-níqueis.

A investida para pressionar Gurgel foi acertada ontem e é o primeiro passo de uma articulação para a abertura de processo no Senado contra Demóstenes, que poderia resultar na cassação de seu mandato. A partir de uma denúncia formal ao STF, o PT e partidos aliados teriam fundamento para pedir ao Conselho de Ética da Casa que avalie a situação do senador.

O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (PT), anunciou que enviará representação a Gurgel pedindo que denuncie os parlamentares. "Se não houver resposta, vamos representar contra o procurador. Ele precisa cumprir a parte dele", avisou ontem, acrescentando que só aguarda uma conversa com senadores do PSB e do PDT para preparar o documento. "De posse disso (as informações enviadas ao Supremo), a gente vai julgar se há quebra de decoro no caso de Demóstenes", adiantou.

O petista diz que, na última segunda-feira, o Ministério Público Federal em Goiás já denunciou, com base na operação da PF, 80 suspeitos de envolvimento com a máfia dos caça-níqueis no Estado. "Se isso já foi feito, não há mais nenhuma ação da Polícia Federal em relação à Monte Carlo. Não há mais motivo para

não tocar isso adiante", cobrou.

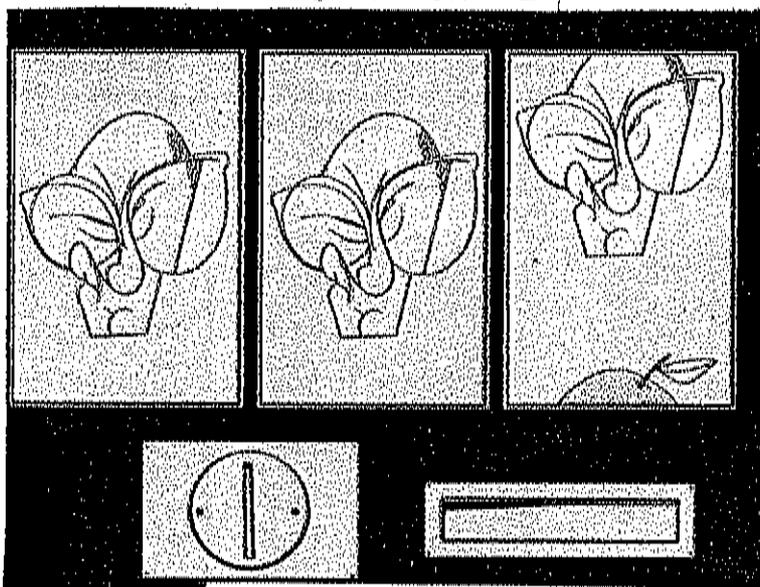
Demóstenes é citado nas investigações por manter relações e receber presentes do empresário de jogos de azar, Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, apontado pela PF como o chefe da organização criminosa. Ele teria trocado mais de 300 telefonemas com Cachoeira e admitiu ter recebido dele um celular especial para as conversas.

Também estariam envolvidos com o empresário, preso em 29 de fevereiro, os deputados Carlos Alberto Leréia (PSDB), Jovair Arantes (PTB), Rubens Ottoni (PT) e Sandes Júnior (PP).

Grampos de uma operação mais antiga da PF revelaram que Demóstenes pediu ao contraventor que lhe custeasse despesas de táxi aéreo e vazou informações oficiais a ele. Apesar de ter recebido as gravações em 2009, a procuradoria não tomou providências

a respeito, argumentando que aguardava a conclusão de investigações paralelas. Para Walter Pinheiro, o encaminhamento de uma denúncia ao STF também possibilitaria esclarecer se a demora de Gurgel foi "coisa normal do processo ou prevaricação".

SINAIS PARTICULARES



Demóstenes Torres

PIAUI 66

março

A juíza contra os juízes 2012



Eliana Calmon, a ministra que perturba seus pares
Por Daniela Pinheiro

NÃO GOSTO DE FIRULA

Criticada pelo estilo ruidoso, a corregedora Eliana Calmon diz que seus adversários defendem valores que a sociedade não comporta mais

Passava das nove de uma noite de fevereiro quando o carro oficial parou em frente ao elevador na garagem de um prédio residencial na Asa Sul de Brasília. Um segurança armado, de colete à prova de balas, surgiu e pegou envelopes, pastas e papéis das mãos do motorista e abriu a porta. A ministra Eliana Calmon Alves, corregedora nacional de Justiça, atendia a uma ligação no celular. "Gilmar, meu querido! Sim, estou superaliviada. Fiquei vendo o julgamento pela tevê, sozinha em casa, numa angústia louca. Graças a Deus acabou", disse ela com uma voz aguda que reverberou pelo subsolo. "Vocês foram fantásticos! E a Rosa Weber, hein? Estou gostando de ver!"

Uma semana antes, os ministros do Supremo Tribunal Federal – entre eles o seu interlocutor, Gilmar Mendes – haviam derrubado por seis votos a cinco a liminar que impedia o Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, de investigar juízes, desembargadores e tribunais suspeitos de corrupção. A decisão punha um termo no alvoroço que, desde dezembro, se espalhou pelo mundo

das togas. E consolidava o direito do órgão de fazer diligências para combater mazelas da Justiça. "Sim, vou ver isso direito, Gilmar. Eu também não sei como está. Achei que não poderia entrar em todos os tribunais, e não só no de São Paulo", disse antes de desligar.

Eliana Calmon usava sapatilha amarela, calça marrom, blazer estampado colorido e um vistoso colar com três peixes dourados pendurados como em um anzol, do joalheiro baiano Carlos Rodeiro. Havia trabalhado doze horas, mas o cabelo estava impecavelmente escovado e a maquiagem ainda lhe enfeitava a face. Apenas o descascado do esmalte vermelho denotava o pouco tempo para se dedicar a si mesma.

Ao entrar em seu apartamento, decorado em tons claros e com móveis de desenho modernista, largou a bolsa verde-limão em cima da mesa da sala, acendeu as luzes de todos os ambientes e foi para a cozinha. Abriu a geladeira, tirou duas tigelas de plástico e uma de vidro e as colocou em cima da mesa. "Esquentamos no micro-ondas, está bem? Minha empregada vai embora às cinco e moro sozinha. Assim é mais prático", disse.

CONTINUA

8

CONTINUAÇÃO

Explicou que o cardápio do jantar era “arroz à piemontesa light” e “frango à chefe de ouro” – galinha ensopada com milho verde e molho branco. Ambos os pratos foram tirados de um dos três livros de receita de sua autoria, cuja renda das vendas destina à caridade. De uma adega no corredor veio uma pequena garrafa de vinho tinto português de boa cepa. “Compro garrafinha para não ficar aquele resto estragando na geladeira”, explicou.

Antes que a ministra se servisse, o telefone tocou de novo. Uma amiga lhe dava os parabéns pela decisão do Supremo e queria notícias. “Tive um Natal horrível, com aquela sensação de injustiça, mas agora passou”, disse. Sem largar o aparelho, levantou a taça e propôs um brinde silencioso balançando a cabeça. “Quero retomar o trabalho logo. Quero entrar na Bahia, acabar com aquela igreja que formaram lá”, falou à amiga. “Sai um ditador e entra outro. Entraram para acabar com o feudo de Antônio Carlos Magalhães e agora estão fazendo a mesma coisa.”

O prato rodava no micro-ondas e a ministra limpava com o pano uma sujeira imperceptível na porta do forno. Ao sentar-se, comentou que se sentia tolhida e que gostaria que a controvérsia sobre o Conselho Nacional de Justiça fosse logo encerrada: “Parece que estou numa roda e não consigo sair.” O telefone tocou novamente. “Sim, sim, estou muito contente. Você viu, minha querida? O povo brasileiro se apropriando do CNJ! Tdo mundo nos apoiando. Cidadania pura”, falou. “Foi muito ruim, mas agora estou aliviada. Quem pensou que ia pôr o pé no meu pescoço estava muito enganado.”

Criado em 2004, o Conselho Nacional de Justiça tem, entre outras atribuições, a função de investigar suspeitas de desvio de conduta de magistrados e servidores do Judiciário. Com o corporativismo de corregedorias estaduais, que faziam corpo mole nas investigações e protegiam seus pares, Eliana Calmon tomou para si o papel de garantir a eficácia da apuração e punição de delitos. Desde então, o Conselho condenou 49 magistrados, sendo que 24 deles foram punidos com aposentadoria compulsória, correspondente ao tempo de trabalho. Os demais foram afastados, removidos de

seus postos originais ou apenas censurados. Há agora 2.595 processos em andamento – entre reclamações e sindicâncias – contra juízes e desembargadores.

Em agosto passado, a Associação dos Magistrados Brasileiros entrou com uma ação para questionar a competência do CNJ em apurar denúncias antes que as corregedorias estaduais terminassem suas próprias investigações. A ação coincidiu com o período no qual Eliana Calmon averiguava a legalidade de pagamentos de atrasados a potentados do mundo jurídico. E também preparava um processo administrativo contra o desembargador Luiz Zveiter, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio, acusado de usar o cargo para beneficiar uma construtora, cliente do escritório de advocacia de sua família.

A corregedora não se atemorizou ante a Associação e seus quase quinze mil filiados. Em resposta à tentativa de se restringirem os poderes do CNJ, disse que a magistratura nacional “está com gravíssimos problemas de infiltração de bandidos escondidos atrás da toga”. A afirmação provocou uma crise de nervos em parte do meio jurídico, que se viu exposto e contestado publicamente por uma das suas integrantes. O ministro Cezar Peluso, presidente tanto do Supremo como do CNJ, declarou-se “indignado”. Disse que as “acusações levianas” de Eliana Calmon eram uma “ameaça à democracia”. Nelson Calandra, presidente da Associação dos Magistrados, considerou-as “ataques impróprios, sem nomes, sem provas”.

A corregedora salgou ainda mais a ferida. Ela estudara um relatório elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras, o Coaf, órgão disciplinar do Ministério da Fazenda que cerceia a lavagem de dinheiro e aplica penas administrativas. O relatório focalizava movimentações financeiras de membros do Judiciário e de seus familiares. No total, foi investigada uma multidão de mais de 216 mil pessoas. Com base nele, Eliana Calmon recomendou a inspeção da folha salarial de magistrados de 22 tribunais brasileiros, a se iniciar por São Paulo, o maior deles.

CONTINUA

3**CONTINUAÇÃO**

O levantamento do Conselho de Controle de Atividades Financeiras sustenta que 370 juízes e funcionários de tribunais movimentaram 856 milhões de reais de forma atípica num período de dez anos, até 2010. Mais: mil integrantes do Judiciário usaram 274,9 milhões em espécie entre 2003 e 2010.

Na véspera do recesso forense, no final de dezembro, a poucas horas do encerramento do expediente, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo, resgatou o pedido da Associação dos Magistrados e concedeu uma liminar suspendendo poderes de investigação da corregedoria. No mesmo dia, seu colega de tribunal, o ministro Ricardo Lewandowski, em outra ação, também proibiu o Conselho Nacional de Justiça de usar os dados do Coaf para apurar a evolução patrimonial de magistrados.

Na cozinha de sua casa, a ministra se serviu de salada e pôs-se a falar do "bendito relatório" do Coaf: "Logo que assumi, o Gilmar me disse que se eu investigasse bem todas as corregedorias, mas ficasse omissa em São Paulo, que era o maior dos tribunais, a minha gestão iria passar em brancas nuvens. Fiquei com isso em mente." Tomou outro gole de vinho e prosseguiu: "No fim do ano, vi que o tempo estava passando e ainda não tinha conseguido entrar em São Paulo. Eles eram sempre gentis, solícitos, mas você não conseguia passar de um ponto, era tudo fechado."

Disse ter lembrado então do relatório do Coaf: catorze páginas, ilustradas com tabelas e gráficos em forma de pizza, com informações sobre atas movimentações de integrantes de tribunais federais, regionais e militares. Não há no papelório referência a nomes ou a número de documentos dos investigados, como o CPF. O que mais perto se tem de detalhes é a identificação do "órgão de lotação" – o local de trabalho – e, eventualmente, a função do auditado. Sobre as operações feitas com dinheiro vivo, por exemplo, lê-se que foram localizadas 797 pessoas, e oito delas fizeram transações equivalentes a 16,7 milhões de reais, ou quase 10% do total. "De tais pessoas, duas constam ser titulares de cartórios, três seriam juízes, um desembargador, um aposentado e um empresário", diz o texto.

Além de entidades classistas do Judiciário, alguns juristas e advogados também se insurgiram contra a investigação do CNJ. Eles defendem que, para identificar 0,1% de suspeitos, foi preciso examinar informações financeiras de centenas de milhares de pessoas. E argumentam que promover buscas genéricas com dados sigilosos dos cidadãos compromete a credibilidade da instituição e do próprio governo, sobre o qual sempre paira a desconfiança de que pode vir a usá-los politicamente.

"Sem entrar no mérito se houve ou não quebra de sigilo financeiro, é um episódio que faz parte de uma cultura repressiva que se instalou recentemente no país", disse o criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, que é favorável à transparência do Judiciário. "A partir da ideia de que os ricos não vão para a cadeia, quase tudo passou a ser permitido. Em nome dessa cruzada, se passa por cima de direitos individuais garantidos pela Constituição."

Eliana Calmon autorizou a inspeção no Tribunal de Justiça de São Paulo no início de dezembro, "e duas semanas depois vieram as liminares", disse ela, grave. "Aquilo para mim foi o sinal. Era como se dissessem: 'Aqui você não entra.'" Em resposta às liminares, ela fez uma ironia n'O Estado de S. Paulo: "Sabe que dia eu vou inspecionar São Paulo? No dia em que o sargento Garcia prender o Zorro."

Com os trabalhos da corregedoria suspensos, jornais e revistas passaram a publicar detalhes sobre a caixa-preta dos tribunais. Foi revelado que um ex-presidente do Tribunal de Justiça da capital paulista recebeu de uma vez 1,5 milhão de reais em atrasados, graças a um requerimento despachado por ele mesmo. Descobriu-se que juízes vendiam um de seus dois meses de férias para fermentar seus holerites. Surgiu nas páginas da imprensa um manancial de gratificações, atrasados e extras que jamais havia sido mensurado em público.

CONTINUA

Soube-se, por fim, que os dois ministros do Supremo que tinham se posicionado contra a ação da corregedoria, Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski — e que fizeram carreira no tribunal de São Paulo —, receberam 700 mil reais cada um de passivos trabalhistas. A própria Eliana Calmon recebera 421 mil reais de auxílio-moradia. “Recebi sim, em três parcelas, assim como toda a Justiça Federal”, disse ela. “Não foi como em São Paulo, que uma turminha de amigos foi privilegiada, recebeu antes da maioria e tudo de uma vez.” Perguntei se ela se referia a Peluso e Lewandowski. “Não sei se estão no grupo porque não pude entrar em São Paulo, lembra?”, respondeu.

Com a repercussão do relatório do Coaf, entidades classistas e colegas de profissão a acusaram de ter vazado informações sigilosas. “Mas se não tinha nome nem CPF de ninguém, como pode ter violação de sigilo?”, perguntou, indignada, o que fez sua voz vibrar algumas oitavas a mais. “Vinha conselheiro querer saber que desembargador estava listado! Não tenho ideia, não tive essa informação. A Associação dos Magistrados insiste nisso porque é a única maneira de justificar essa postura corporativista descabida.”

Aos 67 anos, Eliana Calmon é mercurial e superlativa. Fala alto, com um sotaque baiano que a faz parecer ainda mais ruidosa. Ao explicar algo sério, fecha as pálpebras e levanta as sobrancelhas para concluir frases de efeito. Como se veste com estampas de uma paleta infinita de cores e se enfeita com bijuterias chamativas, sua figura alva chama atenção.

Quando a porta de seu gabinete de trabalho se abre, está atrás da mesa à espera do convidado numa mesma pose: os dedos das mãos entrelaçados, os cotovelos apontando em direções opostas e o corpo virado um pouco de lado, como uma professora rigorosa prestes a dar uma bronca. Mas quando se sente à vontade preenche o ambiente com uma gargalhada comprida e contagiante.

Alta (1,70 metro), com pés que considera “enormes e largos” (calça 39), desde bem jovem ela luta contra a balança. As amigas brincam que

está de regime desde que nasceu. Anda na esteira todos os dias pela manhã e consome potes de salada de frutas para manter a forma, mas tem dificuldade de resistir a doces. No ano passado, perdeu dezoito quilos numa dieta de proteínas do médico argentino Máximo Ravenna. A ansiedade derivada da crise no CNJ trouxe muitos deles de volta.

Ela se diz agnóstica por não ter “coragem” de assumir ser atea. Mas contou que amigas baianas, filhas de santo, lhe dão proteção espiritual. “Elas me ligam para dizer que todos os atabaques da Bahia estão tocando para mim. De Mãe Olga, de Mãe Nice, todos! Eu fico até com medo de o ministro Peluso quebrar uma perna”, brincou. É feminista, a favor do direito de aborto e do casamento gay. “Cais não assumidos podem ser as pessoas mais pérfidas do planeta, é difícil conviver”, disse. “Já os assumidos são maravilhosos.”

É vaidosa, mas não gosta de gastar com roupas. Compra uma peça e manda uma costureira reproduzi-la em vários tecidos diferentes. Por insistência da irmã, aceitou tomar duas picadas de botox na glabella para sumir com o “V” que lhe marcava a expressão. Dispensa seu dinheiro em joias (todos os anos se presentearia com uma em seu aniversário) e na decoração e reforma de suas casas. Além do apartamento em Brasília, é dona de outro, em frente à praia da Barra, em Salvador. Ali, é vizinha do publicitário Duda Mendonça, dos atores Lázaro Ramos e Wagner Moura e do cantor Gilberto Gil.

Cozinheira tarimbada, Calmon é conhecida entre familiares e amigos pelos jantares organizados para grupos pequenos, nos quais cuida do cardápio à *mise en place*. Adora cruzeiros de navios. Já navegou pela Turquia, Grécia e Itália e pelos mares da China e do Alasca. Tem como companhias constantes de viagem a irmã e o filho único, Renato da Cunha, de 32 anos, analista do Ministério Público Federal. Casado, e com um segundo filho a caminho, ele não quis falar sobre a mãe: “Sou muito discreto, os holofotes são dela.”

CONTINUAÇÃO

Com a ajuda de uma faca, Eliana Calmon equilibrava a comida sobre o garfo em montinhos arredondados. Mais uma vez, o telefone interrompeu a entrevista. Era uma chamada do Palácio do Planalto. Em um tom formal, logo depois das reverências de praxe, elogiou um candidato à próxima vaga no Superior Tribunal de Justiça. Defendeu seu ponto de vista afirmando que "a função no STJ pressupõe força física" e, portanto, "alguém jovem, com sangue novo". Sem mais, despediu-se com um misto de animação e cortesia.

Quis saber qual tinha sido o momento mais tenso de todo o processo. "Foi quando o Calandra me comparou ao Palocci", respondeu, entre uma e outra garfada. Referia-se a uma alusão do presidente da Associação dos Magistrados à quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos feita a serviço do então ministro da Fazenda, Antônio Palocci. "Aqui se viola o sigilo de 220 mil pessoas e não acontece nada!", dissera Nelson Calandra.

Almiro Petronilho Alves era dono de uma empresa de reboques de carro em Salvador. Sua mulher, Elizabete, tinha modos finos, bom gosto e habilidade manual. Seus três filhos, Eliana, Almiro e Rosário, cresceram num loteamento de casas de classe média, sob uma educação rígida e distante. A família era vizinha do ex-deputado federal e presidente do DEM baiano, José Carlos Aleluia. "Ela sempre teve esse jeito de líder, era séria, estudiosa e comandava as brincadeiras, não era de muita bagunça, não", contou Aleluia no saguão de um hotel de Salvador.

Quando Eliana Calmon tinha 15 anos, seu pai saiu de casa e formou outra família - episódio que a marcou profundamente. Como tinham boa situação financeira, pôde se dedicar aos estudos em vez de trabalhar. Na juventude, era a única da turma que tinha carro, um Fusca creme, o que a tornava a carona oficial das amigas.

Foi num baile que ela, aos 23 anos, conheceu seu futuro marido, Renato Sá Bernardo da Cunha, um oficial da Marinha treze anos mais velho. A moça alta, longos cabelos negros repartidos ao meio e os olhos amendoados, delineados com lápis kajaal, chamou a atenção

do militar loiro e de olhos azuis, alguns centímetros mais baixo que ela. Dançaram e se despediram sem trocar telefones. Dias depois ela recebeu uma orquídea em casa. Durante anos ficou intrigada como havia conseguido o seu endereço. "Depois Eliana soube que ele tinha mandado o serviço secreto da Marinha ir atrás. Imagina, naquela época da ditadura", contou a amiga de infância Ana Luisa Costa Soares, que estava no baile.

Casaram-se em uma cerimônia simples, no ano seguinte. "Ela marcou numa terça-feira, às nove da manhã, em uma igrejinha em que mal cabiam cinquenta pessoas", lembrou a irmã, a decoradora Rosário Calmon, em seu apartamento, no bairro da Pituba, em Salvador. "Minha mãe quase teve um ataque e, com muito custo, conseguiu convencê-la a usar um véu curto."

Quando ela se formou, o marido foi transferido para o Rio de Janeiro e, em seguida, para Natal, onde ela lecionou na faculdade de direito. Ali, começou a estudar para o concurso de procuradora da República. Na primeira tentativa, foi reprovada por meio ponto, mas no ano seguinte classificou-se entre os primeiros lugares. Assumiu o posto no Recife, onde morou sozinha por pouco tempo. Depois, o marido foi removido para Brasília e partiram novamente.

Era o governo militar e o Ministério Público respondia à ditadura. Na época, ela contou, o procurador-geral da República, Henrique Fonseca de Araújo, publicou uma resolução proibindo os procuradores de se posicionar contra o regime. Em 1976, quando ela deu um parecer favorável a um mandado de segurança de estudantes contra a invasão da Universidade de Brasília, ele alterou a decisão a favor dos militares. Eliana Calmon abandonou a procuradoria e estudou para se tornar juíza federal.

De volta a Salvador, prestou o concurso e foi aprovada. Também passou a dar aulas de direito civil na universidade católica e na federal da Bahia. Estava casada há dez anos e, apesar da insistência do marido, não queria saber de filhos. Achava ser impossível conciliar profissão e família. Mas, sem planejar, engravidou. Nasceu Renato.

CONTINUA

A medida que sua carreira deslançava, os problemas no casamento aumentavam. Certa vez, o marido reprecendeu o porteiro do prédio porque ele os chamava de "seu Renato" e "doutora Eliana". Uma conhecida se lembra dela carregando uma garrafa térmica para o cinema porque o marido gostava de tomar café durante a sessão. "Imagine, uma juíza federal tendo que fazer isso porque senão ele aprontava um escarcéu", disse. Mesmo nas situações mais tensas, as amigas contam que ela sempre preferiu temporizar a se indispor com o marido, com quem tem boa relação.

Numa entrevista à *Folha de S. Paulo*, quando assumiu a vaga no Superior Tribunal de Justiça, ela falou sobre a condição feminina: "É muito difícil um homem da minha geração dividir cama, mesa e sala com uma mulher que tem o seu brilho próprio e uma projeção. Ele começa a se sentir inferiorizado."

Quando foi promovida por merecimento a desembargadora do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o casamento de vinte anos ruuiu. Com o filho pequeno e uma babá a tiracolo, Calmon mudou-se para Brasília. As novas funções a obrigavam a passar dias, muitas vezes semanas, fora de casa. Nunca mais teve outro envolvimento amoroso sério e duradouro.

Ela disse não gastar "um minuto" pensando em discriminação de gênero, apesar de considerar o Judiciário um meio machista e chauvinista. "Eu não me ligo nisso, nem presto atenção porque acho que as mulheres acabam se preocupando demais com esse assunto", disse. Na véspera da votação da liminar da Associação dos Magistrados, ela comentou o que diziam alguns juízes de seu tribunal: "Ficam querendo me diminuir me chamando de louca, de doídivana. É a maneira que costumam usar para desmerecer uma mulher."

Como desembargadora, Eliana Calmon coordenou por anos um curso de formação e aperfeiçoamento de magistrados. Por isso, era dada como certa sua nomeação, em 1998, como diretora da Escola Nacional de Magistratura, um posto de prestígio na carreira. Ela defendia ideias

inovadoras, como um currículo nacional, e era contrária à cobrança de mensalidades, já que as escolas estaduais da magistratura recebiam verbas do Judiciário.

Um amigo dela contou que, numa discussão com seus pares sobre ensino, Eliana Calmon levantou a voz e disse que as escolas estaduais só queriam dinheiro e não ligavam para formação. Havia representantes das escolas na sala e houve um mal-estar generalizado. Ela não foi nomeada diretora da Escola Nacional, ficando com a secretaria-executiva. Sua versão é menos cabotina: "Era um cargo que dava prestígio, visibilidade, tinha muitas viagens para o exterior. E aí apareceram dez pessoas querendo."

Amigos, parentes e colegas afirmam que os arroubos verbais e o temperamento passional lhes são atávicos. "Essas coisas que ela faz hoje, ela sempre fez, é o jeito dela", disse o advogado Ailton Daltro Martins, amigo de Calmon desde a faculdade. "Se tinha alguém para jogar luz no obscurantismo do Judiciário, essa pessoa era a Eliana."

Há alguns anos, ela divergiu do ministro João Otávio de Noronha sobre a reabertura do julgamento da extinção de um crédito para exportações. Nos cálculos de Eliana Calmon, a União poderia ter um prejuízo de 300 bilhões de reais. Ele defendia a revisão e ela insistia que a deliberação já fora tomada. "Eu virei um bicho, falei que era absurdo, que aquilo era um processo que envolvia muito dinheiro e muito lobby e ia ficar horrível para o tribunal voltar atrás", contou. "Mas quando falei 'dinheiro' esfreguei os polegares, e ele deve ter se sentido ofendido, achando que eu estava dando alguma indireta — o que não era o caso." Depois de um bate-boca no plenário do STJ, Noronha ameaçou entrar com uma representação contra Calmon. Ele desistiu da revisão do processo e a questão ficou do jeito que ela queria. Mas eles passaram semanas sem se cumprimentar.

CONTINUA

Calmon também bateu de frente com o ministro Raul Araújo Filho quando ele foi indicado ao Superior Tribunal de Justiça. O então candidato foi ao seu gabinete e ela lhe disse, olhando nos olhos: "O senhor não é desembargador, entrou pelo quinto e tem três anos de magistratura. Acho um absurdo votarem no senhor e falarei com todos meus colegas para não o fazerem." Araújo Filho foi eleito e ela publicou um artigo intitulado "A magistratura pede socorro", no qual desancou a forma como se dava a escolha dos ministros de seu próprio tribunal.

À frente do CNJ, ela não fez amigos ao propor que as férias forenses passassem de 60 para 30 dias, que se regulamentasse a participação de juízes em eventos pagos por entidades privadas e que fossem criadas diretrizes sobre o recebimento de presentes. Seus críticos rebatem dizendo que ela deveria ter proposto tudo antes, e não a três anos de sua aposentadoria compulsória.

Certa vez, quando reformava seu apartamento em Brasília, Calmon espiou uma arquiteta enviada por um escritório de advocacia da Bahia, que queria presentear-lhe com armários da marca Ornare, uma das mais caras do mercado, para todos os cômodos de sua residência. Em outra ocasião, um escritório paulista mandou para sua casa um relógio Patek Philippe. No dia seguinte, mandou devolvê-lo.

"Aceitar viagem que não seja de trabalho, presente de quem não conheço, isso é baratear a toga", comentou a ministra pouco antes de esbarrar em um copo que se espatifou sobre a mesa. "Mas é uma prática infelizmente arraigada nesse meio", disse, indo atrás de um pano para limpar o estrago. Lembrou-se da ocasião em que um colega, ministro do STJ, disse achar um absurdo o tribunal não pagar a passagem de sua mulher quando ele viajava a trabalho. "Eu respondi: 'Você tem toda a razão! Tinha que pagar a passagem e ainda dar um salário a ela. Porque ela vai dormir com você e tem que ser remunerada por isso', contou. Ficaram semanas estremecidos.

A franqueza a prejudica? "Não acho. O problema é que não temos a cultura da sinceridade, do pão-pão, queijo-queijo, sobretudo no Judiciário. Falo o que eu tenho que falar porque não tenho por que me calar diante do errado. Não devo nada a ninguém, a minha vida é esquadrihada, eu posso falar o que eu falo", disse, sublinhando o verbo.

Há três representações judiciais contra Calmon no Supremo Tribunal Federal. "A de um juiz corrupto porque dei uma entrevista falando do desfalque que ele deu, e ele entrou com ação de injúria e difamação", disse, referindo-se a Moacir Ferreira Ramos, ex-presidente da Associação dos Juízes Federais da 1ª Região, acusado de usar dados pessoais de outros magistrados em contratos de empréstimos fictícios.

Em outra, a Associação de Magistrados pede sua punição por considerar que extrapolou suas funções administrativas ao conceder uma liminar contra a decisão de uma juíza no Pará. "Só que essa juíza era conivente com uma fraude de 2,3 bilhões de reais contra o Banco do Brasil", disse Eliana Calmon. Até o final de fevereiro, havia ainda o mandado de segurança de Lewandowski, mantido pelo Supremo, que a impedia de usar os dados do Coaf para investigar os tribunais.

"Isso não me prejudica. Eu tenho foro privilegiado, quando não tiver mais, vamos ver. Mas hoje só me tiram daqui com *impeachment* no Senado. Se o STJ quiser me tirar, não me tira", comentou, enfática. "É também não sei quem vai ter coragem de me tirar com o argumento de que estou fazendo algo errado ou falando alguma mentira", disse.

A blindagem não significa que ela tenha se mantido à margem da política. Pelo contrário, buscou apoio de quem estivesse à mão. Em 1998, Calmon concorreu a uma vaga no STJ. Não teve sucesso e no ano seguinte entrou novamente na lista de indicações. "Na primeira vez, eu achava que poderia ser escolhida sem falar com nenhum político", disse. "Estava enganada: o processo de escolha é essencialmente político. Tive que aprender na marra."

Sabia-se que o presidente Fernando Henrique Cardoso tinha a intenção de nomear uma mulher para o cargo. A candidata mais cotada era Ellen Gracie, juíza do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, apoiada pelo então ministro da Justiça, Nelson Jobim. O senador Antonio Carlos Magalhães, que seria um forte cabo eleitoral, estava comprometido com a candidatura de um desembargador baiano.

Eliana Calmon consultou um deputado, cuja irmã era sua amiga, que a desencorajou quanto à ajuda de ACM. Ela se lembrou, então, do senador Edison Lobão, à época do PFL do Maranhão, ligado ao ex-presidente José Sarney. Ambos haviam se conhecido anos antes, quando ele a procurou para tratar de um processo de seu interesse. “Imediatamente abracei a candidatura dela. Saí com ela pelos gabinetes de todos os senadores”, contou Lobão, ministro das Minas e Energia, hoje no PMDB. “Ela era o nome ideal: séria, não comprometida com nenhuma agenda ou ninguém.”

Foi apresentada ao senador Jader Barbalho, do PMDB do Pará. Ele lhe disse que gostava de “juíza séria porque meu pai quase se arrebentou numa eleição por causa de um juiz venal”, e passou a defendê-la. Quando a lista sêxtupla de indicações virou triplice, o candidato de Antonio Carlos Magalhães foi excluído e ela se animou a procurá-lo. “Lembrei a ele o compromisso que tinha com a Bahia. Se o candidato dele não havia entrado, tinha eu, que era baiana”, falou. ACM se tornou o principal artífice de sua candidatura.

Nesse intervalo, um dossiê com todas as decisões proferidas por ela contra a União chegou às mãos de Fernando Henrique, como prova de que não seria fiel ao governo. Novamente, Calmon acionou seus contatos e foi orientada a preparar um “antidossiê” para entregar ao advogado-geral da União. Uma das contraprovas foi a sua decisão sobre títulos da dívida pública do início do século XX, na qual afirmava que eram de papéis perdidos sem validade, o que livrou o governo de pagar indenizações milionárias.

A escolha de seu nome demorou quatro meses. Na cúpula do governo, fechou-se o compromisso de que Ellen Gracie ocuparia a próxima vaga de um tribunal supe-

rior – o que ocorreu logo depois, quando foi nomeada ministra do Supremo. Na sabatina no Senado, perguntaram-lhe se tinha padrinhos políticos. Eliana Calmon não titubeou: “Sim, Jader Barbalho, Edison Lobão e Antonio Carlos Magalhães.” Sua indicação foi aprovada por 65 votos favoráveis e nove contrários. Houve toma-lá-dá-cá? “Nunca, nunca, nenhum desses políticos me pediu nada em troca”, respondeu. Há quem veja com ironia o fato de a magistrada mais empenhada em levantar publicamente a bandeira da moralização do Judiciário ter como padrinhos figuras identificadas com a política do mandonismo.

Em 2007, a Polícia Federal e o Ministério Público deflagraram a Operação Navalha. A intenção era desbaratar um poderoso esquema de fraudes em obras e licitações públicas com ramificações em seis estados do Nordeste. Foi Eliana Calmon quem determinou a prisão de 47 das quase cem pessoas detidas, entre empresários, políticos, autoridades e servidores públicos. A boutique de uma sobrinha e o escritório da irmã da ministra foram arrombados sem que nada tivesse sido levado. Calmon entendeu os episódios como ameaças a ela.

Com o passar do tempo, a Operação Navalha se tornou um caso emblemático nos meios jurídicos. É usada para ilustrar a onda de prisões espetaculosas feitas pela Polícia Federal, pedidas desnecessariamente pelo Ministério Público e autorizadas prontamente pelo Superior Tribunal de Justiça. Houve casos de pessoas soltas em menos de 24 horas e nunca mais chamadas a esclarecer nada sobre o assunto. Outros suspeitos, considerados peças-chave nas quadrilhas, verificou-se depois, tinham patrimônios que se resumiam a apartamentos de dois quartos.

Um grupo de advogados chegou a entregar uma carta ao então presidente do STJ, Raphael de Barros Monteiro Filho, criticando a forma pouco criteriosa com a qual o Judiciário vinha deferindo medidas de força, como as prisões temporárias – que serviam apenas para os suspeitos prestarem depoimento. De acordo com o grupo de defensores, a Justiça agia de forma açodada e desorganizada, além de buscar os holofotes da televisão.

"Eu acho muito curioso ouvir essas críticas porque as pessoas falam qualquer coisa", disse Calmon sobre a Operação Navalha. "Ouví os grampos, sei do que estou falando, não sou uma doí-da irresponsável de mandar prender inocente. Não sabem, mas eu sei, que quem tinha apartamento de dois quartos é porque era viciado em jogo. Essas pessoas integravam uma quadrilha organizadaíssima, que roubou por anos. Tinham lanchas, ilhas, apartamentos." Até hoje, cinco anos depois, contudo, ninguém foi condenado.

Em uma manhã recente, em seu gabinete no Superior Tribunal de Justiça, de onde se tem uma linda vista para o lago de Brasília, o ministro Gilson Langaro Dipp, de 67 anos, estava às voltas com a redação do novo Código Penal Brasileiro. "Vamos propor mudanças em relação ao aborto, à eutanásia, ao jogo do bicho, há mais de 120 leis especiais que vão ser contempladas", disse ele, que preside a comissão que trata do assunto.

Em junho de 2009, quando era o corregedor nacional de Justiça, foi ele quem pediu ao Coaf que produzisse uma lista de integrantes do Judiciário com movimentações financeiras incompatíveis com os rendimentos de funcionários assalariados. No caso dos juízes, foram consideradas operações acima de 500 mil reais ao ano.

Por um ano e meio, Dipp coordenou uma série de inspeções em tribunais. O que viu foi desolador. Não havia controle ou informações sobre o andamento dos processos, o desempenho dos magistrados ou a organização dos foros. "Chegávamos a alguns municípios e éramos recebidos com faixa, como salvadores da pátria, porque a Justiça lá era tão corrupta que o cidadão não tinha a quem recorrer", contou.

No intuito de criar uma base de dados nacional com os valores pagos pelos tribunais a magistrados e servidores, ele solicitou a pesquisa do Coaf. "Era um dos pilares para organizarmos a coisa. Tudo o que tínhamos era muito precário", disse. "E, para falar a verdade, nem me lembrava de que tinha pedido isso."

O levantamento ficou pronto quase dois anos depois, em fevereiro de 2011, quando ele já havia deixado o cargo. "Nunca houve pedido de quebra de sigilo, nem o documento entregue à corregedoria violou o sigilo de ninguém", disse Dipp, corroborando a tese de Eliana Calmon. Na sua avaliação, o problema não é o conteúdo, mas sim a forma como a proposta de se investigar os tribunais foi conduzida.

Citou como exemplo o ministro Paulo Medina, do STJ, e o desembargador José Eduardo Carneira Alvim, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Eles foram obrigados a se aposentar, sob a acusação de terem negociado sentenças a favor de empresários de bingos. "Investigamos, punimos, mas tudo foi conduzido com calma, negociando tudo", contou.

A diferença, afirmou, é que atuava em sintonia com o então presidente do Conselho Nacional de Justiça, Gilmar Mendes. "Eu e o Gilmar tínhamos o Conselho; nos reuníamos e saíamos com um denominador comum", disse. "É diferente do que ocorre hoje, quando há uma clara divisão interna entre os membros do CNJ, alguns colocados ali para enfraquecer o próprio órgão. É uma batalha de vaidades e interesses, o que propiciou que o corporativismo viesse à tona."

O cerne da crise, ele disse, foi a mudança de estilo e propósitos na condução do Conselho Nacional de Justiça: "Eliana é investigativa, Peluso é conservador, além do que nunca morreu de amores pelo CNJ. Seu desinteresse pela corregedoria sempre foi evidente."

Ao assumir o Conselho, Peluso dispôs quase todos os juízes auxiliares da gestão de seu antecessor, Gilmar Mendes. Até a nomeação dos dois conselheiros que são juízes federais – cuja indicação era feita pelo corregedor – ficou a seu critério. Também contestou a verba destinada para o programa dos mutirões carcerários, a vitrine de Mendes, que em menos de dois anos havia colocado em liberdade cerca de 20 mil pessoas mantidas presas indevidamente.

Durante o jantar em sua casa, Eliana Calmon comentou o assunto. Disse ter ficado surpresa quando soube que não poderia indicar os conselheiros. E ainda mais atônita ao ver que um dos nomeados por Peluso era o juiz Tourinho Neto, de quem ela foi amiga durante anos e a quem hoje mal cumprimenta. "É o único inimigo que tenho, mas a filha dele me diz que ele me admira, pelo menos", disse.

Ao longo do convívio no CNJ, as diferenças de prioridades e de estilo entre a corregedora e o presidente do órgão ficaram evidentes. Enquanto ela quer dar visibilidade às mazelas do Judiciário e não se furta a dar entrevistas, Peluso é uma figura esquiva, para quem o juiz só deve "falar nos autos" e os problemas devem ser resolvidos *interna corporis*.

Durante meses, ela disse, tentou se acertar com Peluso. Mandava recados e insistia em mostrar a importância da transparência na apuração de casos de corrupção no Judiciário. Em uma conversa que tiveram, segundo ela contou, Peluso explicou que sua atuação o incomodava. E disse que não a reconhecia como executiva do Conselho Nacional de Justiça porque "corregedoria é uma coisa, e presidência é outra".

"Quando percebi que o diálogo não seria mesmo possível, que ele não estava interessado, que a missão dele era restringir o CNJ e ponto, desisti de querer contemporizar e resolvi fazer meu trabalho", disse Eliana Calmon. O ministro Cezar Peluso se recusou a falar com a revista.

"O Peluso é sério, evidente", reconheceu a corregedora. "Mas o mundo ao qual ele pertence acabou. Ouvir o Peluso, o Calandra, é como entrar num túnel do tempo, num mundo que não existe mais, de valores que a sociedade não comporta mais. Se fosse outro no meu lugar, poderia ter evitado toda a polêmica, mas certamente o CNJ iria acabar."

De frente à janela, apontando para o nababesco prédio do Tribunal Superior Eleitoral, inaugurado há pouco, o ministro Gilson Dipp concluiu seu raciocínio dizendo que três motivos provocaram crise no CNJ: "A confusão aconteceu porque o Peluso reagiu exageradamente. Concedidas no apagar das luzes, as liminares do Supremo foram inoportunas. E houve

inabilidade ao se começarem as investigações por São Paulo. Se Eliana Calmon tivesse ido devagar, indo pelo Piauí, Paraíba, e chegando depois a São Paulo, seria natural."

Em sua opinião, apesar de a corregedora ter a maioria da opinião pública e da imprensa a seu favor, seu campo de atuação ficou comprometido. "Quando tudo isso esmorecer e a rotina for retomada, acho que vai ser difícil para ela. Será um trabalho insano, com muitas inimizades feitas ao longo do caminho", disse.

Outras duas tigelas vieram da geladeira à mesa. Calmon anunciou, quase com solenidade, tratar-se de gelatina *diet* de abacaxi e salada de frutas adoçada com sucralose. "Vão muito bem juntas e são ótimas para manter a forma", falou. Serviu duas porções generosas e discorreu sobre a fama súbita. Do dia para a noite, passou a ser cumprimentada nas ruas, tornou-se conhecida nas redes sociais (duas comunidades do Facebook reuniam mais de onze mil pessoas a seu favor), dezenas de blogs incensaram sua performance.

"A vida toda, fui a tudo quanto é curso, palestra, encontro, seminário para os quais eu era chamada. Mesmo que tivesse que pagar o frigoar do meu bolso, eu ia. Sabe por quê? Porque eu queria ficar conhecida, eu queria ter respaldo", contou, se servindo de um resto de vinho. "Eu queria que, quando ouvissem meu nome, as pessoas comentassem: 'Ah, ela fala disso, ela entende daquilo, eu ouvi uma palestra dela, eu sei que ela é boa na área tal.' Ninguém mexe com mulher que é nome nacional, que tem credibilidade. Sempre tive esse pensamento. E vejo que foi o pensamento correto."

Era quase meia-noite e ela estava cansada. Levantou-se da mesa equilibrando uma pilha de pratos e talheres e os depositou dentro da pia. Em seguida, passou filme plástico nas tigelas de comida e guardou tudo na geladeira. Foi caminhando a passos lentos até a porta de casa. Reclamou do calor e, antes de se despedir, fez um pedido: "Preserve minha intimidade. Não gosto de firula, não quero nada, não sou candidata a nada. Sou só uma magistrada." ●

CONTINUAÇÃO

49



Eliana Calmon é agnóstica porque lhe falta "coragem" para ser atea, mas não dispensa a proteção espiritual das filhas de santo. "Elas me dizem que todos os atabaques estão tocando para mim. De Mãe Olga, de Mãe Nice, todos! Fico até com medo de o ministro Paluso quebrar uma porna", brincou

FOLHA DE LONDRINA

TJ derruba liminar e permite 24 MAR 2012

contratação da Ecosystem

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná cassou a liminar que proibia a empresa Ecosystem Serviços Urbanos, de Curitiba, de firmar contrato com a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU). A empresa venceu licitação, no mês de fevereiro, para realizar a coleta de material reciclável em 55 mil domicílios em Londrina, por R\$ 43 mil mensais. Com a decisão, diretores da empresa pretendem vir à cidade para concluir a contratação. "A CMTU nos pediu urgência, então queremos antecipar o nosso trabalho, apesar de termos prazo de 30 dias", afirmou o representante legal da Ecosystem, Willie Annes Neto. O presidente da CMTU, André Nadal, confirmou que a conclusão do processo deve ocorrer no início da próxima semana.

No começo do mês, antes da assinatura, a ONG Meio Ambiente Equilibrado (MAE), alegando que a Ecosystem possuía débitos trabalhistas, conseguiu suspender o procedimento na Justiça, em primeiro grau. O recurso ao TJ foi apresentado pela CMTU. No despacho, publicado no último dia 20, o desembargador Abraham Lincoln Cálixto explicou que foram apresentadas outras duas certidões negativas "que contrastam com as alegações do agravado (ONG MAE)". Ontem, o advogado da ONG, Camilo Kemmer Vianna, informou

que vai recorrer contra a decisão do TJ. "Vamos entrar com um agravo de instrumento para apresentar ao juiz a comprovação de que a empresa tinha um débito trabalhista quando foi declarada vencedora."

Annes Neto afirmou que a certidão negativa, de 3 de fevereiro com validade até julho, anexada à documentação entregue à CMTU, é suficiente para a contratação. "Se surgiu algum débito depois, isso não inviabiliza a nossa participação (na licitação)", afirmou ele, que reconhece a pendência recente existente junto à Justiça do Trabalho. "Está sendo tratada pelo nosso departamento jurídico e será resolvida."

Vianna considera que o prazo de vigência da certidão é "uma questão menor". Segundo ele, "a lei tem o objetivo de impedir que a empresa com débitos seja contratada no serviço público e é isso que nós vamos demonstrar ao magistrado".

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Condenação de **24 MAR 2012**
ex-prefeita de Borrazópolis

A Justiça Federal condenou Maria de Lourdes Pereria, ex-prefeita de Borrazópolis (Norte), a 8 meses de detenção e inabilitação, pelo prazo de 5 anos, para exercício de cargo, eletivo ou de nomeação. Ela não prestou contas de R\$ 50 mil recebidos para a compra de um ônibus para o transporte escolar. A verba veio de convênio firmado com o Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação (FNDE) em dezembro de 2003, durante a gestão da prefeita. Ainda cabe recurso.

24 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Pai é suspeito de estuprar filha de 1 mês

Rubens Chueire Jr.
Equipe da Folha

Curitiba - Um homem de 38 anos foi preso na quinta-feira em Guarapuava (Centro-Sul) suspeito de estuprar e matar a filha de apenas 1 mês. Ele chegou a levar a criança ao hospital da cidade, mas a vítima não resistiu aos ferimentos. Segundo a polícia, os médicos constataram que a bebê estava machucada, com sinais de ter sido violentada sexualmente, e acionaram a polícia.

Conforme o delegado responsável pelo caso, Alysôn Henrique de Souza, da 14ª Subdivisão Policial, na mesma noite o acusado foi preso e ouvido, assim como a esposa dele e duas enteadas. "Como a criança estava gemendo de dor ele foi levá-la para um atendimento hospitalar. O pai alegou que ela estava com dor de ouvido, mas a menina acabou morrendo por outra causa", enfatizou.

De acordo com o delegado, o homem já foi condenado por estupro de vulnerável no município de Prudentópolis (Sudeste). Na época ele teria abusado sexualmente de uma menina de 11 anos. Além disso, uma das enteadas do acusado, de 8

anos, informou que ele oferecia o notebook para ela brincar em troca de ficar nua na frente dele.

"A menina nos comunicou que o suspeito tentou por diversas vezes assediá-la, mas ela sempre negou. Somando todo esse histórico foi decretada a prisão em flagrante. Agora o acusado segue preso na 14ª Subdivisão", disse.

O inquérito deve ser concluído em 10 dias. O delegado ainda aguarda o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para a próxima semana para encaminhar o caso para a Justiça. Se for condenado, a pena pode variar entre 12 e 30 anos de prisão. De acordo com Souza, o suspeito negou a autoria do crime.

Curitiba

Um caso semelhante foi registrado no último final de semana em Curitiba. Segundo informações da Polícia Militar (PM), um sergente de pedreiro de 24 anos foi preso na semana passada, suspeito de violentar a filha dele, de apenas 1 ano, no bairro Tatuquara. A menina foi encaminhada para o Hospital Pequeno Príncipe e teve alta na segunda-feira, segundo a assessoria da instituição.

25 MAR 2012

FOLHA DE LONDRINA

CNJ quer cadastrar verba extra de juízes

São Paulo - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai preparar um cadastro dos penduricalhos dos juízes e desembargadores estaduais. O Index vai revelar dados relativos a todos os tipos de verbas concedidos pelos tribunais de Justiça, benefícios e vantagens que fazem o contracheque da toga furar o teto constitucional. O anúncio foi feito sexta-feira pela ministra Eliana Calmon, corregedora nacional da Justiça. A uma plateia de 150 advogados que a interromperam com aplausos, ela relatou as dificuldades que enfrentou para fiscalizar o TJ de São Paulo. "Em administração, não é o tamanho que mete medo, nem é o tamanho que dá grandeza. O que dá grandeza é a humildade de dizer que precisa de ajuda."

OPINIÃO DO LEITOR

Crucifixo no Supremo

É realmente natural a presença de crucifixos em edifícios por todo o Brasil, inclusive nos federais. O país possui uma formação histórica relacionada ao cristianismo, religião trazida pelos europeus há centenas de anos. Porém, precisa-se aceitar o fato de que o Brasil passou por diversas transformações políticas e sociais ao longo de sua história, e não há mais religião sendo imposta a ninguém. É extremamente considerável a diversidade de crenças que existem atualmente no país e a presença de um crucifixo no plenário do STF não parece muito cabível em um Estado laico. Por meu catolicismo, entendo a oposição da retirada do objeto. Entretanto, analisando bem a situação, sua presença lá parece inconstitucional.

ANA CAROLINA MARTINEZ SEKIAMA (estudante) - Londrina

FOLHA DE LONDRINA

INFORME 25 MAR 2012

Alegações finais de Orlando Bonilha

O advogado Ronaldo Neves, que defende o ex-vereador londrinense Orlando Bonilha, vai entrar com embargo de declaração contra a decisão do juiz Marcos José Vieira, da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, que condenou o seu cliente por improbidade administrativa. Neves contesta o fato de o magistrado, na sentença, afirmar que o réu não apresentou as alegações finais. "Nós temos o documento protocolado e vamos propor o embargo de declaração no sentido dele rever a sentença em função destas alegações finais."

Benefícios da delação premiada

Ronaldo Neves contesta ainda o rigor das punições impostas a Orlando Bonilha, tendo em vista que o ex-vereador teria aceitado contar tudo sobre os esquemas de corrupção na legislatura passada. "Este ilustre juiz, como os demais da comarca, não está considerando os termos da delação premiada. Ao reverso disso, a delação está justificando apenas maiores castigos do que para aqueles que se omitiram nos seus depoimentos. Bonilha está sendo castigado e não premiado."

■ Bonilha, que ao lado do ex-vereador Renato Araújo teria exigido dinheiro para propor mudanças nas regras do zoneamento, o que permitiria a construção de um shopping, foi condenado na semana passada a suspensão dos direitos políticos por cinco anos e pagamento de multa de dez vezes o valor de seus subsídios, como vereador, no mês de dezembro de 2006.

■ Neste caso, Neves nega que Bonilha tenha cometido a irregularidade.

Caso Caldarelli

No ano passado, o ex-parlamentar também foi condenado a pagar multa e teve suspensos os direitos políticos na ação que ficou conhecida como a "Lista Caldarelli". Ele e outros vereadores teriam cobrado propina para aprovação de um projeto que regularizou a posse de um imóvel do empresário Marcelo Caldarelli, às margens do Lago Igapó. "As sentenças estão sendo exacerbadas com relação ao Bonilha. Vai acabar implicando no desestímulo total para que outras pessoas possam se utilizar, eventualmente, no futuro, desse instituto legal que é a delação premiada", afirmou Neves.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

25 MAR 2012

Fim do auxílio-paletó 1

A Associação dos Servidores do Ministério Público Federal entrou com uma ação pedindo o fim do 14º e 15º salários pagos aos deputados federais e senadores. A ação protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) questiona a constitucionalidade de decretos legislativos que garantem o pagamento de dois salários, um no início e outro no final de ano. O relator do processo será o ministro Carlos Ayres Britto.

Fim do auxílio-paletó 2

Os pagamentos, de acordo com os decretos, são uma ajuda de custo para as despesas com transporte e para comparecimento dos parlamentares no Congresso. A verba tradicionalmente é conhecida como auxílio-paletó. Nesta última semana, o assunto esteve em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, que discute um projeto (da ministra e senadora licenciada Gleisi Hoffmann) para acabar com os pagamentos. A discussão foi suspensa pelo senador Ivo Cassol (PP-RJ) por não considerar o pagamento irregular.

Perguntinha

Fim do auxílio-paletó na pauta do Senado e do STF: quem decide primeiro sobre o assunto?

INFORME

Denúncia contra prefeito de Curiúva

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) aceitou denúncia oferecida pela Procuradoria Regional da República da 4ª Região (PRR4) contra o prefeito de Curiúva (Norte Pioneiro) Márcio de Aparecida Mainardes. A PRR4 afirma que ele teria criado empresa de fachada em nome de um empregado de seus negócios particulares para sonegar tributos, valores que chegam a mais de R\$ 11 milhões em encargos não pagos entre 2002 e 2003. Ele e outros dois envolvidos passaram à condição de réus com a instauração do processo penal. Mainardes é acusado por crimes de falsidade ideológica, uso de documentos falsos e sonegação fiscal.

FOLHA DE LONDRINA

Combate ao tráfico de drogas

A média mensal de atendimentos aos usuários de drogas pelo SUS passou de 25 mil para 250 mil em 8 anos

25 MAR 2012

A desarticulação de três quadrilhas que dominavam o tráfico de drogas na região de Londrina merece destaque. Depois de 11 meses de investigações, o saldo da "Operação Liberdade" – deflagrada simultaneamente em Londrina, Cambé, Foz do Iguaçu e Florianópolis – foi de 23 pessoas presas, apreensão de grande quantidade de drogas, 12 veículos, além de R\$ 30 mil em dinheiro e bloqueio de R\$ 50 mil em ativos financeiros dos traficantes. Os grupos atuavam separadamente nas zonas Norte, Sul e Leste da cidade e chegavam a comercializar cerca de 100 quilos de entorpecentes por ano.

Apesar da ação positiva, cabe salientar que o combate ao tráfico de drogas ou aos homicídios carece de iniciativas efetivas e constantes. Operações integradas de vários órgãos de repressão, como as polícias Federal e Civil e Receita Federal, devem ser realizadas com frequência. Até porque balanço divulgado recentemente pela Receita Federal aponta para uma queda nas apreensões. A quantidade de drogas e entorpecentes recolhidos caiu 8% no ano passado na comparação com 2010.

O tráfico de drogas é um negócio altamente rentável, uma vez que estimativas in-

dicavam que os traficantes lucravam cerca de 400% com a revenda. Portanto, é natural que novos líderes queiram ocupar o lugar dos que foram presos. O comércio de drogas geralmente está presente em bairros de baixa renda e aliciam crianças para o "trabalho" desde

cedo. Por isso, a importância da oferta de atividades culturais e esportivas no contraturno escolar. Desta forma, crianças e jovens saíam das ruas, o que reduziriam as chances de aliciamento.

Outra ação que pode contribuir é garantir maior visibilidade ao "Disque-Denúncia". Sob a condição do anonimato, a população tem que ser estimulada a denunciar as práticas criminosas. Telefones e formas de contato devem ser amplamente divulgadas.

As substâncias ilícitas são um mal que corrompem a sociedade, destroem famílias e contribuem para aumentar a violência como um todo. Números do Sistema Único de Saúde revelam a escalada do consumo. Entre 2003 e 2011 a média mensal de atendimentos passou de 25 mil para 250 mil. Recentemente o governo lançou plano de enfrentamento às drogas e estão previstos investimentos de R\$ 4 bilhões. Por isso, é importante que a sociedade se articule para cobrar celeridade na implementação desse plano.

24 MAR 2012

IMPACTO PARANÁ

Fábio Camargo esperneia por causa de CPI e da carteirinha da Ordem

Uma semana que começou agitada para a vida do deputado Fábio Camargo.

O parlamentar vinha se preparando para ser um dos concorrentes, via OAB, a conquistar uma das vagas da entidade representativa dos advogados paranaenses que daria a um dos indicados a chance de ser premiado pelo governador Beto Richa com a vaga de Desembargador do Tribunal de Justiça na vaga aberta com a aposentadoria do desembargador Otto Sponholz.

E de repente vem a notícia de que sua Carteirinha da Ordem havia sido cassada pelo fato do mesmo estar ocupando as funções de funcionário do Tribunal de Justiça quando pediu sua identidade como advogado, situação considerada incompatível.

Sem a carteirinha, necas de pitibiriba de participar da disputa pela vaga do Quinto Constitucional.

Nem deu tempo de chorar pelos cantos porque o deputado Fábio Camargo tinha mais um assunto com que se preocupar.

Decisão judicial sepultou, de vez, a CPI das Falências, iniciativa do mesmo e que virou um dos mais rumorosos casos envolvendo nomes conhecidos do Poder Judiciário como desembargador e advogados que atuavam como síndicos de massas falidas.

A CPI havia ficado em suspenso por conta de uma liminar conquistada pela Associação dos Magistrados que se julgou prejudicada pela exposição de magistrados conforme se revelaram nos primeiros passos daquela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Subindo nos tamancos Fábio Camargo tratou de esbravejar, concedendo entrevistas e espalhando que isso não ficará assim e que vai tratar de tomar providências, usando a tribuna da Assembleia Legislativa para registrar sua visível irritação com os dois fatos que o atingiram; a cassação da carteirinha da Ordem que o tirou da disputa da vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional, e manutenção da liminar da Associação dos Magistrados que manteve em suspenso a CPI das Falências.

E agora ?

Quem conhece o deputado Fábio Camargo, e sabe do seu modo de agir, garante que as coisas não ficarão como estão colocadas em termos de ponto final.

O parlamentar que promete cobrar com juro as duas situações que enfrentou nesta semana, certamente está se preparando para um novo lance em relação aos dois casos dos quais se diz vítima.

IMPACTO PARANÁ

REQUIÃO AGAIN



Nesse ritmo vai faltar dinheiro ao senador Roberto Requião, do PMDB, para pagar multas, indenizações e custas de processos em que vira e mexe é condenado. Agora recebeu nova condenação em sentença da juíza substituta da 4ª Vara Cível de Curitiba, Julia Maria Tesseroli de Paula Rezende, obrigando-o ao pagamento de uma indenização por danos morais ao ex-governador Jaime Lerner.

PREJUÍZO

Requião terá de desembolsar R\$ 30 mil, acrescidos da correção monetária e juros de mora a taxa de 1%, desde o dia 9 de fevereiro de 2012 e mais 15% em favor do advogado de Lerner, José Cid Campêlo Filho. A juíza acatou o argumento de Lerner, que se disse ofendido por Requião por causa de um comentário feito pelo então governador peemedebista.

A FALA

O que Requião disse: "Eu não soube que o Lerner tinha publicado um artigo, eu na verdade pensei que ele estava preso. Tá condenado a nove anos de cadeia. Mas parece que fez um recurso, e o recurso dá um efeito suspensivo à prisão. Então, pelo artigo que ele escreveu, me disseram difícil, que eu sei que ele está solto ainda". O senador reagiu indignado à sentença porque a condenação de Lerner à prisão, reafirmou, foi noticiada e pode ser conferida em site de busca da WEB:

24 MAR 2012

Juiz nega liminar

O Ministério Público de Londrina pediu para reduzir o número de cargos comissionados na Câmara Municipal e o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, negou. O pedido do MP era atender ao princípio da proporcionalidade entre servidores concursados e funcionários em comissão. Hoje, são 102 comissionados e 56 efetivos.

A SENTENÇA

A juíza entendeu que no caso "vislumbrava-se a hipótese em que um homem público [Requião], eleito para ocupar o cargo máximo do executivo estadual, profere, sem qualquer respaldo fático pertinente, alegações ofensivas ao autor (...)".

A SENTENÇA 2

No despacho ela aponta ainda que na declaração de Requião "não há que se cogitar somente do 'animus criticandi' do interlocutor, já que o fez com evidente intenção de causar prejuízo a outrem, devendo, portanto, responder por seus atos". O senador ainda pode recorrer no Tribunal de Justiça do Paraná, mas de um jeito ou de outro, vai ter de tirar mais dinheiro do bolso.

MP demorou

A desproporcionalidade entre os cargos perdura desde 2008 e, por isso, o Juiz entendeu que não há motivo para urgência em resolver o problema. "Afinal, não é justificável invocar o perigo da demora como fundamento para concessão de liminar em ação proposta quase quatro anos depois de verificada a situação fática que se afirma conflitante com a Constituição", sentenciou Marcos José Vieira.

Justiça

Osmann de Oliveira
Advogado

24 MAR 2012

Vossa excelência vista a beca!



IMPACTO PARANÁ

Morreu **MILTON LUIZ PEREIRA (foto)**. Conheci-o quando Prefeito Municipal de Campo Mourão. Era um grande orador e mantinha uma banca de advocacia.

Mais tarde, já, agora, era considerado magistrado de "mão pesada". Terminada audiência de instrução, na área criminal, prolatava a Sentença e dava as partes por intimadas. A partir daí, tecnicamente, poderia ser interposto apelo para o então Tribunal Federal de Recursos.

Certa feita compareci a solenidade de oitiva de testemunhas da acusação.

Estava eu dentro do melhor terço, com a camisa de botoaduras, gravata de seda e bom relógio. Todo bom fleg se arruma para a missa.

O Juiz Milton Luiz Pereira, chegou, colocou o barrete em sua cabeça, ajustou a toga, olhou-me com firmeza e estranhou que eu não estivesse paramentado com a veste talar. Era o único. E, então, perguntou-me:

- "Vossa Excelência não trouxe a sua beca?"

E acrescentou:

- "Sem beca advogado não participa de audiência."

Virando-se para o Secretário da Vara Criminal ordenou-lhe:

- "Providencie uma beca para o Doutor Osmann de Oliveira".

Não havia nenhuma. E, então, ponderou-me: "Suspenderei a Audiência por alguns minutos enquanto Vossa Excelência deverá ir à loja Roskamp aqui perto, comprar esse objeto"...

Não fui e permaneci na Sala de Audiência. O Magistrado, então, recusou-se, com nobreza, a sua determinação e perguntou-me por que insistia em defender um réu confesso do tráfico de entorpecentes.

Permaneci silente. O representante do órgão do Ministério Público foi mais direto e indagou-me por que Vossa Excelência não responde? Porque, disse eu, se o fizesse estaria faltando com o respeito a esta solenidade, pois, aqui o emérito Juiz pretende resguardar o direito de defesa.

Digo ser o réu inocente e para isto não preciso de beca. É suficiente a vestimenta da minha palavra. Joaquim Nabuco, certa feita, perante um Juiz Criminal, ponderou: ele agiu em defesa própria. "Não praticou ilícito algum. Removeu um obstáculo".

Milton Luiz Pereira depois disso passou a ser um amigo e conselheiro. Foi promovido para o Superior Tribunal de Justiça e quando se aposentou foi para o escritório de um parente seu. Encontrando-o, certa feita, no aeroporto, ele lá para Londrina e eu para Brasília, indaguei-lhe: como vai a sua advocacia?

Com aquela austeridade que tão bem o caracterizava respondeu-me: "não estou advogando. Temi e temo que possam pretender usar do meu prestígio pessoal, na qualidade de Ministro do STJ, para traficar influências e isto jamais seria da minha formação".

Com o maior respeito ao despedir-nos, lembrei-lhe daquele episódio que contei acima e ponderei:

"Vossa Excelência vista a beca", a sua honradez jamais permitiria qualquer dúvida L...

26 MAR 2012

METRO

Delegacia da mulher vai dobrar inquéritos

● Com decisão do STF de que a investigação sobre a violência contra a mulher continua mesmo com a desistência da denunciante, mais mil inquéritos devem ser realizados por ano em Curitiba

Inquéritos por violência contra mulher vão dobrar

● STF decidiu que denúncias de agressão devem ser finalizadas, mesmo que a mulher não continue processo ● Estimativa da Delegacia da Mulher é de que mais mil casos sejam denunciados ao MP

Devido a uma recente decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), a Delegacia da Mulher de Curitiba deve dobrar o número de inquéritos concluídos por casos de agressão contra mulheres neste ano, em relação ao ano passado. Até fevereiro de 2012, metade das denúncias de agressão não continuava, já que as vítimas não voltavam à delegacia para dar prosseguimento.

Pelo novo entendimento do STF, as delegacias devem terminar as investigações, queiram as mulheres continuar no processo ou não. Com isso, a estimativa da

20% é o índice de denúncias na Delegacia da Mulher que se transformam em inquéritos. A delegacia atende, por dia, 30 mulheres, em média.

delegada Maritza Haisl, é de que aumentem as denúncias apresentadas ao Ministério Público. "Teremos cerca de mil inquéritos a mais", calcula.

Mensalmente, são recebidas em Curitiba 150 queixas de lesões corporais, e agora caberá ao Ministério Público analisar caso a caso

e decidir se abrirá processo. A decisão do Supremo foi elogiada pela promotora Cláudia Cristina Martins. "Ela tirou um peso das costas das mulheres, pois considera que apenas com a publicização da violência o Estado seja obrigado a instaurar o inquérito", elogia.

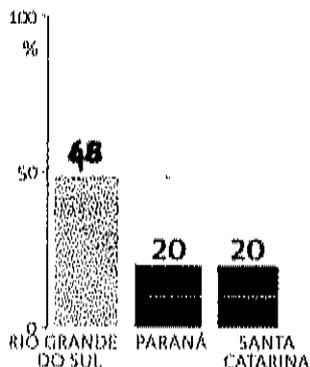
No último levantamento feito pelo MP, em julho do ano passado, existiam 949 ações penais por violência, além de 4.826 medidas protetivas aplicadas, como afastamento do homem do lar, ou a exigência de que ele mantenha distância da mulher. De acor-

do com a delegada Maritza, em cerca de 80% dos BOs instaurados, há o pedido de proteção. "Pelo que a gente escuta das mulheres, os pedidos estão demorando de dois a três meses para serem julgados", conta.

Em 2011, a delegacia recebeu mais de 10 mil denúncias. "Felizmente são poucos os casos de lesões graves. A maioria é por ameaças, crimes contra a honra e lesões leves", diz ela.

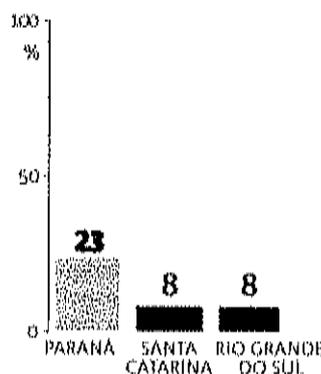
Delegacias

Números de delegacias e núcleos especializados no Sul do Brasil



Hospitals

Locais com atendimento médico especializado, no Sul do Brasil



CONTINUA

METRO

CONTINUAÇÃO

Rede para atender é pequena

26 MAR 2012

De acordo com a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, menos de 10% dos municípios brasileiros têm serviços especializados de atendimento. De acordo como os números da rede, existem, no Paraná, 20 delegacias (ou setores especializados nos distritos) preparados para atender as vítimas.

Nos últimos dois anos, as denúncias de violência no Paraná aumentaram 19%. Em 2010, foram registrados 14.051 boletins de ocorrência nas delegacias do Estado. Em 2011, o número saltou para 17.278 mil. "A cada 10 ou 15 minutos uma mulher é agredida no país" diz Aparecida

Gonçalves, da secretaria.

O programa Paraná Seguro não prevê a construção de nenhuma nova delegacia especializada, mas sim de 95 Delegacias Cidadãs. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, no novo padrão serão feitos setores específicos para as mulheres, e não serão policiais que farão o primeiro atendimento, mas civis terceirizados.

O primeiro lote de delegacias prevê a construção, neste ano, do 14º Distrito de Curitiba, no São Lourenço, além de delegacias em Pinhais, Piraquara, Araucária e Colombo. ● METRO CURITIBA

METRO 26 MAR 2012

Número de presos triplica em 16 anos

- Um em cada 262 adultos está na cadeia ● SP tem um terço dos detentos
- 40% dos presos do país ainda aguardam por julgamento, diz STJ

Uma pessoa em cada grupo de 262 adultos está presa no Brasil. Em 1995, essa proporção era de 1 para 627. Em São Paulo, com um terço dos presos, um em cada 171 está na cadeia.

Entre 1995 e junho de 2011, o número de presos para cada cem mil habitantes quase triplicou no país. É a terceira maior marca entre os dez países mais populosos, segundo a "Folha de S. Paulo". Esse crescimento é um reflexo do aumento da violência. A taxa de homicídios passou de 15 por 100 mil pessoas, em 1980, para quase 25 em 1990, atingindo 30 em 2003.

Para analistas, o cenário é uma consequência da aplicação equivocada da Lei de Drogas de 2006, que livrou usuários de prisão e estabeleceu pena mínima de cinco anos para traficantes, sem direito à liberdade provisória. O resultado foi oposto ao esperado, e "uma massa que fica na fronteira entre o tráfico e o uso" lota as cadeias, diz Pedro Abramovay, da FGV-RJ. Os presos por tráfico quadruplicaram em seis anos: para 117 mil, 40% deles em São Paulo.

O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Gilson Dipp diz que há uma combinação de "cultura da prisão" com deficiência das defensorias estaduais. Isso resulta em muitos detentos sem julgamento (40%, contra 21% nos EUA) e acusados de furto, estes em número maior do que os que respondem por assassinato.

● METRO

MP faz debate na internet

O Ministério Público do Paraná realiza hoje debate, pela internet, sobre o atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência sexual. O debate começa às 9h pelo endereço www.mp.pr.gov.br.

TRIBUNA DO PARANÁ

24 MAR 2012

Tarado estupra e mata bebê

Ari Moreira, 38 anos, foi preso em flagrante ontem, acusado de estuprar e causar a morte de uma criança de apenas 29 dias. Ele foi pego pouco depois de deixar a menina, ainda com vida, em um hospital de Guarapuava.

Funcionários do hospital constataram as graves lesões na genitália da criança e chamaram a polícia. A criança não resistiu e morreu em seguida.

Quando investigadores da 14.ª Subdivisão (SDP) de Guarapuava chegaram ao hospital, desconfiaram de Ari, pois ele ficou muito nervoso e não queria registrar a ocorrência na delegacia.

O estupro foi confirmado através de exames, no Instituto Médico Legal e Ari foi preso em seguida, ainda no hospital onde deixou a criança.

Reincidente

Além de antecedente criminal por homicídio doloso, o detido tinha passagem por estupro. Ele teria violentado uma criança, de 11 anos, em Prudentópolis.

Ari foi autuado em flagrante por estupro de vulnerável e segue detido na carceragem provisória da delegacia de Guarapuava.

Indenização

Uma mulher vai receber R\$ 12 mil de indenização por danos morais de uma empresa de ônibus do Rio de Janeiro, de acordo com decisão divulgada ontem pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Segundo o TJ, a mulher é obesa e ficou presa na roleta do veículo por 30 minutos, o que gerou uma crise de pressão alta e vários hematomas na barriga. O Tribunal informou ainda que a passageira do ônibus usa a linha (Castelo-Santa Cruz) diariamente e foi alvo "de zombarias e de chacotas dos demais passageiros".

TRIBUNA DO PARANÁ

Direito ao nome do pai

26 MAR 2012

Enquanto aproximadamente 300 mil paranaenses não contam com o nome do pai em seus registros, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou novos procedimentos que tornam mais acessível os processos para reconhecimento da paternidade. O Provimento 16, publicado em fevereiro, determina que filhos maiores de 18 anos ou mães cujos filhos não possuem o nome do pai na certidão de nascimento podem solicitar o reconhecimento paterno em qualquer cartório de registro civil do País.

Os solicitantes assinam uma petição na qual apontam o nome do suposto pai. Ele é intimado para o reconhecimento, que pode ser comprovado mediante exame de DNA. Caso o reconhecimento do pai seja voluntário, ele também pode comparecer ao cartório acompanhado da mãe da criança ou de seu filho maior de idade e fazer uma escritura. A inclusão do nome na certidão é imediata. "Muitos pais já convivem com seus filhos, mas acham que o reconhecimento é complicado, que é preciso contratar um advogado. O procedimento é feito diretamente no cartório, sem advogado nem processo judicial", orienta o oficial do 1º Ofício de Registro Civil de Curitiba, Ricardo Augusto de Leão.

A expectativa é que o número de pessoas sem reconhecimento paterno diminua no País. "O provimento vai ajudar muito, pois a ausência do nome do pai no registro cria um problema social para a criança, até mesmo um trauma psicológico incalculável", avalia o presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg-BR), Rogério Bacellar. De acordo com ele, são comuns os casos em que a mãe está magoada com o pai da criança e por isso não indica seu nome no momento do registro civil.

Cerca de 20% das mulheres fazem o termo negativo de paternidade. "Exploramos ao máximo a informação sobre o direito da criança de ter o nome do pai, além do direito à pensão alimentícia. Mas existe também a necessidade psicológica de saber quem é o pai, que tem a obrigação de contribuir com a alimentação, a educação e a saúde de seus filhos", ressalta Leão.

Ficha Limpa

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vota hoje a resolução que estende a todos os tribunais do País a proibição de contratar para cargos de confiança pessoas que estejam enquadradas pela Lei da Ficha Limpa.

Vigilância

A família de um preso que se suicidou em um presídio estadual vai receber do Estado de São Paulo R\$ 80 mil de indenização por dano moral. A decisão é da 5ª Câmara de Direito Público do TJ de São Paulo. Para o relator, "o Estado não exerceu corretamente o dever de vigilância".

Estágio

O MP do Paraná está com inscrições abertas para o processo seletivo que irá escolher estagiário de pós-graduação, formado em Direito, para atuar junto à 3ª Promotoria de Justiça Campo Largo. Poderão se inscrever os bacharéis em Direito, matriculados em cursos de pós-graduação na área jurídica ou que se comprometam a matricular-se no prazo de 5 dias úteis contados a partir da publicação do resultado final, sob pena de desclassificação. As inscrições deverão ser feitas até o dia 26. Mais informações no site www.mp.pr.gov.br

Honorários

Em sessão ordinária do Órgão Especial do Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB, foi reconhecido o cabimento de protesto de contrato de honorários advocatícios. Na decisão, o relator da consulta diz que "a possibilidade de protesto do contrato se restringe àquele que represente uma obrigação de pagar, que seja certa quanto ao valor, exigível e líquida, proporcionando ao devedor a oportunidade de efetuar o pagamento, antes da lavratura do mesmo, obedecendo, como determina a Lei, ao devido processo legal administrativo".

Estabilidade

Empregado doméstico não tem direito à estabilidade provisória, por falta de previsão legal. O entendimento é da 11ª Turma do TRT do Rio Grande do Sul.

Prescrição

Prazo de prescrição para o SUS cobrar das operadoras de planos de saúde o ressarcimento por serviços prestados pela rede pública é de 3 anos. O entendimento é da juíza da 6ª Vara da Justiça Federal de São Paulo.

Pcto Federativo

O professor emérito e titular de direito tributário da PUC-SP e da USP Paulo de Barros Carvalho e mais 13 notáveis compõem a comissão especial do Senado, que será instalada no próximo dia 12 de abril com a tarefa de discutir um novo pacto federativo e a relação entre os Estados, Municípios e União.

Greve

Um trabalhador que foi dispensado por justa causa sob a justificativa de incitação a uma greve considerada abusiva, vai receber R\$ 14 mil de indenização por dano moral. A decisão é da 9ª Turma do TRT do Rio Grande do Sul.

DIREITO SUMULAR**Súmula n. 723 do STJ**

Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto por superior a um ano.

26 MAR 2012**Bibinho**

Os advogados de defesa do ex-diretor geral da Assembleia, Abib Miguel, o Bibinho, devem entrar hoje no Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar reverter a prisão do cliente. Na semana passada, o TJ rejeitou *habeas corpus* a Bibinho.

24 MAR 2012

CARTA CAPITAL

Linha de Frente Wálter Fanganello Majerovitch O exemplo de García Lorca

SUA PENA TINHA mais força do que as armas de fogo empregadas pelos militares e direitistas fanáticos que lograram derubar a Segunda República espanhola e instalar a ditadura de Franco, de 1939 a 1975. Essa força foi a justificativa usada pelo ex-deputado Ramón Ruiz Alonso para, em Granada, realizar a arbitrária detenção de Federico García Lorca, de quase 38 anos, poeta admirado e intelectual liberal inconformado com a injustiça social.

García Lorca nunca quis se filiar ao Partido Comunista e dizia detestar a política partidária. Mesmo assim incomodava os direitistas fanáticos e a Igreja antirrepublicana. Pelo relatado em livros, Lorca foi, em caminhão, no dia 18 de agosto de 1936, retirado da sede do governo de Granada, onde estava detido por iniciativa do supracitado Ruiz Alonso. Desapareceu depois. Pelo que se sabe, o poeta foi sumariamente fuzilado sob acusações de ser espião russo e homossexual.

No Brasil, no curso da ditadura, ocorreram 125 sequestros realizados por agentes da autoridade militar e não se tem notícia sobre o paradeiro das vítimas. Pelas leis brasileiras, o sequestro de pessoa, o plágio de produção intelectual e o cárcere privado são crimes permanentes. Isso quer dizer que esse tipo de crime estará em consumação enquanto a vítima não recuperar a liberdade de locomoção ou aparecer o seu cadáver.

Para Baltazar Garzón, que atua junto ao Ministério Público do Tribunal Penal Internacional (TPI), o desaparecimento forçado (para nós, sequestro de pessoas) está tipificado no elenco de crimes contra a humanidade, de delito de efeito permanente e, conforme a jurisprudência do TPI, da Corte Europeia de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, não alcançado pela prescrição. A propósito, Garzón, quando juiz de instrução e antes de se afastar por arguição feita por um seu colega de toga, por conflito positivo de competência, determinou diligências voltadas a localizar fossas coletivas, e numa delas, como se dizia, estariam os restos de García Lorca.

No nosso país, e para assegurar a impunidade, elaborou-se, em 1979, um projeto de autoanistia. E logrou-se convertê-lo em lei, num Legislativo de fachada e com senadores biónicos. Com isso, imaginava-se um *bill de indenidade* vitalício em favor de mandantes e autores de terrorismo de Estado e de crimes de lesa-humanidade, perpetrados durante a ditadura. Vale frisar que delitos de sangue não são, à luz da jurisdição internacional, considerados crimes políticos, mas de lesa-humanidade. Também é assim considerado o sequestro-desaparecimento.

Em 2008, e referentemente à autoanistia, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovou a iniciativa do conselheiro Fábio Konder Comparato, jurista e professor emérito, no sentido de propor, o que de fato ocorreu, uma arguição de descumprimento de preceito fundamental estabelecido na Constituição de 1988 (ADPF-153). Por 7 votos a 2, em maio de 2010, o STF, pelo voto condutor do ministro Eros Grau, entendeu em manter intacta a Lei da Anistia: votaram pelo deferimento da arguição em face da inconstitucionalidade da lei de 1979 apenas os ministros Ayres Brito e Ricardo Lewandowski. Pelo voto canhestro do ministro Eros Grau, assegurou-se a impunidade a assassinos, torturadores, sequestradores e esturpadores.

O Conselho da OAB, por meio de embargos de declaração, quer esclarecimentos do STF, dadas as omissões do acórdão e com relação às variadas questões não enfrentadas por Eros Grau, como, por exemplo, a dos crimes permanentes de sequestro. O julgamento dos embargos, previsto para quinta-feira 22, foi adiado para a próxima semana e o relator será o ministro Luiz Fux. Pelo regimento, não caberá sustentação oral.

Caso rejeitados os embargos, a decisão do STF será reformada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que já condenou o Brasil no caso Gomes Lund e a respeito de violações a direitos humanos durante a denominada Guerrilha do Araguaia.

Nossa Constituição aceita a jurisdição internacional com relação a Direitos Humanos. Ela reconhece as decisões da Corte Interamericana, conforme expresso no artigo 7º dos

Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Por sua vez, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida por Pacto de San José da Costa Rica, foi recepcionada no Brasil pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. E a convenção é expressa ao estabelecer que os "Estados Parte comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todos os casos em que forem partes".

Como o preceito é de clareza solar, só restará o *jus espernante* e, para isso, não faltarão atores a exhibir as suas artes de Procuvo. Um deles, que é Nelson Jobim, poderá voltar à sua conhecida tese de ocasião, quando aparecia envergando costumes castrenses. ●



O sequestro de dissidentes políticos desaparecidos é crime permanente e imprescritível